

MARIA JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES

**O ENTORNO DA PAISAGEM HISTÓRICA MINEIRA
NA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO:
O CASO DE TIRADENTES-MG**

**Belo Horizonte
Centro Universitário UNA
Dezembro/2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Maria José dos Santos Rodrigues

**O ENTORNO DA PAISAGEM HISTÓRICA MINEIRA
NA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO:
O CASO DE TIRADENTES-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo e Meio Ambiente.

Área de concentração: Turismo e Meio Ambiente

Orientadora: Profa. Dra. Janine Gisèle Le Sann

**Belo Horizonte
Centro Universitário UNA
Dezembro/2007**

Ficha catalográfica

RODRIGUES, Maria José dos Santos

O entorno da paisagem histórica mineira na valorização do espaço turístico; o caso de Tiradentes – MG / Maria José dos Santos Rodrigues. – Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2007.

XI, 131 f. : il., mapas, tabs., grafs., fotos; 29cm.

Orientadora: Janine Gisèle Le Sann

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário UNA, 2007.

Referências bibliográficas: f. 111-119, f. 124

Anexos: f. 126-131

1. Paisagem histórica mineira – Entorno. 2. Tiradentes, MG. 3. Cidades históricas. 4. Turismo e meio ambiente – Dissertação. I. Le Sann, Janine Gisèle. II. Centro Universitário UNA. III. Título

CDU: 043

380.8:577.4



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
PROGRAMA DE MESTRADO EM TURISMO E MEIO AMBIENTE

Dissertação intitulada “O entorno da paisagem histórica mineira na valorização do espaço turístico: o caso de Tiradentes - MG”, de autoria da mestranda Maria José dos Santos Rodrigues, aprovada pela Comissão Examinadora constituída pelos seguintes membros:

Prof.ª. Dra. Janine Gisele Le Sann – UNA – Orientadora

Prof. Dr. Réinaldo Dias – UNA – Examinador Interno

Prof. Dr. Roberto Célio Valadao – UFMG/MG – Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Quando um trabalho de pesquisa se entrelaça com obrigações, compromissos e com o desejo de fazer melhor, não se pode perder o foco e lembrar pessoas que, de uma forma ou outra, participaram de um projeto não apenas de Mestrado, mas, para mim, um projeto de vida.

Foram muitos os que contribuíram e de diversas formas.

Antes de tudo, volto meu pensamento a Deus, força maior e determinante da minha vida, dos meus atos, dos meus caminhos... A Ele agradeço ser o que sou e conseguir o que Ele me faz capaz.

A todos aqueles que contribuíram com suas preciosas informações e apoio, em especial, o Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires.

À minha mãe, que esteve ao meu lado, estimulando-me e apoiando-me, fazendo de suas orações constantes o elo entre as minhas dificuldades e possibilidades

À minha família, Clever, Rafael e Layla. Quanto tenho a lhes agradecer, pois abriram mão de tantas necessidades pessoais para assumir por mim, papéis e, neste processo, se misturaram sem medir esforços às próprias impossibilidades, como se me dissessem: vá em frente, estamos com você, embora, sentimos saudade da sua presença.

À professora Matilde Pinto de Carvalho, que percebendo meu desejo de novos caminhos sinalizou, estimulou e facilitou para que eu conseguisse, agora, concluir este trabalho científico.

Aos professores que me proporcionaram conhecimento e uma saudável convivência acadêmica.

À Profa. Dra. Janine Gisele Le Sann, que na conexão do turismo com a Geografia possibilitou-me novas descobertas, desafiando-me com uma nova leitura do mundo científico, abrindo-me novos parâmetros de conhecimentos.

À Ir. Rumilda pela energia positiva e espiritualidade, mobilizando-me e acreditando nas minhas conquistas.

Quero estender meus agradecimentos aos meus colegas de trabalho, também educadores, que de forma efetiva, estimularam, valorizaram, acreditaram e me animaram nesta jornada em que trabalho, responsabilidades familiares e a vida acadêmica tanto me absorveram.

E, de maneira especial ao Prof. Dante, que na sua competência, no seu senso de humor, na sua presença constante, cuidadosa e animadora, em todos os momentos, fazendo-me pensar que minha capacidade era sempre além do que eu acreditava, me ensinou que a competência não é maior que a simplicidade.

A todos, minha gratidão e a esperança de que este trabalho possa contribuir para ampliar o conhecimento da sociedade sobre a importância do tema e abrir possibilidades para todos os outros, que como eu, encantam-se com Geografia e o Turismo.

*O correr da vida embrulha tudo;
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e
depois desinquieta.
O que ela quer da gente é
Coragem.*

Guimarães Rosa

RESUMO

A atividade turística destaca-se, hoje, no setor de serviços e desempenha papel relevante na economia mundial. Estreitamente ligada a essa atividade econômica deve estar a preocupação com o meio ambiente sobre o qual os sistemas produtivos impõem uma série de transformações. Os elementos vivos e esses sistemas interagem de tal maneira que nas transformações ocorridas no meio ambiente refletem-se a cultura, a classe social e as atividades de cada indivíduo. A pesquisa fundamentou-se nos princípios de avaliação da qualidade visual da paisagem e teve como objetivos descrever, discutir e avaliar a importância do entorno de uma paisagem histórica mineira. O estudo de caso foi desenvolvido na cidade de Tiradentes, Minas Gerais. Os dados foram levantados, por meio de entrevistas semi-estruturadas, aplicadas em dois momentos a 150 turistas, que se encontravam nos adros da Matriz de Santo Antônio e da Capela de São Francisco de Paula. A análise do perfil dos turistas entrevistados revelou tratar-se de homens e mulheres, cujas idades, predominantemente, situam-se entre 21 e 50 anos; na sua maioria os de formação superior completa; brasileiros, principalmente mineiros. Foram estabelecidas categorias amplas para análise, nas quais as respostas pudessem ser agrupadas pelo sentido que lhes era dado pelos turistas. Os dados obtidos foram tratados, segundo o método de tratamento gráfico da informação, por meio do fichário-matriz. O resultado da análise aponta a preocupação dos entrevistados com a preservação do meio ambiente como um todo e com a do entorno da cidade de Tiradentes, em particular.

Palavras-chave: Entorno; Paisagem; Turismo; Cidades históricas; Tiradentes, MG.

ABSTRACT

Today , the tourist activity is highlighted in the section of services and it plays important part in the world economy. Quite linked to that economical activity should be the concern with the environment on which the productive systems impose a series of transformations .The alive elements and those systems interact in such a way that in the transformations happened in the environment are reflected the culture, the social class and each individual's activities .The research was based in the principle of evaluation of the visual quality of the landscape and it had as objectives to describe ,to discuss and to evaluate the importance of a mineira historical landscape in the area. The case study was developed in Tiradentes's city, Minas Gerais .The data were removed, through semi-structured interviews, applied in two moments for a hundred and fifty tourists, that were at the churchyards of Santo Antônio's church and São Francisco de Paula Chapel. The analysis of the interviewed tourists` profile was revealed that were men and women whose ages, prevailed among twenty-one and fifty years; being in most the one of superior formation complete; Brazilians, mainly mineiros .Wide categories were established for analysis ,in which the answers could be contained by the sense that the tourists gave them .The obtained data were treated , according to the method of graphic treatment of the information , through the filing cabinet. The result of the analysis` points the interviewees`concern with the preservation of the environment as a whole and also with the surroundings of Tiradentes's city , in matter.

Key-words: Surroundings, Landscape , Tourism, Historical Cities, Tiradentes, MG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Formação de imagens da paisagem segundo Boullón (2002)	24
FIGURA 2 – Categorias de análise do espaço, segundo Milton Santos (1997e)	33
FIGURA 3 – Elementos do Espaço, segundo Milton Santos 1997e)	34
FIGURA 4 – Elementos do Espaço Turístico, segundo Rodrigues (2001)	35
FIGURA 5 – Mapa do limite de tombamento de Tiradentes, MG	59
FOTO 1 – Tiradentes, MG	42
FOTO 2 – Capistranas em Tiradentes, MG	45
FOTO 3 – Casa de Chica da Silva (Diamantina, MG)	49
FOTO 4 – Casa do Muxarabi (Diamantina, MG)	50
FOTO 5 – Paisagem vista da Rua Direita (Tiradentes, MG)	60
FOTO 6 – Paisagem vista do adro da Matriz de Santo Antônio (Tiradentes, MG) ..	69
FOTO 7 – Paisagem vista do adro lateral direito da Matriz de Santo Antônio (Tiradentes, MG)	70
FOTO 8 – Paisagem vista de frente, do alto da Capela de São Francisco de Paula (Tiradentes, MG)	71
FOTO 9 – Cartão-postal da paisagem vista do alto da Capela de São Francisco de Paula (sem data)	72
FOTO 10 – Paisagem vista do lado, do alto da Capela de São Francisco de Paula (Tiradentes, MG)	73
QUADRO 1 – Planilha preenchida (A) e colorida (B)	82
QUADRO 2 – Transformação da planilha em fichário-matriz	83
QUADRO 3 – Parte do fichário-matriz classificado por sexo, idade e grau de instrução	84
QUADRO 4 – Parte do Fichário-matriz	89

LISTA DE TABELAS

1 – Registro das respostas em planilha Excel	81
2 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária e sexo	86
3 – Distribuição dos entrevistados por escolaridade e sexo	86
4 – Estados de procedência dos entrevistados	87
5 – Os 54 subgrupos potenciais para análise	88
6 – Os subgrupos masculinos significativos	90
7 – Os subgrupos femininos significativos	90
8 – Distribuição dos elementos percebidos por categoria	92
9 – Mais alguma coisa?	93
10 – O que agradou na paisagem?	93
11 – Elementos percebidos no 2º momento	95
12 – Elementos percebidos pelos entrevistados nos dois momentos de observação	96
13 – Os agrupamentos dos subgrupos significativos para interpretação	97
14 – A percepção dos homens mineiros	98
15 – A percepção dos homens fluminenses	100
16 – A percepção das mulheres mineiras de 21 a 40 anos	101
17 – A percepção das mulheres mineiras maiores de 40 anos	102
18 – A percepção das mulheres fluminenses	103
19 – Média de elementos citados, por categoria de análise	104
20 – A percepção do Entorno físico pelos subgrupos	105
21 – A percepção do Foco de interesse na paisagem pelos subgrupos	105
22 – A percepção das Intervenções humanas pelos subgrupos	106
23 – A percepção das Abstrações sobre a paisagem pelos subgrupos	107

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	DISCUSSÃO CONCEITUAL DOS TERMOS DO OBJETO DE ESTUDO	17
	1.1 Espaço	17
	1.2 Paisagem	18
	1.3 Paisagem histórica	26
	1.4 Entorno	29
	1.5 Paisagem e turismo	30
	1.6 Espaço turístico e interpretação ambiental	32
	1.7 Cidades históricas: escritas sobrepostas	38
	1.8 Análise da paisagem	40
2	PAISAGEM HISTÓRICA MINEIRA: CARACTERIZAÇÃO	44
	2.1 Arquitetura civil	44
	2.2 Arquitetura religiosa	52
	2.3 Tiradentes	56
	2.3.1 A paisagem histórica	58
	2.3.2 O Entorno do patrimônio cultural: Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de São José e a legislação ambiental	61
3	A PAISAGEM HISTÓRICA MINEIRA DE TIRADENTES (MG)	66
	3.1 A paisagem: objeto deste estudo	66
	3.2 Metodologia da pesquisa	73
	3.2.1 Definição da amostragem	73
	3.2.2 Instrumento e procedimento	74
	3.2.3 O pré-teste	76
	3.2.4 Categorias de análise dos elementos da paisagem	77

3.2.5 Método de tratamento dos dados.....	80
3.3 Resultados da pesquisa em campo	85
3.3.1 Características pessoais dos entrevistados	85
3.3.2 Subgrupos para análise	87
3.3.3 O nível global de interpretação dos resultados	91
3.3.3.1 Primeiro momento	91
3.3.3.2 Segundo momento	94
3.3.3.3 Discussão dos resultados: 1º e 2º momentos	95
3.3.4 O nível analítico de interpretação dos resultados	97
3.3.4.1 A média dos elementos citados	103
3.3.4.2 A percepção do Entorno físico	104
3.3.4.3 A percepção do Foco de interesse na paisagem	105
3.3.4.4 A percepção das Intervenções humanas	106
3.3.4.5 A percepção das Abstrações sobre a paisagem	106
3.3.5 O entorno de Tiradentes	107
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111
GLOSSÁRIO	120
REFERÊNCIAS DO GLOSSÁRIO	124
ANEXOS	125

INTRODUÇÃO

O turismo é uma prática social que consome elementarmente o espaço, isso é, apropria-se fundamentalmente do espaço. O desenvolvimento do turismo no mundo moderno, ao se fundar sobre o espaço, aproxima-se da geografia. No estudo do turismo, a leitura da paisagem – notável recurso turístico –, é uma das formas de entender o espaço geográfico. O turismo tem nas paisagens, forte apelo visual, motivação maior na escolha dos destinos turísticos.

Em torno de uma paisagem podem ser encontrados elementos naturais ou construídos, cuja interpretação é essencial, quando se pretende definir e avaliar a importância e a contribuição desses elementos – o entorno – para a compreensão de qualquer bem cultural, seja ele material ou imaterial.

Nesse sentido, o conceito de entorno está estreitamente relacionado aos conceitos de espaço e de paisagem. Tanto essa como aqueles estão ligados, não apenas pelos elementos que os unem ou os delimitam, mas pelo conhecimento que se tem de espaço e de paisagem e daquilo que os circundam. Pensar em entorno é evocar elementos, que compõem ou circundam, de modo concêntrico, uma área natural ou construída que, à primeira vista, estaria protegida de qualquer tipo de intervenção. O entorno compõe a paisagem que circunda. Portanto, interferir no entorno é modificar o espaço e a paisagem.

Originário das representações dos viajantes do século XVI, o conceito de paisagem, abordado por diversos autores, trata de um produto do pensamento, de uma representação do real, entendida como algo “instantâneo” ou como um momento da manifestação do espaço produzido. Assim, uma paisagem pode ser considerada como representação de um espaço de terreno, visualmente apreendido e materializado num outro suporte (papel, tela, madeira, etc.) com objetivos urbanísticos ou estéticos. No seu ambiente natural, pode ser apropriada e transformada com objetivos econômicos ou

sociais (agricultura, exploração de recursos minerais, hídricos, expansão da malha urbana e outros).

Alguns geógrafos propuseram várias concepções para o termo paisagem. Para Santos (1997a) paisagem é um conjunto de formas, que temporalmente, constituem representações herdadas das relações que o homem mantém com a natureza. Silva *et al.* (1999) expandem o conceito e consideram paisagem como uma porção do espaço caracterizada por combinações dos elementos geográficos (físicos, biológicos, antrópicos) que se interagem, dinamicamente, de modo indissociável.

O conceito de paisagem histórica, por outro lado, tem-se afastado do que pôde ter sido considerado até poucos anos apenas como expressão cultural de uma sociedade. Observando-se alguns sítios históricos, no Brasil e em outros países, percebe-se que questões básicas de uso racional da paisagem histórica como sua conservação, manutenção de seus espaços naturais e construídos e de seus entornos não têm merecido da administração pública e da sociedade civil a mesma atenção que é dada às econômicas. De acordo com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS/BRASIL (2005), entidade não governamental com escritório no Brasil, que se dedica à conservação dos monumentos e sítios históricos do mundo, e principal consultor da UNESCO nesse assunto, “a transformação rápida e progressiva das paisagens pode afetar de forma substancial ou irreversível a verdadeira contribuição do entorno para o significado de uma edificação, um sítio ou uma área de valor patrimonial”. O uso da paisagem sem a devida preocupação com a preservação pode resultar na perda de valor como fonte de exploração histórica e econômica.

Um sítio é o assento da cidade, é a localização exata do espaço construído. O terreno sobre o qual a cidade se constrói recebe o nome de sítio urbano. Dentro de um sítio histórico urbano, denominação tratada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil, 2004) e por outros órgãos patrimoniais e, entendido como área tombada, que identifica testemunhos culturais, nas suas mais diversas manifestações,

podem ser encontrados elementos naturais (relevo, vegetação) e construídos (igrejas, casas, casarões, ladeiras estreitas, praças, largos, sistema de iluminação, etc.).

A expressão paisagem histórica aplica-se, nesta dissertação, às cidades históricas mineiras remanescentes do período colonial e imperial brasileiro, que surgiram nas áreas de mineração, cujo sucesso impulsionou o desenvolvimento de construções e obras (residências, edifícios públicos, pontes, chafarizes, pinturas, esculturas e templos religiosos). Apesar de raras, em quase todas as cidades, assim denominadas, essas construções testemunham um processo de desenvolvimento artístico, que denominou o que se conhece, hoje, como *arte colonial mineira*.

É, entre essas antigas vilas, conhecidas como cidades históricas, que se situa a cidade de Tiradentes, pequeno município mineiro localizado no sul do estado de Minas Gerais, distante 335 km da cidade do Rio de Janeiro, 225 km de Belo Horizonte e 485 km da cidade de São Paulo.

A Vila de São José, hoje Tiradentes, aninhou-se no vale do rio das Mortes, ao sopé da Serra de São José, numa altitude de aproximadamente 900 metros. Atualmente, liga-se à cidade próxima de São João Del Rei (13 km) pela MG 265. A via férrea Vitória-Minas, que ligava São João Del Rei a Barbacena, até a década de 80, foi desativada durante alguns anos, voltando a ser explorada com a implementação das atividades turísticas. Os acessos ao centro histórico de Tiradentes são a MG 265 ou um trecho da antiga Estrada Real, que passa ao pé da Serra São José e a estrada de ferro, nos fins de semana, feriados e em períodos de férias. A “Maria Fumaça” sai de São João Del Rei de manhã e retorna ao final da tarde (LESANN, 2006a).

Considerando-se que o entorno compõe e, não apenas circunda uma área natural ou construída e, que os elementos de uma paisagem estão intrinsecamente interligados, levantou-se a seguinte hipótese: as ações antrópicas que ocorrem podem modificar a paisagem histórica desvalorizando-a como atrativo turístico. Outros sítios históricos com características semelhantes, que fazem parte do circuito Estrada Real, tais como

Diamantina e Ouro Preto, em Minas Gerais e Parati, no Rio de Janeiro apresentam os mesmos riscos de desvalorização (MOURA, 2002; MENESES, 2004; SILVA, 2004; LESANN, 2006A; COUGO, 2006).

Nessa perspectiva propõe-se estudar nesta dissertação a paisagem histórica de Tiradentes, Minas Gerais, com os objetivos de descrever, discutir e avaliar a importância do entorno dessa paisagem histórica, hoje, centro de convergência turística.

Dados esses objetivos, estabelece-se a estrutura deste trabalho. No Capítulo 1, apresentam-se e discutem-se os conceitos de espaço e espaço turístico; paisagem e paisagem histórica; entorno e cidades históricas. A proposta, neste capítulo, é verificar, do ponto de vista da organização histórica do espaço, os tipos de relação que o homem estabelece com os meios natural e geográfico.

No Capítulo 2, buscando delimitar e especificar o estudo, caracteriza-se o que se denominou, neste trabalho, de paisagem histórica mineira. Para tanto, parte-se da análise dos elementos construídos que compõem essa paisagem – arquiteturas civil e religiosa – para em seguida, situá-los no ambiente específico da pesquisa, a cidade de Tiradentes. Retoma-se, o conceito de cidades históricas como escritas sobrepostas que, não apenas registram, como permitem diversas leituras sobre as interferências humanas numa paisagem.

O objeto deste estudo e a metodologia da pesquisa são apresentados e discutidos no Capítulo 3. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas, divididas em dois momentos. As entrevistas foram feitas com turistas que se encontravam no adro da Matriz de Santo Antônio e no alto da Capela de São Francisco de Paula, por permitirem maior abrangência visual da paisagem a ser observada e registro fotográfico mais detalhado dos elementos que a compõem. A pesquisa em campo foi dividida em duas etapas: uma de pré-teste e outra efetiva. Os dados

levantados na pesquisa efetiva foram tratados segundo o método de *Tratamento gráfico da informação*, sistematizado por Bertin (1967 cf. LESANN, 2006c).

Ainda no Capítulo 3, apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos nos dois momentos em que se dividiu a entrevista. Esse procedimento permitirá averiguar se os elementos percebidos pelo turista em um primeiro momento iriam repetir-se num segundo, já que nesse, a observação passaria a ser conduzida pelo entrevistador. Desse modo, seria possível verificar a ocorrência, ou não, de modificações na maneira de o turista organizar e interpretar a paisagem. Nesse capítulo, serão analisadas as percepções dos turistas, relacionando-as às características específicas identificadas por meio do fichário-matriz.

No Capítulo 4, apresentam-se as considerações finais decorrentes do estudo desenvolvido no sítio histórico de Tiradentes.

Espera-se que este estudo possa contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre paisagem, entorno e atividade turística e, possa alertar, tanto a administração pública e órgãos responsáveis pela preservação ambiental, quanto a sociedade sobre as questões ambientais como preservação, conservação e manutenção desse sítio histórico.

1 DISCUSSÃO CONCEITUAL DOS TERMOS DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 Espaço

O espaço é um campo de estudo e de trabalho de geógrafos, engenheiros, arquitetos, agrônomos e outros especialistas. Ainda que o objetivo central deste estudo seja avaliar e discutir a importância do entorno nas paisagens históricas, faz-se necessário tratar, antes, do espaço geográfico, enquanto objeto de estudo da Geografia e produto de consumo da atividade turística. Vêm daí o interesse e a contribuição da Geografia pelos estudos relativos ao turismo. Nesta dissertação, estuda-se o Turismo em diálogo com a Geografia, apoiando-se nos estudos geográficos e nos estudiosos dessa ciência do espaço, assim como definia Vidal de La Blache – o fundador da escola geográfica francesa – “a ciência dos locais”.

Segundo Amorim Filho (1983:19), “o espaço natural (ou ecológico) antecede o ‘espaço geográfico’, isto é, o espaço socialmente organizado ou criado”. Concomitantemente à transformação da natureza primitiva, o homem foi organizando e reorganizando, produzindo o espaço, deixando marcas representativas da sociedade num dado momento. A organização espacial da sociedade constitui o espaço geográfico ou espaço do homem. Dessa forma, todos os espaços são geográficos porque são produzidos pela sociedade. Distribuídos sobre um território, os elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio ecológico e infra-estruturas – entrelaçam-se numa dinâmica constante de ações e interações, constituindo, portanto, o que Santos (1997b: 77) considera como sistema de “fixos”, mas não estático, e “fluxos”.

Existem coisas fixas e fluxos, que delas originam-se; fluxos que chegam a essas coisas fixas, que dão movimento, circulam. Assim, as categorias produção, circulação, distribuição e consumo podem ser analisadas por meio daqueles dois elementos. Hoje, o mundo todo é um campo de ação dos fluxos. A capacidade de mobilizar massas no espaço é dada pelos poderes econômico, político e social.

1.2 Paisagem

Faz parte do senso comum, as pessoas referirem-se à paisagem como uma bela imagem composta de elementos naturais ou construídos, que agrada aos olhos daqueles que a admiram, talvez em razão de, em pintura, serem os aspectos naturais da paisagem o centro temático da representação (FONTES e VITORINO, 2003).

Entretanto, o conceito de paisagem que será abordado neste trabalho vai muito além de uma representação artística: constitui o “conjunto das formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza” (SANTOS, 1997c: 83), a tradução de um conjunto de relações e de combinações entre o homem e o espaço, apreendida na sua dinâmica pelos sentidos. Originário das representações humanas, o conceito de paisagem, portanto, diz respeito a um produto do pensamento, entendido como algo instantâneo ou um momento da manifestação do espaço produzido. Como representação do real, a paisagem remete ao espaço concreto, à realidade material: a paisagem é, antes de tudo, um olhar sobre a “atmosfera” da paisagem (LACOSTE, 1977).

O espaço geográfico constitui o “esteio de sistemas de relações, algumas determinadas” por dados do meio físico tais como relevo, clima e vegetação entre outras (DOLLFUS, 1982: 8). Essas relações são estabelecidas pelas sociedades humanas, responsáveis pela organização histórica do espaço (demografia, organização social e econômica, evolução das técnicas) e tendem a transformar o meio natural em meio geográfico. Desse modo, o aspecto fisionômico do espaço geográfico está em perpétua transformação e impregna-se sempre de história. E, é a aparência desse “espaço concreto e localizável”, que pode ser descrita, que Dollfus chama de paisagem. Vidal de La Blache (1954: 30), no início do século XX, costumava também empregar a palavra “fisionomia” para designar a paisagem. Ao refletir os espaços, as paisagens revelam sua dinamicidade. Se o espaço é dinâmico, porque construído socialmente, também o são as paisagens, tanto em função dessa dinâmica social, como em decorrência de uma dinâmica natural.

Para Santos (1997a: 37), diferentes espaços como uma região produtora de café, uma cidade, um centro urbano, etc., são “paisagens”, cujo traço comum é a combinação de “objetos naturais” e “objetos fabricados ou objetos sociais”, resultantes da acumulação da “atividade de muitas gerações”. É, à luz dessa combinação, que esse geógrafo define paisagem como “o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos” e o espaço como “resultado de um matrimônio ou um encontro [...] entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade”. Ou seja, o espaço é “a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial” (SANTOS, 1997b: 77) e, uma paisagem está sendo, sempre, transformada para adaptar-se às necessidades da sociedade. Entendendo-se a paisagem como reflexo dos espaços, toda transformação do espaço representa, simultaneamente, alguma transformação da paisagem, senão em sua fisionomia, certamente sobre seus significados (YÁZIGI, 2002). Sendo assim, o estudo da paisagem é importante para explicar a expressão material das transformações, que ocorrem na superfície terrestre, uma vez que “a paisagem integra igualmente o homem, as eventuais depredações por ele efetuadas no passado sobre o tapete vegetal natural” (ROUGERIE, 1971: 7).

Ab’Saber (2003) relaciona a paisagem a uma herança de processos fisiográficos e biológicos, embora remodelados e modificados por atuações recentes e destaca, ainda, que os povos herdaram paisagens e ecologias pelas quais são, ou deveriam ser, responsáveis, cabendo-lhes conhecer melhor as limitações de cada tipo. Já se percebe, nessa concepção, uma classificação das paisagens em natural e modificada.

Dollfus (1982: 30) considera natural aquela paisagem que ainda não sofreu antropogênese direta ou indireta, ou seja, tanto quanto se pode saber, não foi, pelo menos em data recente, submetida à ação do homem. Entretanto, as paisagens naturais em todo o globo vêm sofrendo modificações, pois havendo alteração em um ambiente, todos os sistemas também sofrem modificações. Para Santos (1997b: 75) “Muitas vezes o que imaginamos natural não o é, enquanto o artificial se torna ‘natural’, quando se incorpora à natureza”. Assim, o que “vimos ser construído é, para as

gerações seguintes, o que existe diante deles como natureza”. Saber se um elemento do espaço é natural ou artificial exige a compreensão de sua natureza primeira, isto é, de sua história.

Ao discutir as idéias de Petroni e Kenigsberg (1982), Boullón (2002) mostra que esses dois estudiosos usam terminologia semelhante à de Dollfus (1982), definem três conjuntos de paisagens e estabelecem diferenças entre elas: paisagem natural, paisagem cultural e paisagem urbana. Assim, uma paisagem natural apresenta um conjunto de caracteres físicos e visíveis de um lugar que não sofreu ação antrópica. A paisagem cultural é a paisagem modificada e reflete marcas da atividade humana, quer seja em espaços urbanos, quer em rurais. Por último, a paisagem urbana define-se pelo conjunto de “elementos plásticos naturais e artificiais que compõem a cidade”. Entende-se por elementos plásticos naturais “colinas, rios, árvores” etc. e, artificiais “edifícios, ruas, praças, focos de luz, anúncios, semáforos, etc.” (BOULLÓN, 2002, 118).

Entretanto, Boullón não concorda com essa classificação, pois, paisagem natural “corresponde à da paisagem da natureza virgem” e ainda afirma que “paisagem cultural é uma forma da paisagem natural [...]” na qual está incluída “a paisagem urbana” e propõe sua classificação: “paisagem natural e paisagem urbana” afirmando que a existência de ambas depende da presença do homem.

A classificação de Boullón é aceitável, considerando-se que, se houve antropogênese, não existe mais paisagem natural, de natureza primitiva, e isso, Santos já havia elucidado (1997b: 65):

Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas.

O desconhecimento desses fatores leva as pessoas a considerar como paisagem natural um ambiente, que aparentemente não tenha sofrido ação humana. Entretanto, muitos dos conjuntos de elementos da natureza (água, fauna, flora e outros),

observados nas paisagens consideradas naturais, na realidade, podem ter sofrido algum tipo de interferência. Pires e Bellucci (2005: 129) afirmam que,

Quando se constrói uma usina hidrelétrica, por exemplo, o imenso lago formado pela barragem pode ser considerado um elemento cultural, pois, mesmo sendo composto pela água, que é um elemento natural, o reservatório foi criado pelo ser humano. Até mesmo a floresta inteira, apesar de ser composta por elementos naturais como as árvores, pode ter se originado a partir de reflorestamento, o que a torna, no conjunto, um elemento cultural.

Para exemplificar, esses autores apontam o Parque Nacional da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Com a derrubada da Mata Atlântica e a ocupação dos arredores do Rio de Janeiro pelos cafezais do século XVIII ao XIX, vários córregos secaram. O rápido crescimento populacional comprometeu ainda mais o fornecimento de água. Em um grande projeto de reflorestamento, no ano de 1861, nas terras localizadas no entorno dos mananciais, “foram plantadas cerca de 85000 mudas de árvores, algumas delas vindas do exterior, como o eucalipto e a noqueira” (129-130), dando origem a uma nova floresta, hoje cenário da capital carioca.

Uma paisagem modificada ou cultural é, pois, aquela em que é visível a ação do homem, cuja modificação reflete a cultura do agente modificador. Entretanto “a modificação das paisagens nem sempre se faz no sentido de uma deterioração do meio natural. Essa modificação também pode constituir uma transição, uma passagem para as paisagens organizadas”, segundo Dollfus (1982: 32). Desse modo, o processo de organização do espaço resulta de uma “ação” meditada, combinada e contínua do homem sobre o meio natural e com objetivos a atingir.

A expressão “paisagem organizada” foi usada por Dollfus (1982) quando dos seus estudos sobre organização do espaço e será, principalmente, essa terminologia utilizada nesta dissertação para análise da paisagem histórica, cujo objetivo é o uso racional do espaço pela atividade turística. Apesar de inserir-se num espaço geográfico organizado, enfrentam-se algumas dificuldades para definir o espaço turístico. Segundo

Boullón (2002: 79), uma das dificuldades encontradas deve-se à dispersão dos elementos que o constituem.

Diversos estudiosos têm proposto diferentes abordagens sobre paisagem. Apesar de revelarem formas diferenciadas de entendimento e aplicação do conceito de paisagem, apontam para certo consenso no sentido de compreender a paisagem como a porção visível do espaço geográfico.

O ser humano percebe o mundo, simultaneamente, por meio de todos os sentidos, ponte de comunicação entre o sujeito e o mundo externo. A percepção é uma atividade cognitiva e figurativa e, segundo Piaget (1956: 81) constitui um “conhecimento originado do contato efetivo, direto e imediato do sujeito com os objetos e seus movimentos dentro do campo sensorial”, permitindo-lhe explorar, esquematizar ou fazer transposições espaciais e temporais.

Para Santos (1997b: 62)

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato.

Todo processo de percepção envolve a experiência sensorial, a cognição, a avaliação ou a preferência. É por esse processo que o organismo humano “se informa” sobre os objetos e as transformações, que ocorrem ao seu redor. Entretanto, não basta ser o observador receptivo e estar sensibilizado pela visão de um objeto qualquer ou de uma paisagem; é necessário, segundo Pires (2002: 163), “haver primeiro uma cena capaz de estimular o observador”.

O trabalho paisagístico de Burle Marx, por exemplo, é uma constante referência ao sentido da visão. Todos os elementos do espaço captados pelo olhar, por meio da observação da paisagem, ganham destaque em suas obras. Pode-se acrescentar,

ainda, que no exercício da observação, tanto o olhar quanto o ouvir e o sentir são fundamentais. A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Cada pessoa vê a realidade de forma diferente (SANTOS; 1997b). Se a percepção tem caráter seletivo de apreensão e, portanto, de interpretação do ambiente, reflete uma relação de afetividade com o observador.

Para Rodrigues (2001:46) “a visão é seletiva e reflete a experiência”, os interesses individuais e o direcionamento da observação pelo sujeito, mas não pode ficar limitada apenas a ela, deve ultrapassar o aspecto sensorial: a recordação de imagens acompanha o cheiro, os sons da paisagem, acrescida da experiência individual, sempre subjetiva, e permeada pelo imaginário do indivíduo. Dessa maneira, as imagens mentais são formadas, segundo o modo como o indivíduo recebe as informações e os estímulos, e podem ser representadas por imagens verbais ou não verbais.

De acordo com Boullón (2002:155) as imagens da paisagem formam-se segundo o esquema mostrado na Figura 1.

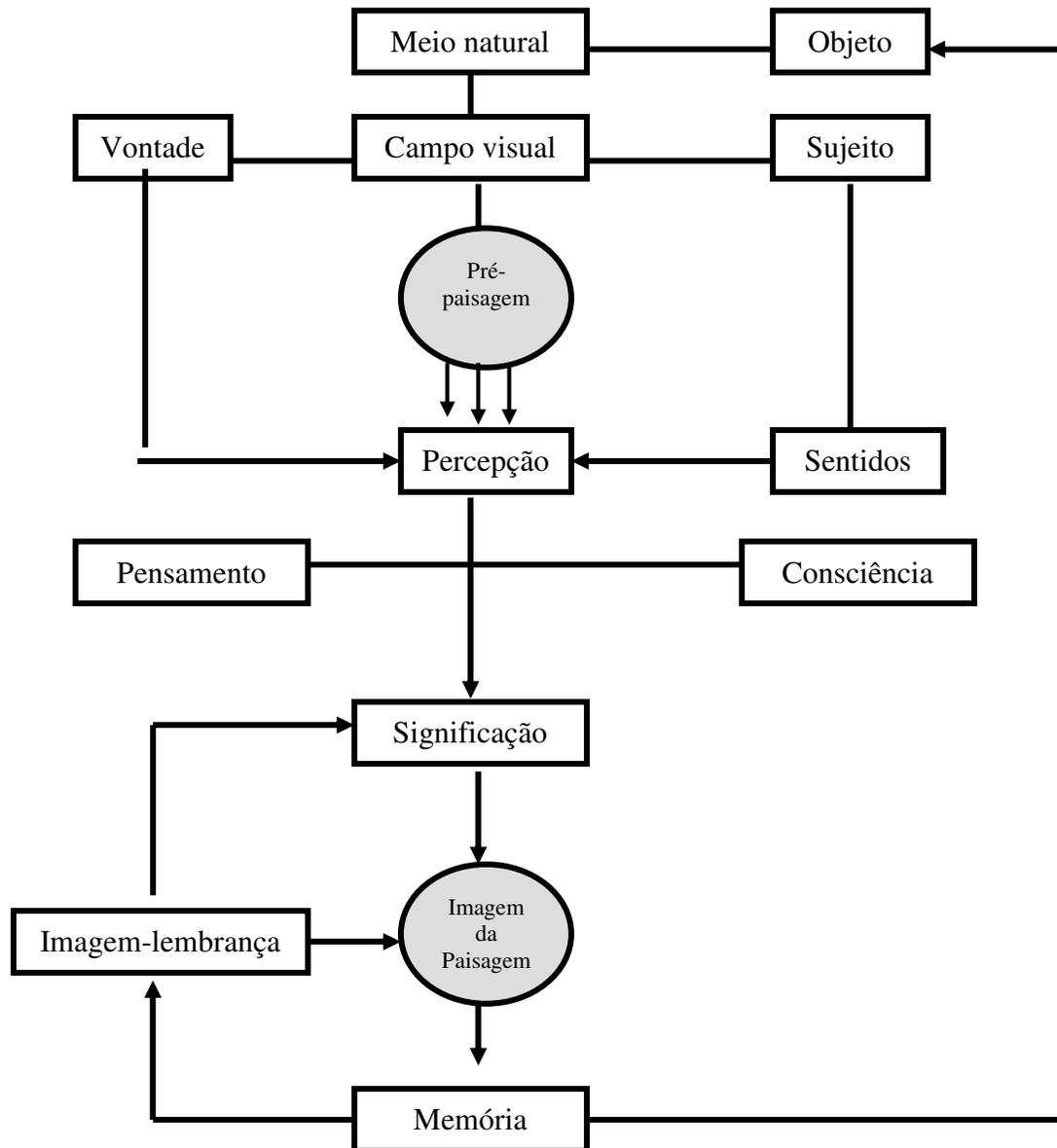


FIGURA 1 – Formação de imagens da paisagem segundo Boullón (2002)

O processo de formação das imagens origina-se, pois do contato que o indivíduo tem com o meio ambiente. A imagem é captada, passa para o cérebro e é elaborada pelo pensamento e pela consciência, que a carregam de significados e a armazenam na memória como informação, mas o conhecimento de uma paisagem falhará se for

limitado a um único campo visual, que o olhar pode abranger. Isso significa dizer que a paisagem não é captada de imediato, devendo ser vista mais de uma vez e de pontos diferentes para que, aos poucos, o pensamento construa uma “imagem total” das visões parciais de cada “imagem-lembrança”. Para que isso aconteça é necessária, antes, a formação de uma “*pré-imagem*” do meio ambiente natural (BOULLÓN, 2002: 157-158). A pré-imagem prosseguirá para a formação da imagem, quando ativar o mecanismo da percepção, que se dá mediante ativação dos sentidos e da vontade do indivíduo.

São, amplamente, conhecidos os cinco sentidos – visão, audição, olfato, paladar e tato – que o organismo humano possui, por meio dos quais o homem estabelece contato consigo mesmo e com o mundo que o rodeia. O desdobramento desses sentidos permite ao indivíduo perceber, sentir e processar imagens, sons, odores, sabores; sensações térmicas; dor; movimento, peso e posição dos membros (cinestesia); equilíbrio, etc. Nesse aspecto, diz Boullón, a paisagem “contém todos os tipos de energia necessários” para estimulá-los e combinar-se na percepção. Pode-se, então, considerar a existência de uma relação intrínseca entre paisagem e percepção, na medida em que essa permite “organizar e interpretar dados sensoriais recebidos (sensações) para desenvolvermos a consciência do ambiente que nos cerca e de nós mesmos” (DAVIDOFF, 1983¹ *apud* MACEDO, 2003) e implica um sistema de interpretação para o qual são convocados os sentidos como janelas para o mundo.

Nessa mesma linha de raciocínio, a percepção, para Tuan (1980: 4),

[...] é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros retrocedem para a sombra e são bloqueados.

Assim, são variadas as maneiras como as pessoas percebem e avaliam o meio ambiente. Duas pessoas não vêem da mesma maneira a mesma imagem. Não se pode

¹ DAVIDOFF, L. F. *Introdução à psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

esquecer, no entanto, que se os componentes da paisagem impressionam os sentidos, a cultura “fornece o rosto de suas visões, de seus sentimentos e pensamentos”. A relação do meio ambiente com os sentidos e os sentimentos manifesta-se constantemente por meio das ações humanas (RODRIGUES, 2001), sendo, portanto, a interpretação individual do meio ambiente influenciada pela cultura, pelo nível de conhecimento e pela experiência do observador.

Ainda que no conceito de paisagem esteja presente a subjetividade, não se pode esquecer que é possível descrevê-la em termos objetivos “e inferir uma série de considerações relativas às suas qualidades e fragilidades visuais” (PIRES, 2002: 161). As qualidades visuais de uma paisagem, segundo esse autor, dizem respeito aos elementos naturais (relevo, água, vegetação) ou artificiais (“atuações humanas”), que se diferenciam perante o observador.

1.3 Paisagem histórica

Saber interpretar os processos naturais, sociais e econômicos da paisagem é o verdadeiro objetivo proposto para o estudo da Geografia, na busca de explicação das relações passadas e atuais estabelecidas entre o homem e a natureza, responsáveis pelo aspecto do espaço geográfico. Essa explicação pode ser apreendida, observando-se o local ou os mapas, as fotografias aéreas, as imagens produzidas por satélite, dentre outros.

Santos (1997a: 38) considera que,

[...] assim como o espaço, [a paisagem] altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social.

Entende-se por forma o objeto geográfico modificado pela história, ou seja, tudo o que existe na superfície da Terra, herança da história cultural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Dessa maneira, o espaço geográfico encontra-se impregnado

de história e, é por meio da análise que se conhecem uma paisagem urbana ou não, sua história e suas condições de desenvolvimento e que se revela “o peso do passado na organização do espaço urbano da época contemporânea” (DOLLFUS, 1982:13).

Percebe-se, pois, que a paisagem é dinâmica e oferece pistas materiais, que permitem apreender seu caráter histórico, a representação de diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. São esses “traços fósseis”, registrados ao longo do tempo, que conduzem ao entendimento da formação geomorfológica e social da paisagem contemporânea e de suas sucessivas fisionomias anteriores. A historicidade da paisagem, segundo Yázigí (2002: 36-40), “diz respeito ao uso que dela fizeram as sociedades ou segmentos sociais. Nos usos é que se concentram os significados mais profundos da paisagem”. Assim, para explicar as transformações do espaço geográfico, podem ser utilizadas diferentes escalas de tempo, a saber: (1) cíclico: um fenômeno se repete em intervalos relativamente curtos; (2) histórico: os fatos históricos marcantes explicam as profundas mudanças ocorridas no espaço; (3) geológico: a história da formação da Terra e dos continentes pode ser lida nos seus vestígios (ALMEIDA e RIGOLIN, 2004: 12-13).

Em diversas disciplinas encontram-se maneiras de detectar e interpretar as pistas deixadas nas escritas superpostas da paisagem. Talvez a mais avançada seja a Arqueologia da Paisagem², que tem procurado ultrapassar as propostas formuladas na trilha aberta por Vidal de La Blache. Tal arqueologia tem como referência básica a compreensão das formas de povoamento e de apropriação do território.

Se a história da paisagem é detectada pela superposição das diversas escritas, uma paisagem histórica é uma dessas escritas com características peculiares. Mas o que é uma paisagem histórica?

² Disciplina que estuda a relação de um sítio com a exploração e transformação do meio, na área de que dispõe, podendo-se chegar a relacionar os recursos disponíveis com tipo de subsistência que seria praticado. Amplamente influenciada pela Geografia, os anglo-saxônicos estabeleceram os mais importantes princípios e metodologias da Arqueologia Espacial.

Para Oliveira (2003: 35-36) paisagem histórica são “locais [que] contêm uma densidade de documentos que despertam o interesse de visitantes” e são designados de “*sítios históricos*”. Entretanto, a atribuição de um valor histórico a uma paisagem depende de uma diversidade de parâmetros tais como a existência de “malha urbana concentrada ou um padrão de ruas distinto”; de marcos históricos específicos; de uma “mistura de usos e tipos de edifícios dentro da área histórica”; de “localização física distinta que reflete suas origens (proximidade de um rio, ou quando este a cruza, posição defensiva, morro ou montanha, costa marítima, etc.) e de “um entorno de desenvolvimento – além da malha central – que dá uma sensação de cidade economicamente ativa”.

A paisagem histórica constituiu, e ainda constitui, um espaço privilegiado para pensar o passado e o futuro de uma nação e de outras questões a eles relacionados. Desse modo, como resultado de uma acumulação de tempos (de escritas), a paisagem representa diferentes momentos de arranjos de uma sociedade.

Mas, uma cidade não se torna histórica, apenas porque ocupa um mesmo sítio durante um longo tempo e possui alguns monumentos. De acordo com Tuan (1983:193),

Os acontecimentos passados não produzirão impactos no presente se não forem gravados em livros de história, monumentos, desfiles e festividades solenes e alegres que todos reconhecem fazer parte de uma tradição que se mantém viva. Uma cidade antiga guarda um acervo de fatos nos quais as sucessivas gerações de cidadãos podem se inspirar e recriar sua imagem de lugar.

O patrimônio histórico-arquitetônico constitui conjuntos homogêneos, que facilmente se distinguem na paisagem e, são reconhecidos como atração turística evidente. São, entretanto, um recurso finito e sua preservação é considerada vital para a manutenção da qualidade ambiental de seus usuários, pois são sua herança cultural.

A maioria dos atributos físicos de uma cidade histórica localiza-se na área central e pode ser tombada. Tombar um bem de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental ou de valor afetivo para uma população revela ações governamentais com o objetivo de preservá-lo da destruição ou da descaracterização. Pode-se, então, considerar a

paisagem histórica como uma paisagem organizada, pois é marcada por uma ação combinada, consciente e contínua sobre o espaço (Dollfus, 1982).

1.4 Entorno

O substantivo entorno (de *em torno*) é, para a matemática uma região situada “em torno de um determinado ponto”; para a arquitetura, uma “área de extensão variável, vizinha de um bem tombado”. Por extensão é, uma “área vizinha a outra legalmente protegida”, “toda a área circundante de uma construção, ou de outra área demarcada” e, ainda, o “conjunto de todos os elementos (área verde, construções vizinhas, anexas, etc.), que interferem na paisagem do entorno” (FERREIRA, 1999: 769). É nessa perspectiva que se referiu, na introdução deste trabalho, ao aspecto concêntrico do entorno. Essa área de projeção do sítio histórico e dos seus monumentos deve ser preservada com o objetivo de evitar que a inserção de novos elementos o descaracterizem ou obstruam sua visibilidade. É de competência do órgão responsável pelo tombamento estabelecer limites e normas de intervenções no entorno de bens tombados.

Seja de natureza reduzida ou extensa o entorno forma-se ou contribui para atribuir ao espaço significado e caráter peculiar (ICOMOS/BRASIL, 2005). Desse modo, compreender os entornos é essencial para definir e avaliar a importância do sítio como patrimônio, pois, de acordo com a Declaração de Xi’an, 2005

[...] além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica.³

³ <http://www.international.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>.

1.5 Paisagem e turismo

A paisagem é a primeira instância do contato do turista com o lugar visitado, ainda que a relação entre ambos seja sempre transitória, passageira e, na grande maioria das vezes, fugaz e superficial.

Centro da atratividade dos lugares, os empresários do turismo fazem da paisagem um instrumento de *marketing*, um grande argumento publicitário. Para tanto, apóiam-se na possibilidade de as paisagens poderem ser representadas em fotografias, filmes, *folders*, pinturas ou, ainda, em relatos verbais com importante efeito no imaginário coletivo. Não se pode esquecer, também, que do ponto de vista das pessoas, a necessidade de romper com a rotina e as tensões da vida moderna constitui motivação fundamental para a viagem turística, para a mudança física de espaço. Nesse sentido, a paisagem indica ao turista a desejada mudança de lugar. São essas representações que despertam no turista a motivação para visitar e conhecer determinados lugares.

Castrogiovanni (2002: 59) lembra que

[...] desde a Antigüidade Grega já ocorriam movimentos regulares da população para lugares considerados importantes ou sagrados, [...]. Desde essa época, a concepção de turismo está ligada a movimento, a deslocamento regular no espaço físico. Deslocamentos esses que criam necessidades, provocam mudanças e solicitam transformações espaciais.

No contato direto, a riqueza de cores e formas (componentes geográficos como topografia, temperatura, umidade, luminosidade, influência do mar ou do continente, vegetação, fauna, disposição das rochas, entre outros) dispostas de modo harmônico; o cheiro, a textura, o sabor, o movimento, enfim, a real dimensão da paisagem tem o poder de despertar sentimentos e emoções profundos no turista. Além desses, outros fatores internos e externos aliados aos atributos naturais ou culturais, equipamentos instalados, divulgação e publicidade do produto turístico definem a prática do turismo.

Desse modo, “o produto turístico é o resultado da soma de recursos naturais e culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas” (BENI, 2003: 26).

Assim, todos esses fatores associados fazem do turismo uma prática social que se apropria fundamentalmente do espaço, por meio das formas de consumo (serviços de hospedagem, de restauração, de lazer, assim como o consumo da paisagem) e encontra na paisagem um de seus motores fundamentais. O ambiente representa, portanto, um grande atrativo e constitui a matéria-prima dessa atividade, mas deve ser explorada de maneira racional.

Segundo LeSann (2006b),

As atividades turísticas desenvolvem-se no espaço real, denominado paisagem turística, ou ainda, lugar turístico [...]. O adjetivo turístico refere-se às características específicas do espaço, que tornam uma paisagem ou um lugar, dignos de interesse de turistas.

A possibilidade de certos “sítios” serem atrativos para o desenvolvimento das atividades turísticas depende de elementos estruturais, de modo que nesse aspecto, é decisivo o papel da cultura, afirma Nicolas⁴ (1989 *apud* YÁZIGI, 2002:109). A paisagem, como porção visível do espaço, constitui um dos mais importantes elementos da atratividade dos lugares para o turismo.

Para Yázigi (1998: 74)

A paisagem, indivinculável (*sic*) da idéia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, cultura, fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico. Não se trata de dizer que ela seja a única forma de atração, mas que pesa muito no contexto de outros fatores (meios de hospedagem, bons preços, etc.).

⁴ NICOLÁS, Daniel H. (Org.). *Teoría y praxis del espacio turístico*. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Xochomilco, 1989.

Nem sempre esses elementos estruturais são levados em consideração na implementação da atividade turística. Dias (2003a : 90) chama a atenção para esse fato, uma vez que

As instalações construídas nos destinos turísticos muitas vezes não são planejadas, visando à integração com o ambiente existente, prejudicando a estética visual. Principalmente as obras arquitetônicas de maior vulto, como *resorts*, grandes hotéis e pousadas com *designs* inadequados para o lugar e que entram em choque com a aparência do ambiente local, quebrando qualquer harmonia que poderia favorecer maior integração e causando desconforto visual.

Se há crescente preocupação com o planejamento da distribuição, ocupação e uso dos espaços de cidades não diretamente voltadas para o turismo ou, que já foram apropriadas pela atividade turística, o mesmo deveria acontecer com aquelas que, em virtude de sua vocação, serão organizadas para a atividade turística. Como a atividade turística implica a utilização econômica dos ambientes natural e humano, como tal, envolve órgãos públicos, iniciativa privada e comunidade. Ainda que, apenas o poder público não seja o responsável pelo desenvolvimento da atividade turística local, Dias (2003b: 157) ressalta “o importante papel da articulação, coordenação e orientação da atividade turística que os municípios detêm” e aponta o Plano Diretor como

[...] instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, e tem como objetivo ordenar a cidade para que esta cumpra sua função social, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas [...] (DIAS, 158).

1.6 Espaço turístico e interpretação ambiental

Tanto geógrafos quanto outros estudiosos do fenômeno turístico (SANTOS, 1997e; RODRIGUES, 2001; MAGALHÃES, 2002; BOULLÓN, 2002; BENI, 2003) construíram modelos, que permitem maior compreensão do espaço turístico.

Os trabalhos de Santos (1997e: 49), sobre o espaço geográfico, muito têm contribuído para os estudos do espaço turístico. As categorias de análise (Figura 2) como forma,

função, estrutura e processo, que constituem os esteios do método de interpretação do espaço geográfico, possibilitam que os estudos da Geografia do turismo abranjam a dinâmica do espaço turístico.

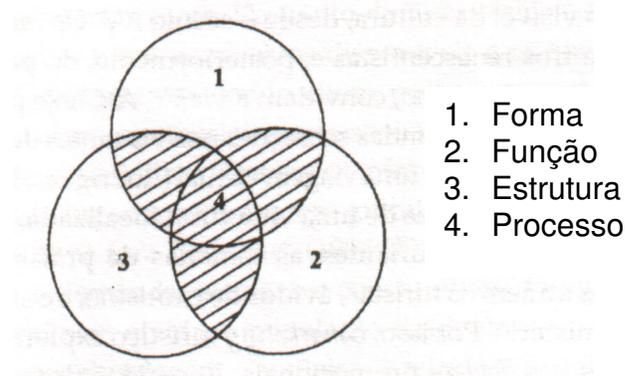


FIGURA 2 – Categorias de análise do espaço, segundo Milton Santos (1997e)

Das categorias de análise espacial, Santos (1997e) destacou a forma ou objeto geográfico (1), o aspecto visível, expressa pela paisagem; a função (2) ou papel de cada elemento, separadamente; a estrutura (3), a rede de relações que abrangem a dinâmica do espaço turístico. A última categoria (4) corresponde ao processo, que dá conta das ações e interações de todos os elementos, e contempla as categorias anteriores. Essas categorias definem o espaço em relação à sociedade.

Boullón (2002:79) aborda a idéia de espaço turístico como

Conseqüência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Esse elemento do patrimônio turístico, mais a planta turística são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país.

Além de considerar a presença e a distribuição dos atrativos como matéria-prima do espaço turístico, a elas acrescenta Boullón a idéia de “zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de traslado e corredor de estada”.

Ainda que sumariamente, Rodrigues (2001) aponta “oferta turística, demanda, serviços, transportes, infra-estrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e de comercialização” como elementos do espaço turístico. Como tais elementos interagem, não devem ser compreendidos separadamente, pois

O turismo na sua enorme complexidade reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). É nestas que se manifesta materialmente o espaço turístico ou se reformula o espaço anteriormente ocupado. É aqui também que se dá de forma mais acentuada o consumo do espaço (RODRIGUES, 2001: 45).

Milton Santos (1997e) cria cinco elementos para análise do espaço geográfico (Figura 3), que agem e interagem, produzindo-se a totalidade.

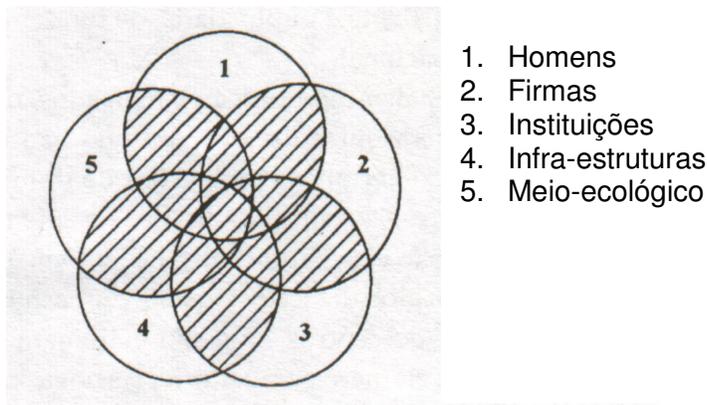


FIGURA 3 - Elementos do Espaço, segundo Milton Santos (1997e)
Fonte: Rodrigues (2001: 65)

Rodrigues (2001: 65) utiliza as categorias propostas por Milton Santos para análise do espaço geográfico e a cada uma delas associa os elementos do espaço turístico (Figura 4). Para essa pesquisadora, os elementos do espaço: homens, firmas, instituições, infra-estrutura e meio ecológico, tal como propostos por Santos, constituem referencial teórico para abordagem do espaço turístico.

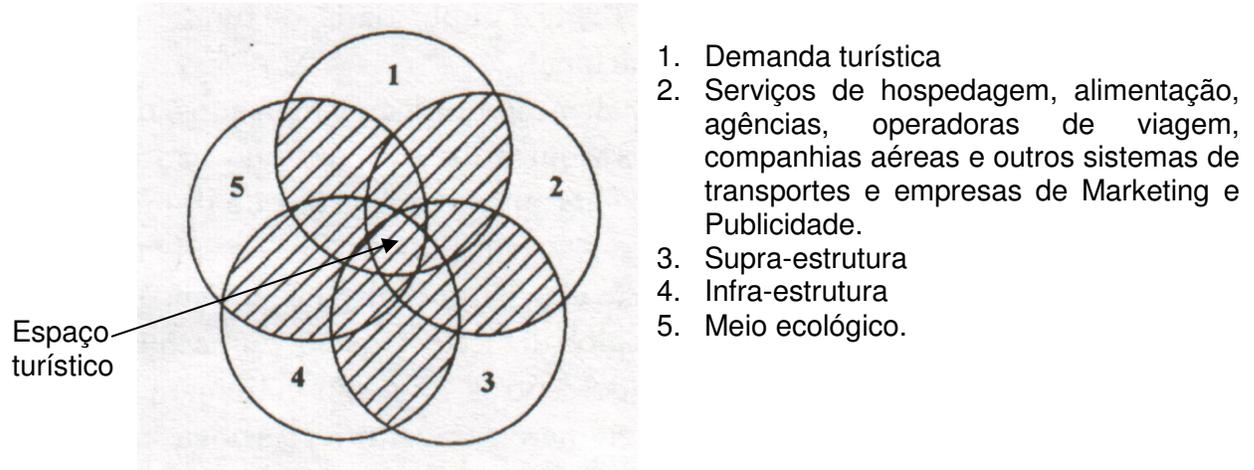


FIGURA 4 – Elementos do Espaço Turístico, segundo Rodrigues (2001)

Assim, a configuração do espaço turístico resulta da presença e da distribuição territorial dos atrativos turísticos mais o empreendimento e a infra-estrutura. Portanto, o espaço turístico compõe o espaço geográfico e chega a confundir-se com ele.

Para Rodrigues, no entanto, o espaço não pode ser compreendido apenas como resultante da observação de sua expressão fisionômica, deve levar em conta a relação que o sujeito estabelece com o espaço. É por essa razão que essa autora em *Turismo e Espaço* (2001) propõe uma abordagem do espaço turístico “centrada no sujeito”.

Magalhães (2002: 79) considera os elementos apontados por Rodrigues (2001) como “aspectos que influenciam ou mesmo permitem que o espaço seja considerado vocacionado para a atividade turística” e a eles acrescenta “um item distinto”, a comunidade, que por suas “manifestações e usos tradicionais populares” (sua cultura) constitui um elemento motivador da visita. A cultura pode, assim, estabelecer um vínculo entre o visitante e a população, importante para o desenvolvimento da atividade turística.

O conceito de comunidade apresenta duas explicações: a primeira remete ao entendimento europeu do termo “espaço de pertencimento e de identidade, onde grupos estejam compartilhando dos mesmos valores e hábitos”. A segunda, vinda da Escola de Chicago, trata comunidade como “um espaço território/físico, onde grupos

distintos convivem sobre os mesmos conflitos do cotidiano”. A apropriação do termo parte da necessidade da união, da criação de laços sociais com objetivos comuns (RONAURO, 2004)⁵. Tome-se, por exemplo a Comunidade dos Arturos, em Contagem, Minas Gerais, por si mesma um atrativo turístico. Desse modo, a comunidade deve ser privilegiada nas análises do espaço turístico como um dos elementos de maior importância no desenvolvimento da atividade turística.

Outra contribuição de indiscutível valor para os estudos espaciais do turismo a que se refere Magalhães (2002) é a de Beni. Esse autor considera o turismo resultante da ação sociocultural “em contextos diferenciados, requer, [...] métodos e procedimentos de pesquisa inter e transdisciplinares de vários domínios do saber: ciências exatas, humanas e sociais” e recorre à Teoria Geral de Sistemas para explicá-lo, uma vez que

[...] cada variável, em um sistema específico, interage com todas as outras variáveis desse sistema e com as de outros sistemas que com ele realizam operações de troca e de interação, explicando e desenhando as configurações aproximadas da dinâmica da vida real (2003: 44).

Dessa maneira, no planejamento do turismo e no estudo da adequação entre oferta e demanda turística e a infra-estrutura necessária e a disponível, é de extrema importância a análise desses elementos e o diálogo possível entre as diversas áreas de conhecimento.

A expressão “interpretação ambiental” ou “interpretação da paisagem” refere-se a um conjunto de princípios e técnicas que visam a estimular as pessoas para o entendimento do ambiente pela experiência prática direta (FONTES, 2003). A atividade se desenvolveu, ganhou notoriedade e foi formalmente definida na América do Norte por Tilden⁶ (1957 *apud* MURTA e GOODEY, 2005: 14), como uma

[...] atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiências de primeira

⁵ <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viwarticle>

⁶ TILDEN, Freeman. *Interpreting our heritage*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1957.

mão e por meio da mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais.

Desse modo, esse autor propôs sistematizar os aspectos mais importantes de uma disciplina nova e emergente, denominada Interpretação do Patrimônio, que até então se valia apenas de relatos de experiências e conhecimentos empíricos. No Brasil, a Interpretação Ambiental ou Interpretação do Patrimônio nasceu do gosto pela aventura e da busca por refúgios naturais que sempre levou as pessoas a percorrerem "caminhos", que possibilitassem a ligação do ser humano com a natureza (IEF-IBAMA, 2002).

A interpretação ambiental é um dos meios informais para a difusão da informação e da educação no espaço turístico. É preciso que a comunidade local e o turista sejam, pois, sensibilizados: aquela "sobre as particularidades do espaço que habita" e esse sobre o espaço que visita, de modo que ambos "tenham uma participação consciente na proteção do ambiente". A interpretação ambiental é um modo de educar que deve ser ministrada formalmente nas escolas para a comunidade local, mas informalmente para o turista "sem que as pessoas sintam que o objetivo seja também uma atividade educativa" (AZEVEDO; KOHLER 2003: 212-213).

O planejamento de atividades interpretativas é utilizado não só em ambientes naturais, como também em qualquer modalidade do turismo, quando se pretende apresentar ao visitante a complexidade das relações entre ele e o meio que o cerca. Ao elevar o nível de conscientização sobre o patrimônio natural e cultural, o visitante atribui-lhe um maior grau de respeitabilidade, promovendo sua conservação e contribuindo para minimizar impactos sobre bens similares em outras localidades turísticas. Interpretar é um modo de educar e um ato de comunicação.

Goodey (2005) ressalta que "a forma de interpretação mais comum que existe é, provavelmente, uma placa ou um painel, onde são gravadas informações e ilustrações sobre o local visitado". A interpretação utiliza várias artes da comunicação humana. A sinalização é o equipamento que lhe serve de veículo para expressar as mensagens,

não substituindo a interpretação ao vivo, realizada por condutores sensíveis ao ambiente e às necessidades dos visitantes.

Assim sendo, a interpretação resulta (1) do estabelecimento de relações entre a paisagem e a experiência do observador; (2) constitui uma revelação, baseada na informação; (3) é a arte da comunicação e (4) o avivamento da curiosidade e do interesse; (5) dirige-se a audiências específicas (por exemplo público infantil, mesma faixa etária, turistas com os mesmos interesses e objetivos); é (6) a apresentação dos fenômenos na sua totalidade, ou seja, significa o compromisso com a realidade, que não é fragmentada, e necessita de uma abordagem holística. Segundo Fontes (2003), esses seis princípios básicos estabelecidos por Tilden, em 1957, para a interpretação da paisagem, permanecem válidos até hoje.

Entretanto, Murta e Goodey (2005:18) sugerem ser acrescentados outros quatro princípios como o estabelecimento de parcerias com a comunidade, que estimulem a troca de conhecimentos e recursos; adoção de abordagens abrangentes, que liguem os temas do passado, do presente e do futuro e realcem a dimensão socioeconômica, as dimensões histórica, ecológica e arquitetônica da paisagem; destaque da diversidade e da pluralidade culturais, de modo a fomentar a aceitação e a tolerância como valores democráticos e, o atendimento ao cliente, que deve indicar e promover instalações básicas, como sanitários, segurança, pontos de descanso e estacionamento, elementos essenciais a uma experiência prazerosa do lugar.

1.7 Cidades históricas: escritas sobrepostas

O valor histórico de um lugar está ligado à sua função, que passa por períodos de grandes transformações econômicas e sociais e, cada um desses períodos está relacionado a renovações urbanas que vão, pouco a pouco, marcando o território que é um somatório de tempos. A historicidade da paisagem diz respeito ao uso que dela fizeram as sociedades ou segmentos sociais.

Um sítio histórico urbano deve ser entendido como área que identifica testemunhos culturais, nas suas mais diversas manifestações. Numa cidade histórica, a área construída e seu entorno, com significado artístico e histórico constituem a atratividade, e a diferenciam das demais cidades. Para Oliveira (2003), o que define o caráter e os limites de uma cidade histórica são seus edifícios, monumentos e “capital” ambiental. São essas características especiais que atraem um grande número de pessoas e “que fazem o turismo representar um papel importante em sua existência e em seu desenvolvimento” (ROBINSON, 1976⁷ *apud* OLIVEIRA, 2003: 36).

Percebe-se, assim, que o ambiente construído é a característica marcante dessas cidades, a atração principal. A paisagem natural que o complementa é parte da atração. Para Oliveira (2003), a mistura de estilos arquitetônicos é parte da atração e produz uma paisagem com atratividade singular.

O patrimônio material das cidades históricas sofre impactos decorrentes do crescimento desordenado, que geram danos, às vezes, irreversíveis. Assim, tratando-se o turismo de uma atividade indissociável da vida moderna e, preservação uma necessidade, é preciso que ambas sigam a mesma direção.

Preservar as características das cidades históricas significa adaptar o seu desenvolvimento, minimizando os impactos ambientais, pois muitas cidades históricas têm uma economia baseada no turismo e no comércio, o que se pode notar em cidades como Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina em Minas Gerais e Parati, no Rio de Janeiro, entre outras. Aspectos significativos dessas cidades – patrimônios histórico-culturais e ambientais, patrimônio imaterial – devem ser conservados. É a partir de tais valores, que essas cidades desenvolvem o potencial turístico.

⁷ ROBINSON, H. *A geography of tourism*. [S. l.]: MacDonald and Evans, 1976.

1.8 Análise da paisagem

A leitura da paisagem pressupõe a realização de exercícios de observação e de uma rica descrição do meio e pode fornecer elementos para o entendimento das relações que se desencadeiam no espaço. Contudo, a análise vai além da observação e da descrição, uma vez que a paisagem é uma escrita sobre a outra e, as diversas escritas correspondem a momentos históricos distintos, a classes sociais diversas, a diferentes usos do solo e a várias funções urbanas, etc. (MAIA, 2002). A paisagem guarda, hoje, “momentos diversos do processo de produção espacial” de grande importância quando se pretende discutir a evolução e o modo como o espaço foi produzido (CARLOS, 1992).

Apesar de ser um processo complexo que envolve uma visão de mundo, consciente e inconsciente, a leitura da paisagem “é de grande importância nos estudos de Geografia do Turismo, uma vez que a paisagem em si é um notável recurso turístico” (RODRIGUES, 2001: 48).

A diversidade de abordagens e de enfoques para o estudo da paisagem deu origem a múltiplos métodos de avaliação que podem ser classificados em diretos, indiretos e mistos. Esses métodos foram sintetizados por Pires (2002 : 165):

- **Método direto:** a valoração se realiza a partir da contemplação da totalidade da paisagem, pela visualização no local ou pelo uso de substitutos (fotos, cartões postais, filmes, etc.), dando origem a diferentes níveis de subjetividade durante o processo;
- **Método indireto:** a valoração se dá pela desagregação da paisagem e da análise de seus componentes ou das categorias estéticas (elementos da paisagem), de acordo com diferentes juízos de valor e segundo critérios de pontuação e classificação estabelecidos por especialistas.

- **Método misto:** a valoração é feita de forma direta, realizando-se depois, em análises estatísticas, o estudo da participação de cada componente ou elemento no valor total da paisagem.

Ler a paisagem é muito mais complexo do que *ver* e perceber a paisagem. Ao ler a paisagem, o indivíduo toma contato com uma parte do espaço, circunscrita à abrangência do campo visual do observador. Os elementos de uma paisagem aparecem dispostos em diferentes planos, desde os mais próximos até os mais distantes de quem os observa.

Na análise da paisagem, devem ser observados os elementos visuais como forma, textura, cor, linha, escala, espaço e diversidade (SILVA *et al* 1999), bem como devem ser compreendidos e conhecidos os aspectos físicos como vegetação, relevo, solo, entre outros, uma vez que a paisagem do lugar é resultado, tanto da interdependência dos elementos da natureza, quanto dos elementos culturais ou humanizados.

A leitura da paisagem pressupõe etapas, segundo Beltrame (1995). Como toda paisagem é formada de planos ou partes (porção da paisagem ou do espaço que está sendo vista) é necessário, antes, distingui-los. Assim, numa primeira etapa a leitura é feita em planos, orientada dos elementos mais próximos aos mais distantes (Foto 1).



FOTO 1 – Tiradentes, MG
 Foto do autor, out. 2006.
 Nota: Adaptado de Pires, W.; Bellucci (2005: 67-68).

No primeiro plano, estão todos os elementos localizados próximos ao observador, que podem ser vistos com mais detalhes (pessoas, animais), enquanto no segundo plano, plano intermediário ou núcleo (vegetação, cidade antiga, construções modernas, construções religiosas) fica tudo o que se encontra um pouco mais distante do observador. No terceiro, ficam os elementos que estão mais distantes do observador e dos quais não se distinguem os detalhes. Nesse plano, vêem-se os elementos que estão no alto da foto, perto do horizonte.

Na segunda etapa, o observador descreve cada plano e, no final da análise, resume o essencial de cada um deles em algumas frases.

Na análise de uma paisagem é preciso, ainda, levar em conta os aspectos relacionados à temporalidade. Se uma paisagem constitui escritas sobrepostas deve-se lê-la com base nas informações nelas consolidadas (leitura regressiva), que oferecem pistas para as alterações futuras (leitura prognóstica) que uma paisagem pode sofrer (SILVA *et al.* 1999). As paisagens transformam-se continuamente, são constantemente refeitas, seja em função de padrões locais de produção da sociedade, da cultura, seja em função de fatores geográficos.

Segundo Bertrand (1972: 2), uma paisagem

É numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns com os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Nessa perspectiva, observar ou descrever uma paisagem, direta ou indiretamente, requer atenção e rigor normativo, pois todos os elementos visualizados, ainda que pequenos e aparentemente pouco relevantes, podem oferecer informações importantes sobre o lugar ou espaço que se pretende estudar.

2 PAISAGEM HISTÓRICA MINEIRA: CARACTERIZAÇÃO

As cidades históricas mineiras têm uma forte presença de estilos arquitetônicos coloniais que a constituem um tipo diferente de paisagem. O *charme* e o *glamour* criam a atmosfera que atrai e justifica a presença das pessoas nessas cidades. Ao visitar cidades históricas, os turistas são atraídos por certo magnetismo, advindo de seus casarões antigos, de suas igrejas, de suas ruas estreitas e tortuosas, de suas praças, colinas e serras. Conhecer cidades como Diamantina, Ouro Preto, São João Del Rei e Tiradentes, parece ser uma experiência inesquecível para os turistas de todos os lugares do mundo.

2.1 Arquitetura civil

Ao caminhar pelas ruas das cidades históricas mineiras, cujas origens remontam ao final do século XVII e início do século XVIII, o turista pode observar uma grande variedade de tipos de construções civis e religiosas. São moradias, prédios públicos, muros de pedra, chafarizes, pontes, praças públicas, pelourinhos e alguns tipos de calçamento como os pés-de-moleque, os paralelepípedos de granito e as capistranas⁸ (Figura 6); são templos religiosos simples ou suntuosos cuja função ultrapassa seu caráter religioso. Fato singular, no entanto, é que seja civil, seja religiosa a arquitetura colonial mineira busca integrar “massas, cores, planos e volumes” aos “verdes” e à “topografia” (FROTA, 1993: 59).

⁸ As informações sobre estilo de época, arquitetura e sistemas construtivos das cidades históricas mineiras, que ultrapassam os objetivos deste trabalho, podem ser conferidas no Glossário, p. 120-123.



FOTO 2 – Capistranas em Tiradentes, MG
Fonte: Própria, mar. 2007.

Como a Capitania de Minas Gerais floresceu sob o impacto das descobertas do ouro e do diamante, a mineração possibilitou a formação de povoações nas quais os novos moradores desenvolveram uma verdadeira civilização urbana com numerosas atividades comerciais e grande progresso cultural.

No final do século XVII, incursões em busca de riquezas minerais começaram a intensificar-se em direção a Sabará e Caeté, Ouro Preto e Mariana, São João Del Rei e São José Del Rei (atual Tiradentes). Além do ouro, houve ainda a riqueza extraída dos diamantes, onde hoje é Diamantina.

Nos povoamentos mais primitivos, quando o ouro não passava de uma promessa, não se podia falar da existência da arquitetura residencial. As habitações eram ranchos de uma única peça, de maneira que os primeiros lares mineiros eram bastante modestos, rústicos até, sem muita preocupação com acabamentos mais elaborados. Isso se deve,

tanto ao fato de muitas pessoas não saberem se iriam permanecer nesses povoados – o que determinava a permanência do homem em uma localidade era a produção do ouro –, quanto ao menor número de regras a que está sujeita a arquitetura, o que lhe permite “adaptar-se às diferentes regiões, ciclos econômicos e modos de produção desenvolvidos em todo o território” (BRANDÃO, 2003). O interessante é que, com relação a Minas Gerais acrescenta-se a questão do meio ambiente. Brandão (2003) lembra que o

[...] sertão bravo, hostil, afastado do litoral e sem transportes ou recursos de subsistência, marginalizado pela Metrópole que nele só buscava o ouro [...] confere peculiaridade à escola mineira no quadro da arquitetura luso-brasileira.

E acrescenta que

[...] no litoral, a arte seguia, mas com atraso, a evolução artística européia destacando-se os modelos portugueses. Em Minas, foi diferente. Num primeiro momento, devido à transposição em curto prazo de toda uma população, os conhecimentos desta eram mais consentâneos com os europeus da época. Depois, porém, devido àquelas hostilidades e isolamentos do meio, cortam-se as fontes culturais no momento em que se instaura um novo sistema de vida e de trabalho.

Logo depois, quando os pioneiros começaram a se fixar em reduzidos povoados, as primeiras casas começaram a ser construídas. Mais tarde, o interior das moradias sofreu modificações, sendo dividido em cruz. O “partido arquitetônico” raramente apresentava esquema construtivo diferente das plantas quadradas, cômodos quadrados e janelas quadradas, essas, “colocadas na metade exata das paredes”. Para Vasconcellos (1979: 37), o enquadramento e a subdivisão das fachadas em painéis vão “contribuir para a beleza de suas composições”.

A evolução seguinte foi a construção de “puxados”, para a frente ou para as laterais do corpo principal da habitação. Esses cômodos eram mais baixos do que o corpo principal da casa, e apareceram porque as famílias cresciam e necessitavam de mais espaço. Assim, a planta quadrada, foi substituída pela retangular. As novas casas

ficaram com suas bases mais altas, rentes aos arruamentos, e aumentaram o pé-direito para até três metros e meio de altura, enquanto as janelas foram colocadas mais perto dos beirais.

Nos povoados e vilas que cresceram mais, a casa horizontal logo se projetou para os fundos, de modo que seus quartos e fachadas tornaram-se reduzidos e as moradias começaram a ficar espremidas umas às outras, ao mesmo tempo em que o corredor lateral de entrada, seguindo a casa de fora à fora e, ao longo do qual ficavam os cômodos, virou a peça vital da habitação, por onde passavam as visitas e movimentava-se todo o serviço da casa.

Esquemáticamente, as residências mineiras de então, dividiam-se em sala; quarto; banheiro; cozinha, com área maior, pois constituía o ponto de encontro da família, principalmente nos períodos de chuva e inverno, além de dependências secretas, cujo acesso só era permitido aos proprietários. Nelas, eram guardadas as riquezas da família ou se realizavam encontros restritos.

A divulgação da descoberta de ouro em Minas Gerais atraiu portugueses e brasileiros de todos os cantos e de todas as raças e categorias sociais: brancos e pretos; homens e mulheres; jovens e velhos; plebeus, clérigos e seculares. Por volta de 1702 eram de 2 mil a 3 mil pessoas; em 1709, 30 mil, e em 1770 atingiu a soma de 320 mil habitantes. Por volta de 1750, Vila Rica (atual Ouro Preto) era a segunda cidade mais populosa da América (a primeira era a cidade do México). Outras vilas e lugarejos vizinhos somavam 100 mil habitantes. No final do século XVIII, a população total brasileira era de cerca 3 milhões de habitantes. Ouro Preto, no entanto, atingira 30 mil habitantes em meados do século (MOURTHÉ, 2006).⁹

Esse intenso movimento migratório tornou escassos os lotes nessas vilas, na segunda metade do século XVIII, determinando um novo modelo de moradias, um símbolo de poder e riqueza, característico das vilas mais povoadas de Minas Gerais. As casas

⁹ <http://www.pdt-rj.org.br/colunistas.asp?id=282>.

ganharam mais um pavimento, começando a surgir, então, os sobrados, edificações de dois pavimentos, estreitas, altas e juntas uma à outra.

Esse tipo de construção poderia ter destinos exclusivamente residenciais ou não. Quando residenciais, a parte inferior destinava-se a senzalas de escravos domésticos, depósito ou a outros fins. Quando não, o primeiro piso destinava-se ao comércio e o segundo à residência, com entrada independente (DORNAS).¹⁰

O casario colonial apresenta em sua fachada “sacadas corridas”, que vão de uma porta ou de uma janela à outra; “sacada isolada”, que abrange apenas a porta ou a janela e cujas dimensões não ultrapassam os 30 cm e não permitem trânsito entre os vãos. Vasconcellos (1979) registra outros tipos de vãos, tais como varanda, balcão e alpendre com guarda-corpos de madeira, ferro, pedra ou cerâmica. Além desses, podem ser encontradas, nas construções civis, militares ou religiosas pequenas aberturas em compartimentos secundários (escadas, torres e porões) da habitação, denominadas óculo e seteira.

As janelas, com vidro importado, dispostas em simetria dão leveza e graça a uma construção pesada e rija, própria do seu tempo e do material utilizado na construção: paredes de pau-a-pique ou taipa de sebe, taipa de pilão, adobe ou alvenaria de pedra e barro ou tijolo de cal (nas residências mais importantes). Desse modo, registram-se modelos que vão desde as janelas de duas folhas àquelas que se abrem para uma sacada com guarda-corpo com suas famosas “bandeiras” e às singulares “janelas de assento”, onde se desenvolviam longas conversas. Muitas dessas janelas eram protegidas por treliças, conhecidas por *muxarabi*, uma espécie de fechamento, originário de construções árabes que, além de permitir a visão do exterior, mantinha a luminosidade e a ventilação das residências, que pode ser visto em Diamantina (por exemplo, na casa de Chica da Silva ou na Casa do Muxarabi) (Foto 3 e 4).

¹⁰ http://www.descubraminas.com.br/destinosturisticos/hpg_pagina.asp?id_pagina=1331 - 126k



FOTO 3 – Casa de Chica da Silva (Diamantina, MG.)

Fonte: <http://desvendar.com/cidades/diamantina/roteirochicadasilva.asp>



FOTO 4 – Casa do Muxarabi (Diamantina, MG)
 Fonte: www.descubraminas.com.br

Das janelas às portas podia-se determinar o poder econômico dos habitantes desses povoados. As portas, construídas de madeira almofadada à semelhança daquelas das igrejas, as aldravas, as fechaduras e dobradiças registravam o *status* do proprietário. Nos espelhos das fechaduras de algumas dessas portas estavam inscritos o número de filhos, o grau de poder e a irmandade à qual pertencia o dono da casa (DORNAS).¹¹

¹¹ http://www.descubraminas.com.br/destinoturísticos/hpg_pagina.asp?id_pagina=1331 - 126k

Os telhados feitos de telhas de barro em forma de meia lua ou de canal apresentam saliências – beirais ou sancas –, que ultrapassam os limites das paredes em que se apóiam, com a função de proteger as paredes da ação das chuvas. Essas estruturas podiam ser feitas de telha embutida ou de madeira, segundo as condições econômicas do proprietário ou a finalidade da construção. Na parte externa dos beirais, usavam-se gárgulas para captarem e fazer escoar as águas pluviais para longe das paredes.

As fachadas eram pintadas de branco. Com azul-cobalto, ocre ou vermelho pintavam-se esteios e esquadrias. Rebocos e pisos recebiam camadas de tabatinga e alvaiade. É interessante notar que, esse tipo de construção, com essas características marcam importantes construções em algumas cidades de Minas Gerais. Tomem-se como exemplos a Casa dos Contos, em Ouro Preto; o Solar dos Neves, em São João Del Rei; o Museu Arquidiocesano de Arte Sacra, em Mariana; a casa de Chica da Silva e o Museu do Diamante, em Diamantina; o Museu do Padre Toledo, em Tiradentes e a Casa de Cultura, em Minas Novas (DORNAS).¹²

O entorno das construções que compõe a paisagem histórica mineira é uma importante questão a ser considerada. Uma delas refere-se às soluções arquitetônicas. As paredes frontais das construções alinhavam-se diretamente às ruas, enquanto as laterais marcavam a divisa entre os terrenos. Não havia jardins, mas a parte posterior das construções era limitada por quintais. A pavimentação (ou calçamento) das áreas adstritas à paisagem construída ou organizada das cidades históricas, pode ser considerada, não apenas como moldura de um conjunto arquitetônico, mas como um elemento que, por natureza faz parte de sua composição. Não se pode esquecer, no entanto, que as vias de circulação nas cidades históricas e nas estradas mineiras receberam, via de regra, revestimentos do tipo pé de moleque, capistrana e paralelepípedo de granito com caráter especificamente funcional (facilitar o trânsito das pessoas e dos veículos existentes na época, além de evitar desbarrancamentos e desabamentos das casas de pau-a-pique).

¹² http://www.descubraminas.com.br/destinosturisticos/hpg_pagina.asp?id_pagina=1331 - 126k

2.2 Arquitetura religiosa

A sociedade florescente no século XVIII junto às lavras de ouro e de diamante da Capitania de Minas Gerais adquire características próprias e seus reflexos podem ser vistos na extraordinária produção artística e na vida cultural que se desenvolveu nessa região. O ouro e o diamante – abundantes, então –, possibilitavam que, logo que as vilas se formassem junto às lavras, fosse construída a capela, centro espiritual e social. O fascínio pelo ouro, que dominava tanto portugueses, quanto brasileiros e africanos, influenciara as manifestações artísticas da Capitania e, da imitação do barroco europeu, ganhará marcas de recriação original, autêntica e nacional (BAZIN, 1956).

Artistas, mestres de ofício, artesãos de acabamento tais como o arquiteto português Manuel Francisco Lisboa, pai e depois mestre do maior gênio da arte colonial brasileira, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, vieram de Portugal. Apesar da influência dos artistas portugueses, a formação de artistas e oficiais em Minas Gerais foi que decidiu rumos novos e originais à arte barroca colonial. Eram eles que, em debate com os membros das Irmandades Religiosas, modificavam os riscos (plantas) enviados pelos arquitetos da Igreja e da Coroa portuguesas.

A construção de templos religiosos atendia, além de suas funções específicas como missas, casamentos, batizados, etc., à função urbanizatória e de fixação do homem à terra, assumindo importância fundamental na estrutura urbana e social da região das minas.

Entre 1700 e 1720, estabelecidas as povoações, começaram a ser erguidas as primeiras capelas, via de regra, nos pontos mais altos das vilas e povoados. São templos de pequenas proporções, construídos em taipa, alvenaria de pedra ou adobe, podendo, em alguns casos coexistirem os três materiais, como ocorreu na construção da matriz do Pilar de Ouro Preto (BAZIN, 1956: 196). A planta dessas edificações é retangular ou tradicional, dividida em naves, capela-mor e sacristia e assim permanecerá até 1750. Além da cruz no vértice do frontão, na fachada plana, as torres

eram inseridas na parte central (caso se tratasse de apenas uma), como por exemplo, na igreja de Nossa Senhora do Ó, em Sabará e de Santa Ana, em Mariana; na lateral, como na igreja do Senhor do Bonfim, em Diamantina (BAZIN, 1956). Há casos, no entanto, em que a torre era construída separada do corpo da igreja, como ocorre na igreja de Padre Faria, em Ouro Preto.

As capelas, no entanto, começaram a ser substituídas pelas matrizes, quando as povoações começaram a ser elevadas a Vila, o que indicava a existência de uma atividade econômica regular e um significativo número de habitantes. O número de povoados elevado a Vila cresceu tanto, em Minas Gerais que, no século XVIII, a região era a mais urbanizada e populosa do Brasil (MOURTHÉ, 2006).¹³ As igrejas matrizes são templos que apresentam grandes dimensões, são, internamente divididas em nave, capela-mor e sacristia, vários altares, longos corredores laterais e um segundo andar onde se encontram coro, tribunas (ou púlpito) e consistório. A matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto tem, segundo Bazin (1956), “doze ou treze altares e arcos majestosos”.

Desse modo, a evolução da arquitetura religiosa na região das minas acompanha os estágios de povoamento e ocupação social da Capitania. As edificações dessa fase estão ligadas às devoções e confrarias livres, e foram construídas nos pontos mais altos das vilas e povoados (MOURA, s.d.).¹⁴ Se as capelas eram rústicas, com um único altar, no início do século XVIII, não o são as matrizes, que começam a surgir a partir de 1720, em que a grandiosidade e a inovação são garantidas pela diferenciação mais profunda e pela rivalidade das classes sociais. Considera-se esse período como um dos mais férteis para o que se convencionou chamar “arte barroca mineira”.

No final do século XVIII, com o esgotamento das minas e o empobrecimento geral da população, as classes sociais, rivais entre si, que promoviam a construção de suas

¹³ <http://www.pdt-rj.org.br/colonistas.asp?id=282>

¹⁴ http://www.asminasgerais.com.br/cidades_offline/vertentes_area.htm

próprias igrejas, uniram-se para a construção de templos comuns (BAZIN, 1956). É dessa fase, por exemplo, a matriz da Santíssima Trindade de Tiradentes, MG.

Entre 1750 e 1760 desenvolve-se um novo estilo, o rococó, que em Minas Gerais atinge “as mais belas expressões arquitetônicas” (BAZIN, 1956: 167). As edificações desse período receberam um tratamento arquitetônico que beneficiou não apenas a fachada (frontispício), que se amplia e em cujas extremidades são levantadas torres laterais: todo o conjunto arquitetônico recebe tratamento especial, seja nas suas proporções, seja na busca da harmonia das linhas, o que demonstra, que o arquiteto mineiro setecentista não se ateuve, apenas, a modificações no frontispício das igrejas, ainda que esse seja o elemento arquitetônico principal. Dessa maneira,

Os arquitetos farão com que [o frontispício] perca sua rigidez, quer pelo movimento em contracurvas do corpo da fachada, quer pelo recuo das torres e até mesmo pela colocação diagonal das mesmas. As torres passarão a ter perfis circulares ou poligonais. Os frontões serão animados por movimentos em contraposto e as superfícies se cobrirão de ornatos concheados (BAZIN, 1956: 227).

Em Minas Gerais, esse estilo artístico, cultural e social vai manifestar-se mais claramente nos trabalhos de talha, que decoram o interior e os frontispícios das igrejas mineiras (BAZIN, 1956). Não se pode, no entanto, esquecer que os arquitetos de então circulavam livremente entre o risco da construção, a pintura e o corte da madeira ou da pedra. Para Bazin (1956), Aleijadinho será o “gênio inovador” da arquitetura mineira, cujo trabalho não se encerra na construção, mas se prolonga no trabalho de talha, em madeira ou pedra sabão e construirá um dos mais significativos exemplos da arte barroca no Brasil.

Historicamente, o período da mineração durou somente até metade do século XVIII. Com o avançar do século XIX o “ciclo da mineração” em Minas Gerais se retrai. No entanto, o condicionamento econômico e o processo civilizatório permitiram uma experiência singular na Capitania de Minas, segundo Ávila (1967: 115), pois

[...] se a indústria da mineração foi no campo da economia o fator material de cristalização e autonomia da cultura montanhesa, o atavismo barroco preparou-lhe o suporte espiritual, imprimindo à vida da sociedade mineradora os seus padrões ético-religiosos e impondo às manifestações criativas os seus valores e gostos estéticos.

Foram esses “valores e gostos estéticos” que orientaram a redescoberta das cidades mineiras pelo grupo de intelectuais e artistas do movimento modernista, interessado na “revalorização crítica do barroco mineiro”. Tal fato se dá com a visita de Mário de Andrade a Minas Gerais, em 1919. Observador sensível, Mário faz um levantamento do acervo do barroco mineiro e, em 1920, publica um artigo na *Revista do Brasil* (DIAS, 1972: 7-8) com suas impressões sobre o patrimônio histórico mineiro. Na década de 30, o escritor elabora um “anteprojeto de lei visando à preservação sistemática do patrimônio cultural nacional”, que acabou transformando-se no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), segundo Ferretti (2002: 86-87).

O que torna tão singular a paisagem histórica mineira num país de dimensões físicas e culturais tão amplas? O patrimônio histórico mineiro apresenta (BAZIN, 1956; ÁVILA, 1967) certos aspectos que o diferenciam e lhe dão importância no contexto arquitetônico, artístico e cultural do Brasil Colônia:

Enquanto no litoral as construções eram orientadas pelos padrões rígidos das congregações regulares, em Minas a liberdade que o povo teve de 'fundar' associações leigas causou essa propagação de templos religiosos. Esta liberdade não se expressou apenas no número de construções, mas, também e principalmente, na livre criação. A construção, a ornamentação da Igreja e a contratação de artistas eram discutidas pelos membros da irmandade. Novas soluções foram criadas, as construções se adaptaram à realidade da região (BAZIN, 1956).

Para Ávila (1967), o dado comum a todas as manifestações do barroco mineiro,

[...] seja na área da criação artística ou na órbita mais ampla do estilo de vida, é a preocupação do visual, a busca deliberada da sugestão ótica, a necessidade programática de suscitar, a partir do absoluto enlevo dos olhos, o embevecimento arrebatador e total dos sentidos. [...] O barroco representou um desses períodos de prevalência do visual, como viria a

ocorrer mais tarde com o século XX, cuja informação ao nível de *mass-media* se efetua preponderantemente no plano ótico, através da televisão, do cinema, da fotografia, do anúncio luminoso, do cartaz (85-86).

E mais

A experiência singular da capitania das Minas constituiu, pelas peculiaridades do condicionamento econômico e do processo civilizador, um momento único da histórica cultural brasileira. E, se o ouro e o diamante – ou melhor, se a indústria da mineração foi no campo da economia o fator material de cristalização e autonomia da cultura montanhesa, o atavismo barroco preparou-lhe o suporte espiritual, imprimindo à vida da sociedade mineradora os seus padrões ético-religiosos e impondo às manifestações criativas os seus valores e gostos estéticos (115).

2.3 Tiradentes

O município de Tiradentes surgiu no início do século XVIII com o nome de Arraial de Santo Antônio (1701), depois Vila de São José Del Rei, quando Tomé Portes Del Rei, guarda-mor distrital, estabeleceu-se em Porto Real da Passagem, nas imediações da atual São João Del Rei. Sítio histórico, por excelência, a cidade recebeu esse nome, em homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Na realidade, a região onde se encontra o município de Tiradentes começou a ser habitada antes da descoberta do ouro. Com o aparecimento do ouro, logo em seguida (1702), o local passou a ser procurado por uma grande quantidade de forasteiros.

O município de Tiradentes tem área de 83 km², limita-se com São João Del Rei, Prados, Coronel Xavier Chaves e Santa Cruz de Minas. A sede do município encontra-se a 927 m do nível do mar, estando o ponto mais alto na Serra São José.

Na Serra de São José, encontram-se a Cachoeira do Mangue, o Balneário de Águas Santas e a Cachoeira do Bom Despacho. A Cachoeira do Mangue foi local de mineração no século XVIII, e nela encontram-se as ruínas de um mundéu (lugar para lavar o ouro). Da Cachoeira do Mangue, passando por um trecho de calçada construída

por escravos, alcança-se o Balneário de Águas Santas. A cachoeira do Bom Despacho situa-se à margem da estrada Tiradentes-Santa Cruz.

A população do Município, segundo o censo demográfico do IBGE de 2000, era de 5.759 habitantes.

Saint-Hilaire, em suas viagens pelo interior do Brasil, na primeira metade do século XIX, ressaltou a importância da Vila de São José e, tal como propõe Rodrigues (2001), a descrição minuciosa da Vila e de seus entornos feita pelo botânico francês leva a crer que Tiradentes nasceu vocacionada para o turismo:

É à margem do rio das Mortes e abaixo das montanhas de São José que está construída a vila que tem esse nome. Ela é pequena, mas conta com casas muito bonitas e fica-se admirado do tamanho da igreja paroquial, colocada sobre um 'plateau'.

As colinas que cercam São José, cavadas e reviradas em todos os sentidos demonstram quais eram as ocupações dos primeiros habitantes dessa vila. Seus arredores fornecem muito ouro e é de crer-se que este lugar foi de grande importância, para que, tão perto de São João, se criasse outra vila (SAINT-HILAIRE¹⁵, 1974 *apud* PELLEGRINI FILHO, 2000: 28).

Assim como outras cidades dos tempos da exploração do ouro em Minas Gerais, após o encerramento do ciclo econômico do ouro (Século XIX), Tiradentes pareceu adormecer. Entretanto, os valores estéticos, a beleza natural, que entorna o sítio histórico, e a vida em seus casarões, igrejas, capelas, becos e ruas asseguraram-lhe a redescoberta no limiar do século XX, com o Modernismo, que congregou artistas de todas as áreas para o lançamento da autonomia cultural do país, cujo interesse, entre outros, dirigiu-se para a revalorização crítica do barroco mineiro.

¹⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

2.3.1 A paisagem histórica

Segundo Silva (2004: 45),

[...] a valorização do patrimônio arquitetônico remanescente das cidades coloniais, principalmente das construções do ciclo do ouro (barroco mineiro), iniciou-se na década de 1930, no contexto do Movimento Modernista e do Estado Novo, marcado por sentimentos nacionalistas, centrados na questão da identidade nacional. O Serviço de Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN), criado em 1936, atraiu a atenção de artistas e intelectuais. Nomes como Lúcio Costa e Mário de Andrade se uniram ao esforço de construir (ou resgatar) a identidade cultural nacional, não só pela posição crítica, contrária aos modismos europeus que vigoravam até então, como pela participação ativa no SPHAN.

Em 1938, bens arquitetônicos foram tombados pelo SPHAN (atual, Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), em todo o seu conjunto arquitetônico e paisagístico (Figura 5), tal como ocorreu em outros núcleos do ciclo do ouro. A atividade turística impulsionou-se, na década de 90 e o início de outro ciclo de vida da cidade ganhava força. Embora esta preocupação tenha sido pioneira no país, o patrimônio natural não teve o mesmo tratamento. Apenas em 1981 a área da Serra de São José foi decretada Área de Proteção Especial (APE), fundamentada especialmente na proteção dos mananciais e do patrimônio histórico e paisagístico. Em 1990 foi decretada a Área de Proteção Ambiental (APA) São José, seguindo a cópia fiel dos limites da APE, porém agora fundamentada na proteção da fauna e flora locais.

Encontra-se em tramitação no IPHAN, um processo para o tombamento da Serra de São José como “Patrimônio Natural”. Estudos de “Diagnóstico Ambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) e cidade de Tiradentes” e a proposta de zoneamento ecológico-econômico em convênio firmado entre a Fundação Alexander Brandt¹⁶ e o Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, serão utilizadas como “justificativa” para o processo de tombamento da Serra de São José como “Patrimônio Natural”.

¹⁶ <http://www.brandt.com.br/fab/apasjose.pdf>

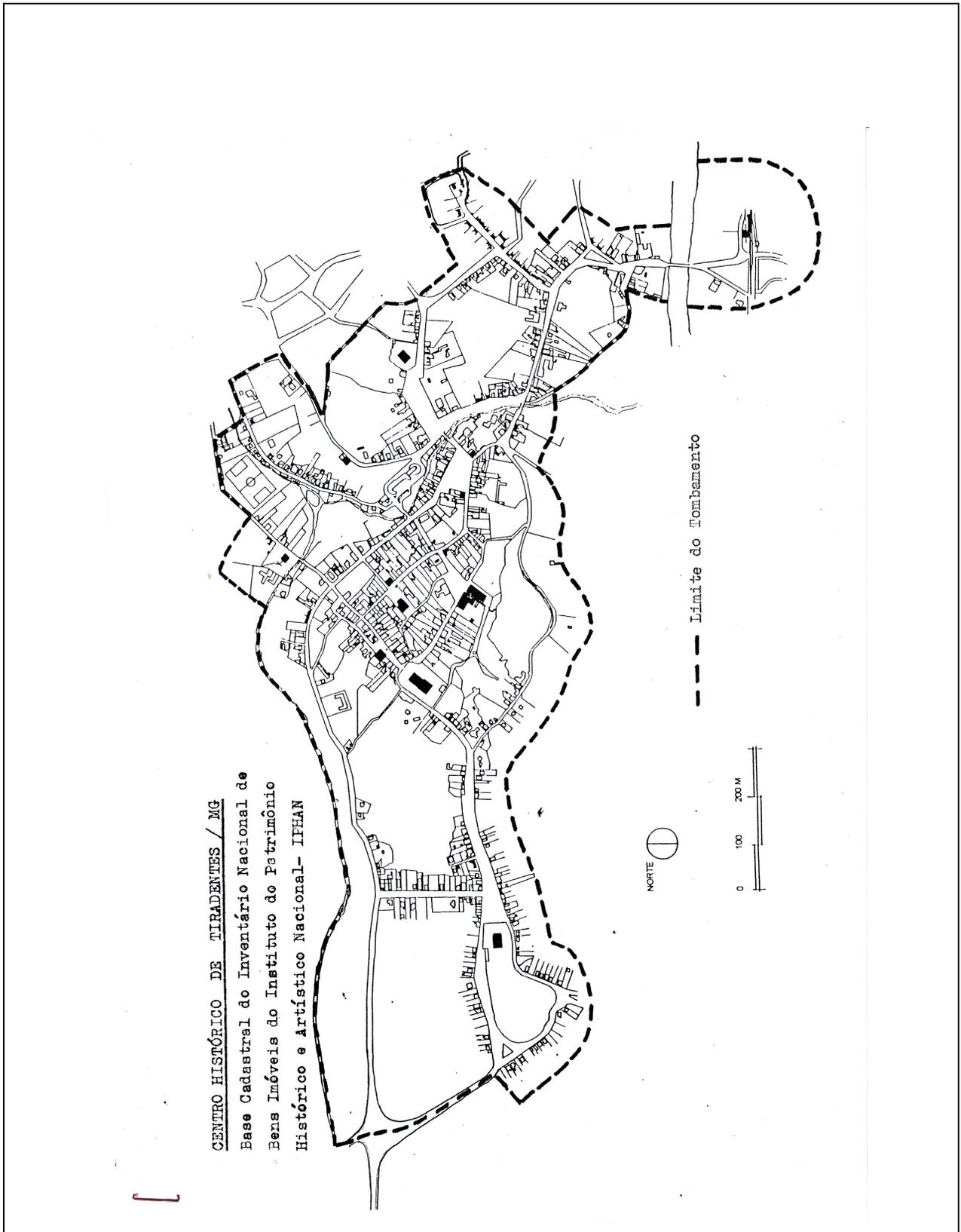


FIGURA 5 – Mapa do limite de tombamento de Tiradentes, MG
Fonte: IPHAN.

A cidade de Tiradentes cresceu em função do turismo, apontando novas perspectivas de crescimento. Recentemente foi inserida no roteiro da Estrada Real¹⁷, Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real, criado pela Lei nº 13.173/99 em 20 de janeiro de 1999 e regulamentado pelo Decreto nº 1.205, de 8 de agosto de 2000, do Estado de Minas Gerais.

Os bens naturais, no município de Tiradentes, são menos numerosos que os bens culturais. A Serra de São José, referência maior, está situada no entorno de Tiradentes, integra-se à paisagem, destaca-se pela imponência e beleza; com paredões de rocha exposta, exerce forte atratividade nos visitantes (Foto 5).



FOTO 5 – Paisagem vista da Rua Direita (Tiradentes, MG)
Fonte: Própria, 2006.

¹⁷ “Caminhos e variantes construídos nos séculos XVII, XVIII e XIX”, herança deixada pela história brasileira, portadora de um potencial exploratório, não mais pela atividade mineradora e sim por sua constituição e comercialização, atualmente, produto turístico.

Segundo Pellegrini Filho (2000: 45), a vegetação da Serra constitui a

[...] maior formação vegetal da região em que se situam os municípios de Tiradentes, Coronel Xavier Chaves, Prados, Santa Cruz de Minas, São João Del Rei e outros lindeiros [...]. Foi declarada Área de Proteção Ambiental pelo decreto lei 30.934, de 1990. Acrescentada à Reserva da Biosfera em 1993, a serra de São José se inclui, desde 1995, entre as áreas prioritárias para projetos pilotos, definidas pelo Conselho Nacional da Biosfera.

Na sua base, há considerável biodiversidade de espécies vegetais encontradas nas matas ciliares e próximas às encostas.

A consolidação do conjunto arquitetônico de Tiradentes contribuiu para despertar o turismo cultural da cidade. Monumentos de grande porte, como a Capela de São Francisco de Paula, “erguida numa elevação fronteira à Matriz de Santo Antônio, dialoga com ela [...] no espaço topográfico e urbano, já que de ambas descortinamos extraordinárias vistas de Tiradentes” (FROTA, 1993: 91). A fachada original dessa matriz, refeita em 1810, foi a última obra do mestre Aleijadinho, que manteve a leveza do estilo rococó (BAZIN, 1956). O relógio de sol de 1785, símbolo da cidade, encontra-se instalado na parte externa, no adro da igreja.

Grandes ou pequenos, suntuosos ou simples, o certo é que os monumentos e os equipamentos públicos que compõem a paisagem de Tiradentes gravam-se na memória de quem os visita. Mesmo tendo sofrido as agressões que o tempo e as exigências da vida moderna impuseram-lhe, a sobreposição de escritas permite leitura e reflexão sobre o destino desses sítios históricos. São esses processos – leitura e reflexão – que orientam este trabalho.

2.3.2 O Entorno do patrimônio cultural: Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de São José e a legislação ambiental

A exploração dos bens e valores ambientais, como recursos turísticos, tem sido amplamente discutida em escolas, encontros, seminários, congressos, etc., com o

objetivo de propor reflexões e novos caminhos para o desenvolvimento da atividade turística. Da Conferência Mundial do Turismo resultou a Declaração de Manila (OMT, 1980):

Os recursos turísticos de que dispõem os países estão constituídos por sua vez por espaço, bens e valores. Trata-se de recursos cujo emprego não pode deixar-se a uma utilização descontrolada sem correr o risco de sua degradação, e mesmo de sua destruição. A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo, nem para os lugares históricos e culturais. Todos os recursos turísticos pertencem ao patrimônio da humanidade. As comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem desenvolver os esforços necessários para sua preservação.¹⁸

Uma Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria dos tipos de Unidade de Conservação. De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, as Unidades de Conservação estão divididas em dois grupos: (1) Unidades de Proteção Integral e (2) Unidades de Uso Sustentável ou Uso Indireto. Uma Área de Proteção Ambiental é uma categoria do grupo 2 e Refúgio de Vida Silvestre, uma das categorias do grupo 1. É de interesse, neste trabalho, o grupo 2 e dentro das suas especificidades, a Área de Proteção Ambiental. Entretanto o Refúgio de Vida Silvestre também poderá ser citado. Para Cândido (2003: 97) as Unidades de Proteção Integral são “aquelas onde é totalmente restrita a exploração e/ou o aproveitamento dos recursos naturais” e, as Unidades de Uso Sustentável ou Uso Indireto são “aquelas onde a exploração e o aproveitamento econômico diretos são permitidos, mas de forma planejada e regulamentada”.

Os espaços da Área de Proteção Ambiental (APA), segundo Cândido (2003:122),

[...] podem ser ou de domínio público ou privado. Geralmente são constituídos por áreas extensas com atrativos naturais e/ou culturais que

¹⁸ http://www.marcionami.adm.br/html/gestao_ec_tur.html

apresentem um relevante grau de importância para a qualidade de vida e o bem-estar das populações ali residentes. Apresenta como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e culturais.

Criadas pelo Poder Público, as APAs visam a proteger um sistema de vida e ambiente e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes. Entretanto, uma APA poderá ter zonas nas quais existam ou possam existir atividades agrícolas ou agropecuárias, onde serão proibidos ou regulados usos e técnicas capazes de causar sensível degradação do meio ambiente.

Para Cândido (2003:122), as visitas públicas, nas Áreas de Proteção Ambiental,

[...] estarão sujeitas às restrições estabelecidas pelo órgão gestor da unidade, mas, no caso de propriedade privada, as restrições serão estabelecidas pelo proprietário, contudo sempre observadas as restrições e exigências legais. No caso de pesquisa científica, os critérios são os mesmos estabelecidos para as áreas de domínio público e privado.

Entre as leis que legitimam as áreas naturais inclui-se a Lei nº 9.985, de 18/07/2000 da Constituição Federal que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. No Artigo 1º desta Lei, estabelecem-se critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. O Artigo 15 estabelece que a Área de Proteção Ambiental

[...] é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Trata-se, assim, de uma área constituída por terras públicas ou privadas, cuja utilização é limitada por normas constitucionais. Nas áreas de domínio público, compete ao órgão gestor da unidade estabelecer normas para a realização de pesquisa científica e visita pública. Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer

as condições para essas atividades, desde que observadas as exigências e restrições legais.

A Lei nº 9.985/2000 estabelece, ainda, que uma APA deverá dispor de um conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.

A Lei nº 6.902/81 prevê, dentro do zoneamento ambiental, a criação de zonas especiais – uma zona silvestre, por exemplo. As atividades antrópicas realizadas nessas zonas serão supervisionadas supletivamente pela administração da APA de modo a assegurar os objetivos previstos nessa Lei. Assim, nas APAs onde existam ou possam existir atividades agrícolas ou pecuárias (Zona de Uso Agropecuário), serão proibidos ou regulados usos ou práticas capazes de causar degradação do meio ambiente.

Por outro lado, qualquer projeto de urbanização só poderá ser implantado numa APA, mediante prévia autorização de sua entidade administradora, que exigirá desde adequação com o zoneamento ecológico-econômico da área; implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos; programação de plantio de áreas verdes com uso de espécies nativas à criação de sistema de vias públicas, sempre que possível, e curvas de nível e rampas suaves com galerias de águas pluviais; divisão em lotes de tamanho mínimo suficiente para o plantio de árvores, em pelo menos 20% da área do terreno; traçado de ruas e lotes comercializáveis com respeito à topografia com inclinação inferior a 70%.

O sítio histórico de Tiradentes e seu entorno constituem reconhecido atrativo turístico, que devem ser mantidos e conservados de forma a garantir-lhes a continuidade.

Situado na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de São José, Tiradentes tem a Serra de São José, com seus paredões rochosos, como cenário para o seu conjunto arquitetônico, que valorizam ainda mais a paisagem histórica.

A APA São José foi criada pela Lei nº 21.308 de 19 de maio de 1981 e regulamentada pelo decreto nº 30.934 de 16 de fevereiro de 1990 que, no seu Art. 1º, declara essa área de terreno, situada nos municípios de Tiradentes, Prados, Coronel Xavier Chaves, São João del Rei e no distrito de Santa Cruz de Minas¹⁹, como de

[...] proteção ambiental, para fins de preservação do patrimônio histórico, paisagístico e da cultura regional, proteção e preservação dos mananciais, cobertura vegetal (cerrado e áreas remanescentes de Mata Atlântica) e da fauna silvestre.

Ainda que flexíveis, segundo a gerente da APA Serra São José, pois não há legislação que contenha certas intervenções (como o avanço da urbanização nas encostas) ou um plano de gestão (plano de manejo), as várias medidas adotadas mostram preocupação em garantir a preservação do entorno do patrimônio cultural.²⁰

Em novembro de 2004, foi criado, pelo Decreto nº 43.908/2004, o Refúgio Estadual de Vida Silvestre Libélulas da Serra de São José (Art. 1º), com o objetivo de “assegurar a conservação da biodiversidade regional, com ênfase na fauna de Odonatas (libélulas)” (Art. 2º), ficando a cargo do Instituto Estadual de Florestas (IEF) “implantar, proteger e administrar” e elaborar, “no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias” após a publicação desse Decreto um plano de manejo e constituir um Conselho Consultivo para essa unidade de conservação. O Conselho Consultivo foi constituído em 14 de agosto de 2007 e seus 41 conselheiros terão a “missão de discutir os problemas e demandas socioambientais da área de preservação e do seu entorno, buscando promover o desenvolvimento sustentável da comunidade local, cuja instalação consolida um objetivo perseguido há mais de 30 anos”.²¹

¹⁹ O município de Santa Cruz de Minas, emancipado em 1995 é o menor município mineiro. Sua expansão urbana exerce forte pressão sobre áreas da APA São José.

²⁰ PINHEIRO, Ana Paula C. de B. (ana.pinheiro@ief.mg.gov.br). [mensagem pessoal]. Em 22 ago. 2007.

²¹ <http://www.ief.mg.gov.br>

3 A PAISAGEM HISTÓRICA MINEIRA DE TIRADENTES (MG)

A hipótese levantada para a execução deste trabalho é que as ações antrópicas, que ocorrem no espaço e transformam uma paisagem e seu entorno, refletem-se na atividade turística. Supõe-se que a degradação do entorno de uma paisagem histórica pode descaracterizá-la. Verificar o grau de percepção dos elementos paisagísticos do entorno de um conjunto arquitetônico histórico é objetivo principal deste trabalho.

Ações antrópicas decorrem de diversas atividades exercidas pela sociedade, para fins econômicos ou culturais e, se não forem racionalmente executadas modificam a paisagem das cidades históricas. Essas ações expressam-se no acréscimo ou supressão de elementos que compõem o espaço geográfico e estão relacionadas à própria atividade econômica para a qual se dirigem essas modificações, tais como pavimentação de ruas, trânsito excessivo de veículos em torno do conjunto arquitetônico histórico, avanço da urbanização, novos loteamentos e no problema da desterritorialização da população local²².

3.1 A paisagem: objeto deste estudo

A paisagem histórica mineira da sede municipal de Tiradentes (MG) foi selecionada para o estudo de caso. Num primeiro momento, os adros frontal e lateral da Capela de São Francisco de Paula foram escolhidos para o levantamento dos dados da pesquisa por constituir um ponto de observação ampla dos elementos da paisagem e focalizar a Matriz de São Antônio em conjunto com grande parte da cidade histórica. Todavia, no início da aplicação do teste, percebeu-se que poucos turistas procuravam o lugar. Durante a realização da pesquisa, observou-se que a Capela de São Francisco de Paula é pouco freqüentada pelos turistas no decorrer do dia, uma vez que, somente é

²² Esse tipo de ação não será tratado neste trabalho, entretanto, merece ser destacado, pois a cultura desterritorializada corre o risco não só de empobrecimento, mas de alienação e de transformação do local em uma cidade cenário.

aberta à tardinha, quando o pôr do sol é acompanhado pelo som de músicas clássicas, no adro frontal, o que atrai vários turistas.

Vista do adro da Matriz de Santo Antônio, a paisagem apresenta as mesmas características. Trata-se da paisagem espelhada, uma vez que o foco é a Capela de São Francisco de Paula. A Matriz constitui um atrativo muito mais procurado do que a capela, portanto, definiu-se este lugar como local para realizar as entrevistas.

Quando da aplicação do pré-teste, numa segunda-feira chuvosa, dia sem evento específico na cidade, nenhum turista apareceu nesses dois pontos de observação. Foi preciso retornar no final de semana seguinte para a realização do pré-teste.

A escolha desses dois locais é estratégica, pois deles é possível observar amplamente grande diversidade de elementos, tanto os monumentos históricos, as construções modernas e suas adjacências, quanto os elementos naturais e construídos do entorno do sítio histórico.

Considerando-se que os elementos constitutivos das duas paisagens são os mesmos, mudando-se apenas o ponto de vista, acredita-se que os resultados são compatíveis. Por essa razão, os dados foram analisados em conjunto. Portanto, a diferença no nível de atratividade entre os dois pontos de coleta de dados não foi considerada.

Nos estudos sobre a paisagem, a análise desenvolvida neste trabalho pode ser enquadrada no método misto de avaliação da qualidade visual da paisagem.

Para Bombin²³ (1987, *apud* PIRES, 2002),

[...] as qualidades visuais intrínsecas de uma paisagem residem nos elementos naturais ou artificiais que a compõem, uma vez desagregados, são chamados de componentes da paisagem e estão

²³ BOMBIN, M. M. E. *et al.* *El paisaje*. Unidades temáticas ambientales. Madrid: MOPU: Dirección General del Medio Ambiente, Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, 1987.

relacionados: à forma da terra (relevo), à água, à vegetação e às estruturas e elementos artificiais estabelecidas pelas atuações humanas.

Esses componentes paisagísticos do meio físico – bióticos e abióticos – adquirem propriedades visuais que são a expressão plástica da paisagem quando observada. Tais propriedades manifestam-se por meio dos elementos visuais básicos como forma, cor, linha, textura, espaço e escala.

A forma é o volume ou superfície de um objeto que aparece unificada, tanto pela configuração que apresenta na superfície do terreno, como pela localização conjunta sobre a paisagem. A cor é a principal propriedade visual de uma superfície, enquanto a linha é o caminho real ou imaginário percebido pelo observador, quando existem diferenças bruscas entre os elementos cor, forma e textura, ou quando os objetos apresentam-se com uma seqüência unidirecional. A textura é a agregação de formas e cores percebidas como variações ou irregularidades de uma superfície contínua. A escala é a relação existente entre o tamanho do objeto e o entorno onde está situado. O espaço é determinado pela organização tridimensional dos corpos sólidos e os espaços livres ou vazios da cena (MOPU, 1987; PIRES, 2002).

Para análise dos componentes relevo, vegetação, atuações humanas e propriedades visuais, segundo os planos da paisagem, foram utilizados fotos e cartões-postais dos locais de observação, em Tiradentes: os adros da Matriz de Santo Antônio (Fotos 6 e 7) e da Capela São Francisco de Paula (Fotos 8 a 10).

No 1º plano da Foto 6, observam-se diversas casas coloniais brancas com janelas coloridas em azul cobalto e ocre, cores tradicionais do Barroco mineiro, e telhados de telhas de barro em forma de meia lua. Um “passo” da Paixão de Cristo, capelinha com porta ocre, na qual está guardada uma figura de Cristo, encontra-se na pequena praça, no centro da fotografia (1). Os passos são abertos nas procissões da Semana Santa, são pontos de parada para rezas dos fiéis. As lajotas “capistranas” da rua chamam a atenção pelas suas dimensões (2). A iluminação pública é constituída por lanternas coloniais (3) e as placas comerciais são inspiradas das originais do século XVIII (4).

Uma gárgula pode ser observada na casa, a direita na foto (5). As paredes frontais das construções alinham-se diretamente à rua, enquanto as laterais marcam a divisa entre os terrenos.



FOTO 6 – Paisagem vista do adro da Matriz de Santo Antônio (Tiradentes, MG)
Fonte: Própria, 2007.

No 2º plano, verifica-se que a mata sofreu intervenções humanas tais como desmatamento (6) e construções recentes (7). Árvores não nativas, estrangeiras, tais como eucaliptos (8) e álamos (9) podem ser observadas.

No 3º plano, observa-se o final do paredão rochoso no qual a cidade está encostada.

Na Foto 7, observa-se um bairro novo, no morro do plano de fundo da imagem parcialmente oculto por uma árvore do 1º plano.

As modificações recentes ocorridas no vale, tais como desmatamento e o terreno desnudo de um loteamento embargado, que compõem o espaço entre o bairro novo e o centro histórico, não aparecem nesta paisagem, no 2º plano.

No 1º plano, a presença das construções antigas é dominante: os telhados chamam a atenção, assim como as luminárias e o sótão com janelas de bandeiras.



FOTO 7 – Paisagem vista do adro lateral direito da Matriz de Santo Antônio (Tiradentes, MG)
Fonte: Própria, 2007.

Na Foto 8, além da encosta íngreme do adro da Capela, no 1º plano, verifica-se a presença de algumas construções mais recentes, com lajes e caixas d'água.

Casas térreas e sobrados coloridos, assim como o verde dos quintais, dão um ar rural ao espaço urbano, no 2º plano. Nos povoados e vilas coloniais, nas construções não havia jardins, mas a parte posterior das construções era limitada por quintais (DORNAS)²⁴. Carros diversos remetem à época atual, assim como os postes de luz.

O 3º plano é composto pela Matriz de Santo Antônio e muitas árvores. A topografia formada por morros ajuda na preservação da paisagem histórica. O jogo de planos de percepção visual, entre vales e morros esconde, ainda, a maior parte das modificações recentes, no espaço.



FOTO 8 – Paisagem vista de frente, do alto da Capela de São Francisco de Paula (Tiradentes, MG)
Fonte: Própria, 2007.

²⁴ http://www.descubraminas.com.br/destinosturisticos/hpg_pagina.asp?id_pagina=1331 - 126k

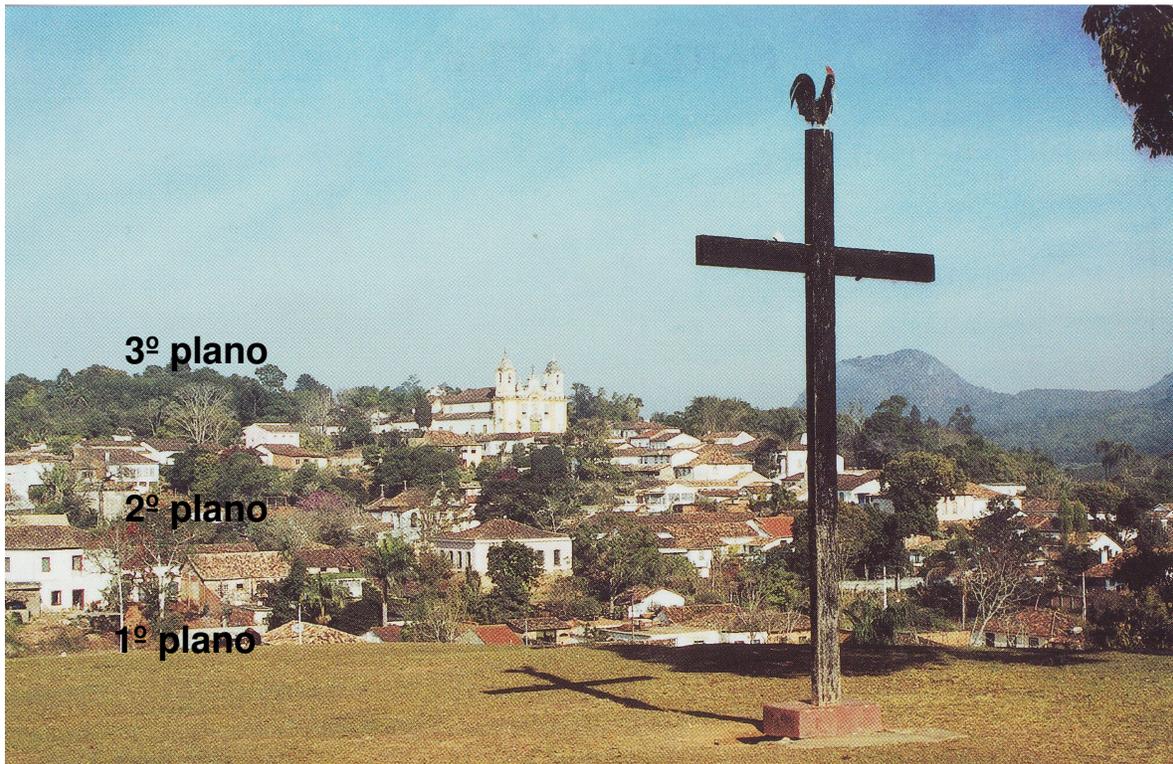


FOTO 9 – Cartão-postal da paisagem vista do alto da Capela de São Francisco de Paula (sem data)

O cartão-postal (Foto 9) mostra a mesma paisagem da Foto 8, porém com um recuo que deixa aparecer parte da Serra de São José, no 3º plano. No cartão-postal, as construções recentes ficam ocultadas pela encosta do morro. Por isso, um turista menos atento aos detalhes não irá observar essas intervenções.

Na Foto 10, tomada do adro lateral da Capela de São Francisco de Paula, é possível observar, no 3º plano, que as atuações humanas ocupam áreas espacialmente limitadas ao morro, contrastando com as construções antigas, ou coloniais, no 2º plano. Destacam-se as categorias perceptivas Intervenções humanas e Entorno físico, nessa paisagem. Os eucaliptos e a topografia ocultam parte das modificações recentes no espaço intermediário entre o morro e o ponto de observação.



FOTO 10 – Paisagem vista de lado, do alto da Capela de São Francisco de Paula (Tiradentes, MG)
 Fonte: Própria, 2007.

3.2 Metodologia da pesquisa

3.2.1 Definição da amostragem

Definiu-se a amostragem da população a ser inquirida por critérios estatísticos. Como não se tinha conhecimento do número de turistas em um fim de semana sem evento específico, em Tiradentes, a amostragem foi definida, utilizando-se a fórmula para

estimar proporções $n = \frac{p \cdot q}{\left(\frac{d}{1,96}\right)^2}$ em que p = probabilidade de sucesso; q = probabilidade

de fracasso e d = diferença máxima aceitável para a estimativa e o valor populacional. Para uma diferença máxima de 8%, entre a estimativa e o valor populacional, a amostra foi fixada em 150 turistas.

Considerando que a paisagem constitui o conjunto “das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos” (SANTOS, 1997b: 77) é necessário que a pesquisa sobre a observação da paisagem seja feita em momentos em que o observador esteja com a atenção voltada para esse fim e não para outro tipo de evento – Mostra de Cinema, Carnaval ou outros – e que constitua o interesse imediato do turista.

No cronograma inicial, previa-se o início da coleta dos dados para o dia 20 de janeiro de 2007. Nessa data, ocorria na cidade, a *X Mostra de Cinema de Tiradentes*. Esse evento dificultou a realização da entrevista uma vez que a paisagem – objeto de análise da pesquisa – não constituía o foco de interesse do turista naquele momento que, sempre apressado, respondia às perguntas sem voltar os sentidos diretamente para a paisagem. A habilidade de observar, considerar e avaliar os detalhes do lugar resultavam em avaliações e julgamentos sumários, que não atendiam aos objetivos da pesquisa. Nesse momento, os fluxos estavam em função do evento, se se levar em conta a afirmação de Santos (1997b: 77) de que “o espaço é, também e sempre formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso junto, é o espaço”.

Apenas, em 10 de março do mesmo ano – quando não havia qualquer evento cultural programado – foi retomado o levantamento dos dados.

3.2.2 Instrumento e procedimento

Optou-se pela entrevista semi-estruturada como método de pesquisa que, por combinar perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, possibilitam ao entrevistado discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador.

Para tanto, foram elaboradas duas versões do formulário²⁵ para a pesquisa em campo: a do pré-teste (Anexo A) e a da pesquisa efetiva (Anexo B). O pré-teste, de acordo com Gil (1988: 95) “não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento”, mas “está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente aquilo que pretende medir”.

Estabeleceu-se que a entrevista ocorreria em dois momentos. No 1º, solicitou-se ao turista observar a paisagem e, a seguir, de costas para a paisagem, responder às perguntas, oralmente formuladas, cujas respostas eram transcritas para o formulário. Nesse caso, os turistas estariam buscando na lembrança os elementos observados. No 2º momento, o turista respondeu às perguntas, observando a paisagem.

A divisão da entrevista em dois momentos teve como finalidade averiguar se, e quais novos elementos seriam percebidos pelo turista, já que no 2º momento, o entrevistado teria de observar a paisagem, para responder às perguntas. Desse modo, seria possível perceber o processo de construção mental de uma paisagem. Segundo Boullón (2002), tal fato não se dá de imediato, pois é preciso que uma paisagem seja vista mais de uma vez e de pontos diferentes, para que, aos poucos, o pensamento construa uma “imagem total” das visões parciais de cada “imagem-lembrança”.

Cada formulário recebeu numeração correspondente ao turista entrevistado e foi preenchido pelo entrevistador com as respostas dos pesquisados. Esse instrumento constitui uma lista de indagações formuladas a partir dos objetivos especificados na pesquisa para o levantamento das informações desejadas.

O formulário, que serviu de roteiro para as entrevistas, foi dividido em 4 itens que nortearam o levantamento dos dados. No 1º, buscou-se levantar as observações dos

²⁵ Gil (1988: 90) define formulário “como uma técnica de coleta de dados em que o *pesquisador formula* questões previamente elaboradas e *anota* as respostas”. Lakatos e Marconi (2001: 107), por sua vez, consideram o formulário um “roteiro de perguntas enunciadas” e preenchido pelo entrevistador com as respostas dos pesquisados. Dencker (2003: 89) o denomina “questionário aplicado pelo pesquisador”.

turistas sobre a paisagem; no 2º, levantaram-se dados que permitissem traçar o perfil dos 150 entrevistados, quanto ao sexo, idade, escolaridade e procedência.

O 1º item é composto de perguntas relativas à percepção do turista e objetivaram levantar (1) os elementos da paisagem que foram percebidos espontaneamente (Descreva os elementos que compõem a paisagem que você lembra²⁶.); (2) os elementos lembrados após o reforço da pergunta por parte do pesquisador (Mais alguma coisa? Pense bem.); (3) o que agradou na paisagem; (4) o que, na paisagem, incomodou o turista; (5) o que gostaria de mudar na paisagem e (6) se o turista percebeu a Serra. As mesmas perguntas foram feitas, também, no 2º momento.

No 3º e no 4º itens, foram levantadas a procedência e a motivação da visita. Desse modo, foi possível verificar o número de visitas e, se o turista voltaria, ou não a Tiradentes. Quando a resposta indicava a ocorrência de mais de uma visita, perguntava-se ao entrevistado o intervalo de tempo entre uma e outra e, se havia percebido algumas e quais alterações a paisagem teria sofrido desde a última vez em que visitou o sítio histórico.

3.2.3 O pré-teste

O pré-teste constitui um ensaio geral (GOODE e HATT, 1972) direcionado à avaliação dos instrumentos de pesquisa, visa a garantir-lhes a eficácia e deve ser realizado nos primeiros estágios, quando os instrumentos – formulário, questionário, roteiro da entrevista – ainda estão em desenvolvimento. O próprio pesquisador pode aplicá-lo. Cada parte do procedimento a ser executado deve ser projetada, implementada e rigorosamente obedecida como o será na formulação final. Os resultados do pré-teste devem ser avaliados para que se conheçam as limitações e a aplicabilidade dos instrumentos, os quais serão validados ou não. Somente a partir de sua aplicação, os instrumentos de pesquisa serão validados para o levantamento dos dados da pesquisa.

²⁶ No segundo momento da entrevista, o verbo “lembrar” foi substituído por “observar”.

(GIL, 1988). A aplicação do pré-teste é importante uma vez que permite saber como um instrumento de coleta de dados se comporta numa situação real.

Para a coleta dos dados desta pesquisa, o pré-teste foi realizado, no dia 14 de outubro de 2006, e dele participaram sete turistas que se encontravam nos locais pré-definidos para aplicação (alto da Matriz de Santo Antônio e da Capela São Francisco de Paula).

O pré-teste validou a pesquisa, porém foi necessário fazer alguns ajustes no formulário para a pesquisa efetiva (Anexos A e B).

As perguntas de número 8 (O que tem na serra?) e 17 (Quais foram os espaços visitados por você ou ainda pretende visitar?) foram excluídas, uma vez que a questão 8 não acrescentou informações relevantes e, a 17 não é objetivo desse trabalho avaliar os atrativos turísticos da cidade.

As perguntas 13 (É a primeira vez que vem a Tiradentes?) e 18 (Como você avalia a sua visita a essa cidade histórica?) foram alteradas. Para a pergunta 13, o entrevistador marcava “sim” ou “não”. Foi retirada a resposta “não” porque constava da questão seguinte, questão 14 (Se não, qual o intervalo de tempo desde a sua última vinda a Tiradentes?). Da questão 18, foram retiradas as opções: ruim, bom, muito bom e excelente; permanecendo a pergunta aberta.

Foi incluída a variável “observação”, dado o instrumento de pesquisa adotado (entrevista semi-estruturada). Desse modo, o turista poderia fazer, nesse campo, considerações complementares.

3.2.4 Categorias de análise dos elementos da paisagem

As descrições de uma paisagem apresentam diversos elementos que podem ser agrupados em duas grandes categorias: objetos naturais e objetos sociais ou fabricados (SANTOS, 1997a).

Segundo as categorias de análise do espaço geográfico propostas por Santos, em *Pensando o espaço do homem* (1997a: 37),

Uma região produtora de algodão, de café ou de trigo. Uma paisagem urbana ou uma cidade de tipo europeu ou de tipo americano. Um centro urbano de negócios e as diferentes periferias urbanas. Tudo isto são paisagens, formas mais ou menos duráveis. O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais e ser o resultado da acumulação de atividade de muitas gerações.

Os elementos do espaço desses dois grandes grupos correspondem a (1) homens (fornecedores de trabalho ou candidatos a isso); (2) firmas, (produção de bens, serviços e idéias.); (3) instituições (produtoras de normas, ordens e legitimações); (4) meio ecológico (conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano.) e (5) infra-estruturas (trabalho humano: casas, plantações, caminhos, etc.).

Como os elementos do espaço estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas devem ser considerados como variáveis. Como o nome indica, eles variam e mudam de valor segundo o movimento da História (SANTOS, 1997a).

É nessa perspectiva que para Rodrigues (2002: 71)

Todos os elementos do espaço, numa dinâmica constante de ações e interações recíprocas, em movimentos sincrônicos e/ou diacrônicos, produzem formas distintas, historicamente determinadas que constituem a paisagem.

Todos os objetos são expressos pelas formas. É o estudo da forma que pretende expressar a fisionomia do espaço. A esse respeito, afirmou Santos (1997b: 77):

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.

Bertrand (1972: 2) já havia afirmado que

[...] a paisagem não é a simples adição e elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Com base nessas combinações geográficas e a partir das respostas obtidas nas entrevistas é que foram criadas as categorias nas quais foram agrupados os componentes e analisado o peso que cada categoria estabelece. Por fim, verificaram-se o peso do entorno no interesse histórico e o cerne da paisagem histórica, de modo que fosse possível responder à seguinte pergunta: se se retirar esse entorno, o que sobra continua um atrativo turístico de peso?

Assim, foram estabelecidas categorias amplas, nas quais os dados pudessem ser agrupados pelo sentido que lhes era dado pelos turistas:

- 1) *Entorno físico*: (relevo: serra, montanha, paredão, morro, chapada, colina, etc.; vegetação: verde, árvores, mata, mato, natureza, etc.; céu: horizonte, céu com nuvens, pôr do sol);
- 2) *Foco de interesse na paisagem histórica mineira*: (cidade antiga com suas construções civis: casas, telhados, casario, arquitetura, casarões, etc. e religiosas: capela, igrejas, matriz, túmulo);
- 3) *Intervenções humanas*: (sistemas construtivos modernos, torres repetidoras, antenas, fios, carros, estradas asfaltadas, bandeiras de times de futebol, rodoviária, pousada, galpão, etc.). Nesta categoria foram, então, agrupadas as respostas dadas às perguntas “O que o incomodou na paisagem?” e “Existe algo que gostaria de mudar na paisagem?” por se referirem às intervenções humanas no sítio histórico, e corresponderem à supressão ou acréscimo de elementos na paisagem organizada. Ainda entram nessa categoria os elementos da cidade moderna;
- 4) *Abstrações sobre a paisagem*: essa categoria revela características imateriais relativas à percepção da paisagem, ou seja, as sensações e os julgamentos dos

turistas, decorrentes da observação (sensações provocadas pelo ambiente como nostalgia, tranquilidade, clima, paisagem surpreendente, etc.), assim como observações relativas ao crescimento, desgaste e desmatamento: a “atmosfera” da paisagem, segundo Lacoste (1977).

3.2.5 Método de tratamento dos dados

Os dados da pesquisa foram tratados segundo o método de *Tratamento gráfico da informação*, sistematizado por Bertin (1977 cf. LESANN, 2006c). O tratamento gráfico da informação é um método de pesquisa originário da Semiologia Gráfica e tem como objetivo a visualização das relações de semelhança, diferença e proximidade existentes entre os dados de uma planilha. A possibilidade de ordenação dos dados constitui a base do tratamento gráfico da informação uma vez que a tabela de dados, transformada em imagem, poderá sofrer permutações das linhas e colunas, formando grupos de objetos ou indivíduos com características semelhantes.

Um dos tratamentos gráficos da informação é o fichário-matriz. Segundo LeSann (2006c: 6) “os outros tratamentos são a matriz ordenável, a coleção de mapas e o leque de curvas. Todos expressam, sob formas diversas, a tradução visual de uma tabela de dados”.

Até a disseminação do uso dos computadores, os dados de uma pesquisa eram registrados, manualmente, em fichas. Com o advento das tecnologias da comunicação e da informação, as fichas foram substituídas pelas planilhas do aplicativo Microsoft Excel, dada a facilidade de inserção e cruzamento das informações obtidas numa pesquisa. O procedimento inicial de construção de um fichário nesse aplicativo consiste em entrar com todas as opções de respostas às perguntas na primeira coluna e com o número de ordem de cada questionário, na primeira linha da planilha. Esse procedimento resultará no que Bertin (1977) denominou “fichário-matriz”. A grande vantagem dessa ferramenta de trabalho é permitir a permutação das colunas na vertical e, das linhas, na horizontal, de modo que linhas e colunas semelhantes possam

aproximar-se sem perder a referência ao formulário, ou seja, à pessoa entrevistada e facilitar “a percepção do elementar ao global, assim como dos grupos significativos intermediários” (LESANN, 2006c).

Montada a estrutura do fichário-matriz, inserem-se as respostas dadas por cada um dos entrevistados na coluna da planilha que lhe corresponde. Todas as alternativas de respostas dadas, por todos, são listadas. Assim, todas as respostas às perguntas do questionário são do tipo “sim” ou “não”.

Para facilitar o entendimento do método de tratamento dos dados, serão utilizadas as informações obtidas com a pesquisa feita. Por exemplo, uma pessoa (Entrevistado 1) deu as seguintes respostas referentes aos elementos que compõem a paisagem observada: montanhas, casas, árvores, pessoas. Outra (Entrevistado 2) percebeu casas, igrejas e árvores. As alternativas citadas foram registradas com o número 1, as não citadas ficaram em branco.²⁷ A substituição da resposta registrada no questionário pelo número 1, no fichário-matriz possibilita o somatório da frequência das respostas, quando se usa a função Σ (auto-soma) da barra de ferramenta do Excel (Tabela 1).

TABELA 1
Registro das respostas em planilha Excel

1º momento	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Total Σ
Árvores	1	1	2
Casas	1	1	2
Igreja		1	1
Montanhas	1		1
Pessoas	1		1

Fonte: Pesquisa direta, 2007.

Todas as respostas de um mesmo questionário ficam numa única coluna do fichário-matriz. Para facilitar a análise dos dados, bem como os agrupamentos e as permutações das colunas e linhas, sombreia-se com a cor escura (preta) apenas as células onde se encontra o número 1, de modo que se obtenha uma planilha em preto e branco, ou seja, a “tradução visual de uma tabela de dados” (Quadro 1), pois, “O

²⁷ Na tabulação dos dados desta pesquisa, a resposta “não” foi substituída por uma célula em branco.

tratamento gráfico da informação, basicamente, transforma uma tabela de dados numa imagem, permanecendo a estrutura da tabela e a natureza dos dados” (LESANN 2006c: 5).

QUADRO 1
Planilha preenchida (A) e colorida (B)

Nº do questionário	1	2	3	4	5
1º Momento					
1.2 elementos					
Serra	1	1	1	1	
Mata	1		1	1	
Casas	1	1		1	
Novas construções	1				
Construções modernas	1				
Igrejas		1	1		
Pessoas			1		
Clima fantástico			1		
Arquitetura					1
Rochas					1
Casas antigas					
Árvores					

A

Nº do questionário	1	2	3	4	5
1º Momento					
1.2 elementos					
Serra					
Mata					
Casas					
Novas construções					
Construções modernas					
Igrejas					
Pessoas					
Clima fantástico					
Arquitetura					
Rochas					
Casas antigas					
Árvores					

B

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Após a transformação da planilha em imagem em preto e branco, o fichário-matriz é classificado por meio da permutação das colunas (pessoas entrevistadas) e das linhas (respostas dadas) de modo a agrupar as pessoas em função das respostas dadas. Formam-se, então, grupos de pessoas com percepções semelhantes (Quadro 2).

QUADRO 2
Transformação da planilha em fichário-matriz

Nº do questionário	4	1	5	3	2
Serra	■	■	■	■	■
Mata	■	■	■	■	■
Casas novas	■	■	■	■	■
Igrejas	■	■	■	■	■
Casas antigas	■	■	■	■	■
Árvores	■	■	■	■	■
Rochas	■	■	■	■	■
Arquitetura	■	■	■	■	■
Clima	■	■	■	■	■
Pessoas	■	■	■	■	■

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Os grupos formados, a partir das percepções, podem ser analisados, considerando-se as eventuais correlações observadas em torno das características, tais como o sexo, a idade ou o nível de escolaridade, separadamente ou em conjunto. Assim, é possível averiguar se as respostas foram diferentes para os homens e para as mulheres; se a idade da pessoa interfere em suas percepções; se o nível de instrução do turista tem relação com a apreensão da paisagem, por exemplo. O Quadro 3 constitui parte do fichário-matriz da pesquisa desenvolvida em Tiradentes.

QUADRO 3
Parte do Fichário-matriz classificado por sexo, idade e grau de instrução

Nº do questionário	32	51	98	87	68	24	43	26	85	14	50	91	93	94	99	11	Σ		
Sexo	Feminino																		
Idade	15 a 20 anos																		11
	21 a 30 anos																		5
	31 a 40 anos																		
	41 a 50 anos																		
	51 a 60 anos																		
	mais de 61 anos																		
	Ens.F(1ª a 4ª) incompleto																		
	Ens.F(1ª a 4ª) completo																		
	Ens.F(5ª a 8ª) incompleto																		
	Ens.F(5ª a 8ª) completo																		
	Ensino Médio incompleto																		6
	Ensino Médio completo																		5
	Superior incompleto																		5
	Superior completo																		
	Serra																		10
	Montanha																		6
	Morros																		1
	Colinas																		
	Rochas																		
	Serra de São José																		
	Plató																		
	Árvores																		6
	Verde																		1
	Mata																		1
	Muito verde																		1
	Mato																		
	Ipê rosa																		
	Natureza																		
	Bambuzais																		
	Pessoas																		
	Clima fantástico																		
	Nostalgia																		
	Paisagem surpreendente																		

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

O fichário-matriz, associado à ferramenta Excel, propicia um diálogo permanente entre as hipóteses de análise e as respostas obtidas junto aos entrevistados. Quando for necessário, para aprofundar algum aspecto da análise, o grupo específico é isolado no fichário-matriz, utilizando-se a ferramenta “excluir” do Excel. Assim, é possível

estruturar tabelas precisas a partir dos dados em análise sem ter de trabalhar com a totalidade da planilha. Essa técnica de análise enriquece o trabalho do pesquisador, uma vez que questionamentos e novas hipóteses surgem ao longo da análise. Fica patente, ainda, o potencial formador do fichário-matriz por meio do Excel.

3.3 Resultados da pesquisa em campo

O sítio de Tiradentes e seu entorno são um patrimônio cultural de alto valor econômico. É por essa razão que o governo e a sociedade civil têm investido, intensamente, desde as últimas décadas do século passado, no potencial turístico desse patrimônio. Seus atrativos históricos têm como cenário elementos naturais que reforçam o valor da paisagem. Entretanto, o crescimento demográfico, o aumento das atividades turísticas e a conseqüente necessidade de empreendimentos e de infra-estrutura, para receber o turista e a demanda da população local podem levar à descaracterização do ambiente e ao desgaste da imagem e do valor do atrativo turístico.

Em estudos prévios Bley (1990); Moura (2002); Amorim Filho *et al.* (2003); Meneses (2004); Silva (2004); LeSann (2006a); Cougo (2006) trataram dessas questões. Esses estudos forneceram suporte para o estabelecimento dos objetivos desta pesquisa, ou seja, reconhecer, discutir e avaliar a importância do entorno dessa paisagem histórica mineira na valorização do atrativo turístico.

3.3.1 Características pessoais dos entrevistados

Foram entrevistados 150 turistas, sendo a maioria do sexo feminino (62,67%). Tendo em vista a maior proporção de mulheres, nesta amostragem, pode-se caracterizar o turista que visita Tiradentes como predominantemente do sexo feminino, uma vez que os entrevistados foram abordados ao acaso (Tabela 2).

TABELA 2
Distribuição dos entrevistados por faixa etária e sexo

Idade	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
15 a 20 anos	2	1,33	11	7,33	13	8,66
21 a 30 anos	18	12,00	22	14,67	40	26,67
31 a 40 anos	11	7,33	20	13,33	31	20,66
41 a 50 anos	10	6,67	16	10,67	26	17,34
51 a 60 anos	4	2,67	12	8,00	16	10,67
Mais de 61 anos	11	7,33	13	8,67	24	16,00
TOTAL	56	37,33	94	62,67	150	100,00

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Com relação ao nível de instrução dos entrevistados, observa-se que a maioria apresenta nível universitário (62,67%) e, nesta pesquisa, o grau de escolaridade é um fator relevante para caracterizar os turistas entrevistados (Tabela 3).

TABELA 3
Distribuição dos entrevistados por escolaridade e sexo

Escolaridade	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino			
Fundamental (1ª a 4ª) incompleto	–	–	3	2	3	2,00
Fundamental (1ª a 4ª) completo	2	1,33	5	3,33	7	4,66
Fundamental (5ª a 8ª) incompleto	–	–	–	–	–	–
Fundamental (5ª a 8ª) completo	–	–	–	–	–	–
Médio incompleto	–	–	10	6,67	10	6,67
Médio completo	16	10,67	20	13,33	36	24,00
Superior incompleto	10	6,67	18	12,00	28	18,67
Superior completo	28	18,67	38	25,33	66	44,00
Total	56	37,34	94	62,66	150	100,00

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

A pesquisa levantou, ainda, a procedência dos turistas entrevistados. Tendo em vista que as entrevistas ocorreram em dias sem evento específico, a maioria dos visitantes foi de mineiros (65,33%). Os visitantes procedentes do estado do Rio de Janeiro representam 22,66% dos entrevistados. A presença de turistas estrangeiros na amostra poderá ser um indicador do potencial da atratividade internacional de Tiradentes. (Tabela 4).

TABELA 4
Estados de procedência dos entrevistados

Estado	Nº	%
MG	98	65,33
RJ	34	22,66
SP	14	9,33
Outros estados	2	1,33
Exterior	2	1,33
Total	150	100,00

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Portanto, tendo em vista esses resultados, as respostas relativas às percepções dos entrevistados serão analisadas, levando-se em consideração as seguintes variáveis:

- a) sexo;
- b) idades agrupadas em três classes: de 15 a 20 anos, de 21 a 40 anos, acima de 41 anos;
- c) níveis de escolaridade fundamental I²⁸, médio e superior;
- d) procedência do turista: mineiro, fluminense e outros.

Isso significa que as respostas dadas foram classificadas em categorias relativas ao tema da pesquisa e analisadas, tomando-se como referencial as características dos entrevistados.

3.3.2 Subgrupos para análise

Subgrupos foram determinados a partir do sexo, da procedência (fluminenses, mineiros e outros), do grupo de idades (15-20, 21-40 e maior de 40 anos) e do nível de instrução (1 – Fundamental I; 2 – Médio; 3 – Superior). A combinação dessas variáveis corresponde a 54 subgrupos potenciais para análise (Tabela 5).

²⁸ O nível de escolaridade dos entrevistados, nesta pesquisa, corresponde apenas ao Ensino Fundamental I.

TABELA 5
Os 54 subgrupos potenciais para análise

Homens									Mulheres								
mineiros			fluminenses			outros			mineiras			Fluminenses			outras		
1	15-20	1	10	15-20	1	19	15-20	1	28	15-20	1	37	15-20	1	46	15-20	1
2	15-20	2	11	15-20	2	20	15-20	2	29	15-20	2	38	15-20	2	47	15-20	2
3	15-20	3	12	15-20	3	21	15-20	3	30	15-20	3	39	15-20	3	48	15-20	3
4	21-40	1	13	21-40	1	22	21-40	1	31	21-40	1	40	21-40	1	49	21-40	1
5	21-40	2	14	21-40	2	23	21-40	2	32	21-40	2	41	21-40	2	50	21-40	2
6	21-40	3	15	21-40	3	24	21-40	3	33	21-40	3	42	21-40	3	51	21-40	3
7	> 40	1	16	> 40	1	25	> 40	1	34	> 40	1	43	> 40	1	52	> 40	1
8	> 40	2	17	> 40	2	26	> 40	2	35	> 40	2	44	> 40	2	53	> 40	2
9	> 40	3	18	> 40	3	27	> 40	3	36	> 40	3	45	> 40	3	54	> 40	3

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Todavia, é necessário verificar quais são os subgrupos representativos em termos de efetivos. Para tanto, cada subgrupo foi individualizado por meio do fichário-matriz. No exemplo a seguir, foram selecionadas as mulheres de 15 a 20 anos; portanto, o fichário-matriz (Quadro 4) representa os subgrupos 1, 2 e 3 da Tabela 5.

Verifica-se que essas mulheres estão cursando o Ensino Médio (6) ou o completaram (2), sendo que 3 estão cursando o Ensino Superior (Grupo 1, no fichário-matriz). O relevo do entorno físico foi o que mais chamou sua atenção (Grupo 2). As árvores, a mata e o verde foram notados entre os elementos da vegetação (Grupo 3).

QUADRO 4
Parte do Fichário-matriz

Nº do questionário	32	51	98	87	68	24	43	26	85	14	50
Sexo	Feminino										
Idade	15 a 20 anos										
	21 a 30 anos										
	31 a 40 anos										
	41 a 50 anos										
	51 a 60 anos										
	mais de 61 anos										
	Ens.F(1ª a 4ª) incompleto										
	Ens.F(1ª a 4ª) completo										
	Ens.F(5ª a 8ª) incompleto										
	Ens.F(5ª a 8ª) completo										
	Ensino Médio incompleto										
	Ensino Médio completo										
	Superior incompleto										
	Superior completo										
	Serra										
	Montanha										
	Morros										
	Colinas										
	Rochas										
	Serra de São José										
	Platô										
	Árvores										
	Verde										
	Mata										
	Muito verde										
	Mato										
	Ipê rosa										
	Natureza										
	Bambuzais										
	Pessoas										
	Clima fantástico										
	Nostalgia										
	Paisagem surpreendente										

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Os 54 grupos foram assim observados e definidos como representativos ou não, para a análise precisa. Os subgrupos que foram considerados significativos, entre os homens, são 5 e 6 (dos mineiros) e 17 e 18 (dos fluminenses) (Tabela 6).

Os “outros” não foram considerados uma vez que são, 18 homens e mulheres, apenas. Portanto, os subgrupos 19 a 27 e 46 a 54 não são representativos.

TABELA 6
Os subgrupos masculinos significativos

		Mineiros				Fluminenses			
1	15-20	1	0	10	15-20	1	0		
2	15-20	2	1	11	15-20	2	0		
3	15-20	3	1	12	15-20	3	0		
4	21-40	1	0	13	21-40	1	0		
5	21-40	2	8	14	21-40	2	0		
6	21-40	3	18	15	21-40	3	3		
7	> 40	1	2	16	> 40	1	0		
8	> 40	2	1	17	> 40	2	6		
9	> 40	3	2	18	> 40	3	9		
		Total	33		Total	18			

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Os quatro subgrupos masculinos, considerados significativos, correspondem a 41 homens, num total de 56 entrevistados (incluindo os “outros”), ou seja, 73,21% do efetivo.

Os subgrupos significativos, entre as mulheres, são os 33 (com 26 mineiras), 32 e 36 (com 8 cada), 35 e 29 (com 7 e 6, respectivamente) e 45 (9 das fluminenses) (Tabela 7).

TABELA 7
Os subgrupos femininos significativos

		Mineiras				Fluminenses			
28	15-20	1	0	37	15-20	1	0		
29	15-20	2	6	38	15-20	2	0		
30	15-20	3	5	39	15-20	3	0		
31	21-40	1	1	40	21-40	1	0		
32	21-40	2	8	41	21-40	2	1		
33	21-40	3	26	42	21-40	3	2		
34	> 40	1	5	43	> 40	1	1		
35	> 40	2	7	44	> 40	2	3		
36	> 40	3	8	45	> 40	3	9		
		Total	74		Total	16			

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Subgrupos com efetivo inferior a dez indivíduos não possibilitam inferências consistentes. Por isso, optou-se por agrupar os subgrupos, cuja diferença está nos níveis de instrução 2 e 3: os 32 e 33, e sem considerar essa característica para os subgrupos 34, 35 e 36. O subgrupo 34 é composto por cinco mulheres, cujo nível de instrução corresponde ao Ensino Fundamental I. Na leitura do fichário-matriz, observou-se que essas pessoas citaram menos elementos observados que as demais. Como o efetivo é muito pequeno, não permite considerar esse fato como relevante.

Os subgrupos 29 e 30 não foram analisados individualmente, porque o efetivo não foi considerado significativo (6 e 5 entrevistados, apenas).

Os subgrupos 33-32 e 36-35 representam 49 das 74 mineiras, ou seja, 66,22% dessas.

Os subgrupos 44 e 45 foram associados, uma vez que os subgrupos semelhantes das mineiras o foram, considerando em conjunto os níveis de instrução 2 e 3. Assim, são 12 indivíduos que representam 75,00% das mulheres fluminenses entrevistadas.

Em resumo, os resultados desta pesquisa foram interpretados em dois níveis diferentes:

1. o global, considerando a totalidade dos entrevistados;
2. o analítico, baseado nos subgrupos identificados por meio do fichário-matriz. Com o nível analítico, pretende-se verificar se as características pessoais dos entrevistados influenciam nas respostas.

3.3.3 O nível global de interpretação dos resultados

3.3.3.1 Primeiro momento

No 1º momento, foram espontaneamente percebidos pelos entrevistados 437 elementos considerados na pergunta 1: Descreva os elementos que compõem a paisagem que você lembra. Os elementos do Entorno físico foram lembrados em 59,50% das 437 respostas, seguidos pelos elementos do Foco de interesse na

paisagem, ou seja, a paisagem histórica (31,12%), o que permite inferir que essa categoria é menos relevante que o Entorno da paisagem, conforme a Tabela 8. Esse primeiro resultado responde a uma das hipóteses dessa pesquisa, a saber, a importância de se preservar o entorno físico de uma paisagem histórica.

TABELA 8
Distribuição dos elementos percebidos por categoria

Categorias perceptivas	Nº elementos	%
Entorno físico	260	59,50
Foco de interesse na paisagem	136	31,12
Intervenções humanas	27	6,18
Abstrações sobre a paisagem	14	3,20
Total	437	100,00

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Poucos elementos da categoria Intervenções humanas foram percebidos no 1º momento de observação (6,18%). Isso revela que as recentes modificações ocorridas na paisagem de Tiradentes, ainda, não intervêm na percepção espontânea do turista.

As abstrações sobre a paisagem (3,2%) revelam sensações físicas e emocionais dos entrevistados, tais como as sensações de paz, tranquilidade e bem-estar, entre outras.

A pergunta 1 foi reforçada por 2: Mais alguma coisa?, que possibilitou a lembrança de mais 64 elementos, totalizando 501. Essa pergunta, mais que uma complementação da anterior (pergunta 1) busca estabelecer a manutenção do processo mental pensar, de modo a levar o entrevistado ao levantamento de um número maior de elementos necessários à construção da paisagem observada. É notável que as respostas entre as categorias permaneceram na mesma ordem de proporções. Todavia, os elementos da categoria Intervenções humanas tiveram uma frequência de observação proporcionalmente maior (Tabela 9).

TABELA 9
Mais alguma coisa?

Categorias perceptivas	Mais alguma coisa		1º momento	
	Nº elementos	%	Nº elementos	%
Entorno físico	27	42,19	260	59,50
Foco de interesse na paisagem	21	32,81	136	31,12
Intervenções humanas	12	18,75	27	6,18
Abstrações sobre a paisagem	4	6,25	14	3,20
Total	64	100%	437	100,00

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

A pergunta 3: O que agradou na paisagem? ativou a lembrança de 190 elementos (Tabela 10).

TABELA 10
O que agradou na paisagem?

Categorias perceptivas	Nº elementos	%
Entorno físico	97	51,05
Foco de interesse na paisagem	65	34,21
Intervenções humanas	0	0,00
Abstrações sobre a paisagem	28	14,74
Total	190	100,00

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Mais uma vez, o Entorno físico de Tiradentes foi apontado como a categoria de elementos que mais agradaram. As Abstrações sobre a paisagem foram qualificadas como agradáveis, ou seja, o clima de paz e tranquilidade constitui um fator positivo na percepção do turista.

As Intervenções humanas, consideradas como negativas, não apareceram nesse momento da entrevista.

A pergunta 4: O que incomodou na paisagem? ativou a lembrança de 52 elementos. Tais elementos referem-se a Intervenções humanas na paisagem: construções novas, invasão da serra pela cidade, bairros novos com aparência inacabada na periferia do centro histórico, antenas de todo o tipo, carros no centro histórico, etc.

A pergunta 5: Existe algo que mudaria na paisagem? levou os entrevistados a lembrar 32 elementos referentes a Intervenções humanas na paisagem, que gostariam de mudar, todos eles, elementos citados na pergunta 4.

Tiradentes possui lugares e paisagens que inspiram sentimentos topofílicos. À pergunta Voltaria a Tiradentes? 97% dos entrevistados responderam que sim, porque as paisagens provocam sentimentos de afeição, simpatia e admiração estética.

3.3.3.2 Segundo momento

No 2º momento, foram feitas as mesmas perguntas aos turistas. Houve, no entanto, a substituição do verbo “lembrar” por “observar”. Nesse caso, o entrevistador solicitava ao turista que, observando a paisagem, respondesse às perguntas, que lhe estavam sendo feitas.

Apesar de os turistas terem repetido alguns dos elementos observados no 1º momento e acrescentado outros, só foram agrupados, nas mesmas categorias, os elementos observados pelos turistas, nesse segundo momento.

Assim, foram observados 164 elementos para a resposta à pergunta 1: Descreva os elementos que compõem a paisagem que você observou. Nesse segundo momento, as Intervenções humanas foram percebidas em quase 1/3 das observações (32,32%), superando os elementos do Foco de interesse na paisagem (26,22%). Todavia, o Entorno físico ainda foi o mais percebido (Tabela 11). É incontestável, que a paisagem de Tiradentes, sem a Serra de São José, não seria a mesma: esse resultado justifica a recomendação de preservação dessa Serra. A APA São José deve funcionar como instrumento de proteção, porém, com o apoio efetivo, tanto da população local, quanto dos turistas.

TABELA 11
Elementos percebidos no 2º momento

Categorias perceptivas	Nº elementos	%.
Entorno físico	56	34,15
Foco de interesse na paisagem	43	26,22
Intervenções humanas	53	32,32
Abstrações sobre a paisagem	12	7,31
Total	164	100,00

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Para a pergunta 2: Mais alguma coisa? os entrevistados consideraram, tanto elementos referentes à categoria Entorno físico, quanto elementos pertencentes à categoria Intervenções humanas. Apenas a faixa de idade entre 21 e 40 anos observou “mais alguma coisa”.

À pergunta 3: O que agradou na paisagem? 59 elementos foram citados. O percentual dos elementos do Entorno físico citados foi de 44,08%. O do Foco de interesse na paisagem corresponde a 32,20% das respostas. As respostas sobre as Abstrações sobre a paisagem (20,34%) são relativas à preservação do verde, às sensações de calma, liberdade e tranqüilidade.

Foram percebidos 39 elementos como resposta à pergunta 4: O que incomodou na paisagem? As Intervenções humanas destacadas nas respostas dos entrevistados, nesse 2º momento de observação, correspondem ao telhado do galpão, à presença de casas modernas, entre outras.

Como resposta à pergunta 5: Existe algo que gostaria de mudar na paisagem? 18 elementos foram citados na categoria Intervenções humanas, a saber, trocar o telhado do galpão, conter e controlar a expansão imobiliária, conservar as características da arquitetura colonial, preservar e ampliar as áreas verdes, entre outros.

3.3.3.3 Discussão dos resultados: 1º e 2º momentos

Nos dois momentos de observação, para resposta às perguntas 1 e 2 os diversos elementos foram citados 670 vezes (Tabela 12).

TABELA 12
Elementos percebidos pelos entrevistados nos dois momentos de observação

Categorias	Nº elementos	%
Entorno físico (relevo, vegetação, céu)	349	52,09
Foco de interesse na paisagem (cidade antiga com suas construções civis e religiosas)	197	29,40
Intervenções humanas (sistemas construtivos modernos, torres repetidoras, antenas, fios, carros, estradas asfaltadas, bandeiras de times de futebol; etc.)	98	14,63
Abstrações sobre a paisagem (sensações provocadas pelo ambiente como nostalgia, tranqüilidade, etc.)	26	3,88
Total	670	100

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

É notável a importância que o turista dá aos elementos que constituem o entorno da paisagem histórica. Esse fato comprova a necessidade de preservá-los.

Os elementos observados no 1º momento representam, aproximadamente, 75% do total das observações (501 em 670). Isso corresponde ao primeiro impacto, à primeira observação. Em cada quatro elementos observados nos dois momentos, três foram indicados no 1º momento. Portanto, os turistas demonstraram uma boa capacidade de observação espontânea. Os elementos lembrados na resposta à pergunta 1 levam à consideração que, o turista percebe intuitivamente o entorno da paisagem histórica, seja ele construído ou não. Entretanto, o turista não faz, a princípio, qualquer reflexão sobre a interferência do entorno modificado na paisagem. Isso leva a crer que as alterações, apesar de estarem ocorrendo, não estão sendo percebidas pelo turista, seja por não agredirem os olhos, seja por não serem suficientemente significativas para interferir, ou porque o tempo que o turista leva para retornar à cidade e a questão da seletividade da visão não são suficientes para ativar essas lembranças.

Se a paisagem histórico-cultural da cidade de Tiradentes constitui um atrativo turístico, esperava-se que o foco de interesse do turista se dirigisse para essa paisagem. Entretanto, apenas 29,40% do total dos elementos, que compõem as categorias perceptivas, referiram-se à categoria Foco de interesse na paisagem, ao passo que 52,09% dos elementos referiram-se à categoria Entorno físico da paisagem. Tal fato comprova a importância do entorno da paisagem histórica.

As observações sobre as Intervenções humanas apareceram mais no 2º momento que no 1º momento. Isso evidencia que as alterações consideradas negativas são percebidas com maior intensidade após um tempo maior de observação. Provavelmente, essas intervenções ainda não impactam com muita intensidade a paisagem de Tiradentes. Todavia, o fato de serem percebidas, revela que o processo de alteração da paisagem já está em curso e justifica a intervenção da administração pública e da população no sentido de preservar a paisagem histórica, capital turístico de Tiradentes.

Segundo Boullón (2002), o contato do indivíduo com o meio ambiente possibilita a formação de imagens mentais. Entretanto, para que se forme uma imagem total de uma paisagem, é necessário que o indivíduo a observe mais de uma vez e de pontos diferentes, pois “a atitude perceptiva requer tempo para obter todos os dados necessários para a definição de uma imagem completa” (BOULLÓN, 2002: 154). Isso explica por que aos 501 elementos observados no 1º momento da pesquisa foram acrescentados 169 no 2º momento.

3.3.4 O nível analítico de interpretação dos resultados

Foram identificados como significativos os subgrupos que constam da Tabela 13.

TABELA 13
Os agrupamentos dos subgrupos significativos para interpretação

Mineiros – Homens				Fluminenses – Homens			
5 e 6	21- 40	2 e 3	8 + 18 = 26	17 e 18	> 40	2 e 3	6 + 9 = 15
Mineiros – Mulheres				Fluminenses – Mulheres			
32 e 33	21- 40	2 e 3	8 + 26 = 34	44 e 45	> 40	2 e 3	3 + 9 = 12
34, 35 e 36	> 40	1, 2 e 3	5 + 7 + 8 = 20				

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Uma primeira leitura dessa tabela mostra que:

- 1) a maioria dos turistas possui um grau de instrução elevado;
- 2) as mulheres mineiras são as mais numerosas, mais jovens, com grau de instrução elevado;

3) os fluminenses são mais velhos e com nível de instrução mais elevado do que o dos homens mineiros.

Para efeito da análise, optou-se por agrupar os níveis de instrução médio e superior, uma vez que o efetivo de ensino fundamental não ficou representativo. As variáveis que serviram para a análise das percepções da paisagem são, portanto:

- a procedência;
- o sexo;
- a idade.

O fichário-matriz foi reorganizado para atender a estes novos agrupamentos para fim de análise. Foram construídas cinco imagens a partir das quais foram elaboradas as tabelas e as análises a seguir:

1. Os 26 homens mineiros:

Na percepção dos mineiros, os elementos naturais da paisagem e, em particular, o relevo, tiveram o maior impacto visual na paisagem, desde o primeiro momento (Tabela 14).

TABELA 14
A percepção dos homens mineiros

Categorias Perceptivas		1º Momento	2º Momento
Entorno físico	<i>Relevo</i>	30 Serra, montanha	0
	<i>Vegetação</i>	15 Mata, árvores	8 diversos
	<i>Céu</i>	1	0
		46	8
	<i>Cidade antiga</i>	16 Casas antigas	8 Casas
	<i>Construções religiosas</i>	5 Igrejas	1 Cruz
Foco de interesse na paisagem		21	9
Intervenções humanas		6	9
Abstrações sobre a paisagem		1	2
	Total	74	28

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Considerando que Tiradentes constitui-se num destino turístico valorizado pelas construções antigas, isso enfatiza a importância do entorno nessa paisagem. Fica evidente a imponência da Serra de São José sobre a paisagem, desde o primeiro olhar.

O que incomodou esses mineiros foram os automóveis no centro histórico, uma estrada de terra cujo traçado corta a paisagem, as antenas de televisão e de celulares, as casas isoladas, a especulação imobiliária revelada por anúncios de condomínios, as ladeiras que dificultam a visita para as pessoas de 3ª idade, o mau estado de conservação da pintura das casas e a expansão urbana. Alguns acharam que poderia haver mais vegetação na paisagem.

Conseqüentemente, esses turistas declararam como intervenções necessárias para a preservação do sítio de Tiradentes:

- 1) a elaboração de um plano diretor para frear a expansão urbana desorganizada, a especulação imobiliária e as construções dispersas;
- 2) a diminuição do trânsito de carros na cidade;
- 3) o posicionamento das antenas em outro lugar;
- 4) a preservação do ambiente, reconstituindo-se a parte devastada, com mais verde, mais árvores.

2. Os 15 homens fluminenses:

Do mesmo modo que os mineiros, os fluminenses desse subgrupo perceberam mais os elementos naturais, seguidos pelos elementos que constituem a paisagem histórica desde o 1º momento (Tabela 15).

TABELA 15
A percepção dos homens fluminenses

Categorias Perceptivas		1º Momento	2º Momento	
Entorno físico	<i>Relevo</i>	14	Serra, montanha	5
	<i>Vegetação</i>	6	Mata, árvores	4
		20		9
	<i>Cidade antiga</i>	7	Casas antigas	4
	<i>Construções religiosas</i>	7	Matriz	2
Foco de interesse na paisagem		14		6
Intervenções humanas		4		6
Abstrações sobre a paisagem		4		2
	Total	42	Total	23

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Os elementos espaciais que incomodaram os fluminenses foram os automóveis, uma bandeira do Flamengo, as residências avançando para a mata, as casas inacabadas com tijolos aparentes, as áreas de desmatamento, o progresso da urbanização desorganizada e as ladeiras, que dificultam o passeio para as pessoas idosas.

Para esses turistas fluminenses, com idades superiores a 40 anos, não se deve deixar os carros transitar na parte histórica. A circulação precisa ser viabilizada de modo a facilitar o acesso de todos aos monumentos.

3. As 34 mulheres mineiras de 21 a 40 anos:

As mulheres deste grupo gostaram do conjunto (8), da harmonia dos elementos da paisagem, da paz e da calma, mas, sobretudo da serra (9) e do verde (8). Em sua percepção, o Entorno físico e o Foco de interesse da paisagem complementam-se, intimamente, na constituição dessa paisagem histórica mineira (Tabela 16).

TABELA 16
A percepção das mulheres mineiras de 21 a 40 anos

Categorias Perceptivas		1º Momento		2º Momento	
	<i>Relevo</i>	31	Serra, montanha	3	
	<i>Vegetação</i>	30	Mata, árvores	7	
	<i>Céu</i>	0		1	Céu azul
Entorno físico		61		11	
	<i>Cidade antiga</i>	13	Casas antigas	2	Charretes, piso das ruas
	<i>Construções religiosas</i>	6	Igrejas	1	Cruz
Foco de interesse na paisagem		19		3	
			Casas (18)		Casas (6), construções modernas (5), antenas (3), bandeira (2), carros (1), etc.
Intervenções humanas		29		20	
Abstrações sobre a paisagem		2		0	
	Total	111	Total	34	

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

No segundo momento, elas ficaram mais atentas às intervenções humanas na paisagem observada.

Apenas nove elementos da paisagem incomodaram esse grupo. Esses elementos interferem na paisagem tais como construções com estilo diferente do resto da cidade, residências avançando para a mata, antenas, bandeira e guarda-sol. Todas as sugestões para melhorar a qualidade da paisagem giram em torno desses elementos.

4. As 20 mulheres mineiras maiores de 40 anos:

Nesse grupo, estão incluídas cinco mulheres, cujo grau de instrução não passa do Ensino Fundamental I. Tendo em vista o tamanho da amostragem, não foi possível verificar se esse subgrupo apresenta qualidade perceptiva diferenciada. Citaram poucos elementos percebidos (Tabela 17).

TABELA 17
A percepção das mulheres mineiras maiores de 40 anos

Categorias Perceptivas	1º Momento		2º Momento	
<i>Relevo</i>	13	Serra	5	
<i>Vegetação</i>	20	Arvores	6	Ipê florido
<i>Céu</i>	2		2	
Entorno físico	35		13	
<i>Cidade antiga</i>	13	Casas	7	
<i>Construções religiosas</i>	3		2	
Foco de interesse na paisagem	16		9	Estradas, novos bairros, galpão, construções recentes etc.
Intervenções humanas	1		8	
Abstrações sobre a paisagem	2		0	
Total	19		17	

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Também para as mulheres mineiras, maiores de 40 anos, o Entorno físico teve maior impacto perceptivo, com 35 elementos citados no 1º momento de observação. O impacto visual de um ipê florido apareceu no 2º momento de observação, assim como as Intervenções humanas que, de início, não chamaram a atenção.

Quando questionadas sobre o que incomodou, lembraram as construções e o galpão que interferem na paisagem, assim como as estradas sem asfalto.

O que agradou a esse grupo foi o conjunto da paisagem (7), o verde (6) e a serra (5). Apenas uma pessoa citou o contorno das janelas, o colorido das casas antigas. Mais uma vez, verifica-se que o entorno natural é indissociável da paisagem histórica, percebida como inserida no palco da paisagem natural.

5. As 12 mulheres fluminenses:

O impacto visual do Entorno físico apareceu em 17 elementos, sendo o relevo o mais percebido. As igrejas e a cidade antiga foram percebidas com menor frequência, no 1º momento. O ipê florido chamou a atenção no 2º momento de observação, assim como os elementos do barroco e as Intervenções humanas (Tabela 18).

TABELA 18
A percepção das mulheres fluminenses

Categorias Perceptivas	1º Momento	2º Momento
	11	1 Serra
Entorno físico	6	3 Ipê
	17	4
	8	5 Barroco
	4 Igrejas	0
Foco de interesse na paisagem	12	5
Intervenções humanas	2	3 Fiação, torre, estrada
Abstrações sobre a paisagem	1	1 confraternização
Total	32	13

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Os bairros novos, as antenas e o desmatamento foram apontados como elementos destoantes na paisagem. As fluminenses sugeriram construir um cemitério mais afastado do sítio histórico, retirar as antenas, plantar mais árvores e frear as construções modernas.

As igrejas, a serra e o conjunto da paisagem apareceram como o que mais agradou às pessoas desse subgrupo, sendo cada um citado quatro vezes. A tranqüilidade foi percebida por duas fluminenses.

3.3.4.1 A média dos elementos citados

A média dos elementos citados nos 1º e 2º momentos variou entre os homens e as mulheres como mostra a Tabela 19. No 1º momento, a média de elementos citados pelas mineiras de 21 a 40 anos foi superior a três, sendo a maior média de todas. O número de elementos citados pelos homens foi inferior a três, porém superior à media de citações dos demais subgrupos de mulheres (Tabela 19).

TABELA 19
Média de elementos citados, por categoria de análise

Categoria de Análise	1º Momento	2º Momento
As 34 mulheres mineiras de 21 a 40	3,26	1,00
Os 26 homens mineiros	2,92	1,07
Os 15 homens fluminenses	2,80	1,50
As 20 mulheres mineiras > 40 anos	2,70	0,85
As 12 mulheres fluminenses	2,66	1,08

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

No 2º momento, as médias foram menores, em torno de um elemento citado. É notável que os fluminenses apresentaram uma média superior (1,50 e 1,08) à dos mineiros (0,85, 1,00 e 1,07).

3.3.4.2 A percepção do Entorno físico

Para todos os grupos, os elementos do Entorno físico foram os mais percebidos no 1º momento. É notável o fato de os mineiros citarem mais elementos do Entorno físico do que os fluminenses, sendo as mineiras maiores de 40 anos as mais sensíveis a esse aspecto da paisagem (64,82% de suas respostas) e os homens fluminenses, os menos sensíveis (47,62%) (Tabela 20).

As 20 mulheres mineiras, maiores de 40 anos, apresentaram a maior percepção do Entorno físico nos dois momentos (64,82% e 43,34%). Os 15 homens fluminenses, no 2º momento, tiveram uma percepção do Entorno físico muito próxima à do 1º momento (39,13% e 47,62%, respectivamente).

TABELA 20
A percepção do Entorno físico pelos subgrupos*

Subgrupos	1º Momento %	2º Momento %
As 20 mulheres mineiras > 40 anos	64,82	43,34
Os 26 homens mineiros	62,17	28,58
As 34 mulheres mineiras de 21 a 40	54,96	32,35
As 12 mulheres fluminenses	53,13	30,77
Os 15 homens fluminenses	47,62	39,13

*Essa tabela foi estruturada por compilação de parte dos dados de tabelas anteriores. Assim, o dado 62,17%, da coluna 1º momento, por exemplo, corresponde à proporção de respostas dadas pelos homens mineiros no conjunto das respostas daquele grupo, registrado da Tabela 14.

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

3.3.4.3 A percepção do Foco de interesse na paisagem

Os dois grupos de fluminenses perceberam mais elementos da cidade histórica na paisagem (37,50% e 33,34%). Será por que constitui o foco da viagem, o que eles vêm ver? Para os mineiros, esse tipo de elemento paisagístico é mais familiar, portanto não chama tanto sua atenção?

Nota-se que, para as mineiras entre 21 e 40 anos, esses elementos são pouco percebidos (17,11% no 1º e 8,82%, no 2º momento) em comparação aos demais que constituem a paisagem observada (Tabela 21).

TABELA 21
A percepção do Foco de interesse na paisagem pelos subgrupos*

Subgrupos	1º Momento %	2º Momento %
As 12 mulheres fluminenses	37,50	38,47
Os 15 homens fluminenses	33,34	26,09
As 20 mulheres mineiras > 40 anos	29,63	30,00
Os 26 homens mineiros	28,38	32,14
As 34 mulheres mineiras de 21 a 40	17,11	8,82

*Essa tabela foi estruturada por compilação de parte dos dados de tabelas anteriores.

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

3.3.4.4 A percepção das Intervenções humanas

Na Tabela 22, revela-se a sensibilidade das mineiras de 21 a 40 anos, com relação às intervenções humanas na paisagem, particularmente no 2º momento. Mais de 67% dessas mineiras já conheciam Tiradentes, a metade há menos de dois anos. As construções novas e a expansão da cidade foram os elementos de maior impacto.

TABELA 22
A percepção das intervenções humanas pelos subgrupos*

Subgrupos	1º Momento %	2º Momento %
As 34 mulheres mineiras de 21 a 40	26,13	58,83
Os 15 homens fluminenses	9,52	26,09
Os 26 homens mineiros	8,10	32,14
As 12 mulheres fluminenses	6,25	23,07
As 20 mulheres mineiras > 40 anos	1,85	26,66

*Essa tabela foi estruturada por compilação de parte dos dados de tabelas anteriores.

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

É notável o maior impacto das intervenções humanas no segundo momento de percepção. Isso revela que as alterações já perceptíveis na paisagem histórica de Tiradentes, ainda, não têm um impacto marcante na primeira impressão do visitante, porém, devem ser consideradas pela administração pública e pela população de Tiradentes.

3.3.4.5 A percepção das Abstrações sobre a paisagem

É notável a percepção das Abstrações sobre a paisagem dos homens fluminenses nos dois momentos de percepção, assim como, das mulheres fluminenses, no 2º momento (Tabela 23).

TABELA 23
A percepção das Abstrações sobre a paisagem pelos subgrupos*

Subgrupos	1º Momento %	2º Momento %
Os 15 homens fluminenses	9,52	8,69
As 20 mulheres mineiras > 40 anos	3,70	0,00
As 12 mulheres fluminenses	3,12	7,69
As 34 mulheres mineiras de 21 a 40	1,80	0,00
Os 26 homens mineiros	1,35	7,14

*Essa tabela foi estruturada por compilação de parte dos dados de tabelas anteriores.

Fonte: Dados dos questionários, 2007.

Algumas respostas espontâneas dos visitantes chamam a atenção, uma vez que introduzem um aspecto imaterial na percepção ambiental. As sensações de paz, tranqüilidade, confraternização; a beleza do céu e da natureza são elementos intangíveis da paisagem, que deixam marcas positivas na percepção do turista. Com certeza, essas sensações prazerosas constituem um atrativo suplementar para esse destino turístico: o charme mineiro de Tiradentes.

3.3.5 O entorno de Tiradentes

Nos dias atuais, uma das mais importantes fontes de renda de Tiradentes é o turismo. Tem-se considerado o grande interesse pelo conjunto arquitetônico, praticamente inalterado, fator de manutenção dessa atividade econômica. O tombamento da cidade em 1938, pelo IPHAN, resguardou o conjunto arquitetônico e paisagístico, mas somente na década de 80, a área da Serra de São José passou a receber tratamento especial, ou seja, leis e decretos estabeleceram normas específicas de proteção da fauna e flora locais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe, aqui, retomar Magalhães (2002), para quem há determinados espaços, que nascem vocacionados para a atividade turística. Entretanto, apenas “vocação” não   suficiente para motivar uma visita.   preciso que a comunidade e sua cultura participem de decisões que, se teoricamente, são possíveis, podem não ser na prática. Portanto, a participa o da comunidade local, em qualquer projeto que vise   organiza o ou reorganiza o do espaço, não pode prescindir da participa o de quem o vive.

No entanto, pensar formas de preserva o ambiental restritas a documentos e áreas oficiais pode, em tese, relegar para segundo plano a participa o da sociedade civil num projeto de tamanha amplitude. Nessa perspectiva, considera-se neste trabalho a interpreta o da paisagem como uma das formas de preserva o, na medida em que a paisagem comunica ao indivíduo o significado, desenvolve a consciência em rela o ao lugar e   necessidade de conservá-lo.

Se o levantamento bibliográfico confirmou essa hipótese, a pesquisa em campo evidenciou a importância do entorno da paisagem histórica de Tiradentes. A interliga o dos componentes do espaço natural com os do espaço construído vai-se estabelecendo por meio das correla es estabelecidas pelos entrevistados.

A pesquisa evidenciou que os pequenos detalhes, que fazem parte da arquitetura colonial, não foram observados pelos turistas. As placas interpretativas, condutores para “guiar” o visitante, para interpretar o patrimônio, são fatores que potencializam a visita e contribuem para o turista enxergar com cultura.

No caso das cidades históricas mineiras, a interpreta o da paisagem deveria focalizar e explicar as características do barroco, tais como as cores das casas, janelas e telhados, a integra o harm nica dos volumes e texturas dos elementos históricos e do entorno feito de serras, vales e morros.

As paisagens históricas mineiras de Tiradentes, Diamantina e Ouro Preto, entre outras, não seriam as mesmas sem o entorno físico de suas serras sem as quais, historicamente, nenhuma delas existiria.

Se para Magalhães (2002), a cultura da comunidade nativa deve ser levada em conta, quando se propõem intervenções no espaço destinado ao turismo, Rodrigues (2001), examinando a questão sob a perspectiva da comunidade “estrangeira” (o turista), afirmava que a interpretação individual do meio ambiente é influenciada pela cultura, pelo nível de conhecimento e pela experiência do observador.

Quando se comparam os dados obtidos na pesquisa, percebe-se que as variáveis escolaridade e faixa etária e o estabelecimento de dois momentos de observação têm peso significativo no processo de construção da paisagem. Homens e mulheres com curso superior completo ou incompleto, com idades entre 21 e 40 anos e acima de 41 perceberam maior número de elementos ou indicaram interferências antrópicas na paisagem. Foram esses entrevistados que mais fizeram abstrações sobre a paisagem histórica de Tiradentes.

Por outro lado, o contato do indivíduo com o meio ambiente, que possibilita a formação de uma imagem, dá-se por meio de um processo sucessivo de observação, de pontos diferentes, uma vez que “a atitude perceptiva requer tempo para obter todos os dados necessários para a definição de uma imagem completa” (BOULLÓN, 2002: 154), o que explica o acréscimo, no 2º momento, de 169 elementos aos 501 observados no 1º momento da pesquisa.

Como a paisagem se transforma, rapidamente, com as interferências antrópicas, a qualidade visual diminui, e faz surgir uma série de problemas ambientais, dado o processo de interação do sistema. Esse processo de interferência, percebido por 56,17% dos entrevistados, aponta para a necessidade de cuidados especiais com o entorno de modo que se preserve o cerne da paisagem. É interessante observar que, para a categoria Entorno físico foram lembrados 260, contra 136, referentes à categoria

Foco de interesse na paisagem. Tal fato permite considerar que essa categoria não é, apenas, menos relevante que a anterior, mas que a ela subjaz um conceito de proteção sistêmico; isto é, evitar que o entorno físico sofra agressões, significa proteger o espaço que ele entorna. Desse modo, é possível explicar a preocupação dos entrevistados com a preservação do entorno físico e por extensão, de todo o conjunto arquitetônico e cultural, que compõe a paisagem histórica de Tiradentes, por sentimentos de topofolia, provocados pela moldura protetora da Serra de São José.

É de responsabilidade dos gestores municipais criar leis que estabeleçam as diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental do município, bem como regulamentar o uso e a ocupação do território, por meio de um Plano Diretor que, segundo a Constituição Federal de 1988, é obrigatório para cidades que integram áreas de especial interesse turístico. Entretanto, até a data da pesquisa, a cidade de Tiradentes não contava, ainda, com as diretrizes definidas, que deveriam ser elaboradas pelo governo municipal e por uma equipe de profissionais qualificados, como geógrafos, arquitetos, urbanistas, engenheiros, advogados e outros.

Isso, entretanto, e no caso de Tiradentes, não parece constituir uma prioridade, ainda que seja do conhecimento dos administradores municipais a necessidade de planejamento de interferências, a progressão e o resultado advindos do próprio planejamento. Informalmente, o então secretário municipal de turismo²⁹ afirmou ter conhecimento das interferências no sítio histórico e seu entorno, mas forças contrárias – públicas e privadas, políticas e econômicas – impossibilitavam, tanto o planejamento, quanto sua execução. Independentemente de quaisquer pressões, cabe à sociedade e ao poder público intervir no espaço, antes que alterações antrópicas descaracterizem o atrativo turístico.

Adotar um Plano Diretor e criar leis que impeçam o avanço de novas áreas sem prejudicar o patrimônio histórico e a qualidade visual da paisagem são ações imediatas que devem ser consideradas.

²⁹ Marcelo Gomes, março de 2007.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. *Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALBANO, Celina; MARIS, Stela (Orgs.). *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Editora UFMG, 2002.
- ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. *Fronteiras da globalização*. São Paulo: Ática, 2004.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; KOHLER, Heinz Charles; BARROSO, Leônidas Conceição (Orgs.). *Epistemologia, cidade e meio ambiente*. Belo Horizonte: PucMinas, 2003.
- AMORIM FILHO, O. Bueno. A produção do espaço e a análise geográfica. *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte: UFMG, 1983. p. 19-26.
- ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas*. Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: UFMG: Centro de Estudos Mineiros, 1967. vol. 1 (Com a reprodução do *Triunfo Eucarístico*).
- AZEVEDO, Úrsula Ruchkys de; KOHLER, Heinz Charles. Planejamento turístico em áreas cársticas. In: AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; KOHLER, Heinz Charles; BARROSO, Leônidas Conceição (Orgs.). *Epistemologia, cidade e meio ambiente*. Belo Horizonte: PucMinas, 2003. p. 199-216.
- BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Record: Rio de Janeiro, 1956.
- BAZIN, Gernain. *Barroco e rococó*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção A).
- BELTRAME, Zoraide Victorello. *Geografia ativa: investigando o ambiente do homem*. 44. ed. São Paulo: Ática, 1995. v. 1.
- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 9. ed. São Paulo: Ed. Senac, 2003.
- BERTIN, Jacques. *La graphique et le traitement graphique de l'information*. Paris: Flammarion, 1977.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global. *Caderno de Ciências da Terra*. São Paulo: USP, 1972. p. 1-27.
- BIGNAMI, Rosana. *A imagem do Brasil no Turismo: construção, desafios e vantagem competitiva*. São Paulo: Aleph, 2002.

BLEY, Lineu. *Morretes: estudo de paisagem valorizada*. 1990. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1990.

BOMBIN, M. M. E. *et al. El paisaje*. Unidades temáticas ambientales. Madrid: MOPU: Dirección General del Medio Ambiente, Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo, 1987 *apud* PIRES, Paulo dos Santos. Paisagem Litorânea de Santa Catarina como Recurso Turístico. *In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 161-177.

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. São Paulo: Edusc, 2002.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Arquitetura Residencial no Barroco Mineiro*. Revista Interpretar Arquitetura. n. 5, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/arquiteturaresidencial.html>>. Acesso em: jun. 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 11 ago. 2006.

BURLE MARX, Roberto. *Arte e paisagem: conferências escolhidas*. São Paulo: Nobel, 1987.

BURY, John; OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Arquitetura e arte no Brasil Colonial*. São Paulo: Nobel, 1991.

CÂNDIDO, Luciane Aparecida. *Turismo em áreas naturais protegidas*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A paisagem urbana. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 35-44.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Existe uma geografia do turismo? *In: GASTAL, Suzana (Org.) et al. Turismo: investigação e crítica*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 59-67.

CORREIA DIAS, Fernando. A redescoberta do barroco pelo Movimento Modernista. *In: ÁVILA, Affonso. (Dir.). Barroco*. Belo Horizonte: UFMG, 1972. p. 7-16. v. 4. (Edição do 6º Festival de Inverno).

COUGO, Marcela. Paisagem e Imagem Urbana. A percepção local da degradação do entorno do centro histórico de Ouro Preto/MG. SeminTur – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 4. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil, jul. 2006. Disponível em <<http://www.ucs.br>>. Acesso em 05 nov.2007.

DAVIDOFF, L.F. *Introdução à psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo*. São Paulo: Futura, 2003.

DESCUBRA MINAS. Desenvolvido pelo Senac Minas e pela Secretaria de Estado de Turismo. Sistema de informações turísticas sobre Minas Gerais na Internet. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br/home/default.asp>>. Acesso em: 11 abr. 2007.

DESVENDAR.COM. Portal desenvolvido pela www.tcrweb.com.br. Apresenta produtos e serviços oferecidos pelos municípios mineiros. Disponível em: <<http://www.desvendar.com>>. Acesso em: 11 abr. 2007.

DIAS, Fernando Correia. *A Redescoberta do Barroco pelo Movimento Modernista*. Barroco. Belo Horizonte. UFMG, 1972. p. 7-16 .

DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003a.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003b.

DOLLFUS, Olivier. *A análise geográfica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

DOLLFUS, Olivier. *O espaço geográfico*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1982.

DORNAS, Maria Lúcia. *Arquitetura civil colonial*. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br/home/default.asp>>. Acesso em: 11 abr. 2007.

DORNAS, Maria Lúcia. *Arquitetura religiosa colonial*. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br/home/default.asp>>. Acesso em: 11 abr. 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: Dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 769.

FERRETTI, Eliane Regina. *Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada*. São Paulo: Roca, 2002.

FONTES, Marco Aurélio Leite. Interpretação da natureza para o ecoturismo. In: FONTES, Marco Aurélio Leite; VITORINO, Maria Rachel. *Ecoturismo e Interpretações*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.

FONTES, Marco Aurélio Leite; VITORINO, Maria Rachel. *Ecoturismo e interpretações*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.

FROTA, Lélia Coelho. *Tiradentes: retrato de uma cidade*. Rio de Janeiro: Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1993.

FUNDAÇÃO ALEXANDER BRANDT. *Mapeamento de biótipos na Área de Proteção Ambiental São José e cidade de Tiradentes, MG. Zoneamento ecológico-econômico da Área de Proteção Ambiental (APA) São José, MG. 2ª etapa.* 2000. Disponível em: <www.brandt.com.br/fab/apasjose.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa.* São Paulo: Atlas, 1988.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente.* 5. ed., São Paulo: Contexto, 1996.

GOODE, Willian J.; HATT, Paull K. *Métodos em pesquisa social.* 4. ed., São Paulo: Nacional, 1972.

GOODEY, Brian. A sinalização interpretativa. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.* 1. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2005

ICOMOS-BRASIL. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural. Out. 2005. Disponível em: <<http://www.internacional.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>>. Acesso em 21 jan. 2007.

IEF-IBAMA-FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS-GTZ. Projeto Doces Matas/Grupo Temático de Interpretação Ambiental. *Manual de introdução à interpretação ambiental.* IEF-IBAMA: Belo Horizonte, 2002.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br>>. Acesso em 27.08.2007.

LACOSTE, Yves. La parole est aux géographes. In: LACOSTE, Yves. *Lectures du paysage.* Paris: Foucher, 1977. p. 14-22. (Collection INRAP).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico.* São Paulo: Atlas, 2001.

LESANN, Janine Gisèle. *Atrativos de Tiradentes (MG) na percepção do turista: análise por meio de um fichário-matriz.* Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2006a. 14 f. Não publicado.

LESANN, Janine Gisèle. A importância da Geografia para o Turismo: uma análise do conceito de risco. *Turismo. Visão e ação.* Itajaí: Santa Catarina, 2006b. v. 8, p. 121-127.

LESANN, Janine Gisèle. O tratamento gráfico da informação nas pesquisas sobre turismo: uma perspectiva didática. *In: Conferência da AMFORHT para a América Latina, 3.*, 2006, São Paulo. Conferência da AMFORHT para a América Latina, 3. *Anais*. 2006. São Paulo: SENAC, 2006c. p. 1-18.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Renato Luiz Grisi. *Consciência, percepção e conservação ambiental*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Roca, 2002.

MAIA, Doralice Sátyro. A leitura da paisagem no ensino da cidade. *Revista Geografia & Ensino*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 8, n. 1, p. 57-72, jan./dez. 2002.

MARQUES, Daniel Anilton Duarte. *Programa Estrada Real: desafios e perspectivas*. 2002. 106 f. Monografia (Especialização em Administração Pública) – Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2002.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. v. 2.

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MOPU. *El paisaje*. Unidades Temáticas Ambientales de la Dirección General del Medio Ambiente. Madrid: Ministério de Obras Públicas y Urbanismo. 1987. 107p.

MOTTA, Flávio L. *Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem*. São Paulo: Nobel, 1984.

MOURA, Ana Clara Mourão. *Geoprocessamento aplicado ao planejamento urbano e à gestão do Patrimônio Histórico de Outro Preto-MG*. 2002. 482 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MOURA, Antônio de Paiva. *Guerra dos Emboabas: corrida de ouro e sangue. O Barroco nas vertentes. O pós-barroco no Campo das Vertentes*, [S. d.]. Disponível em: <http://www.asminasgerais.com.br/cidades_offline/vertentes_area.htm>. Acesso em 11 abr. 2007.

MOURTHÉ, Arnaldo. *A Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.pdt-rj.org.br/colunistas.asp?id=282>>. Acesso em: 11 abr. 07.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. 1. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

NANI, Márcio. Consultoria empresarial. Gestão e economia do turismo. Portal desenvolvido por Márcio Nani. Disponibiliza arquivos para download. Disponível em: <<http://www.marcionami.adm.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

NICOLÁS, Daniel H. (Org). *Teoría y praxis del espacio turístico*. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Xochomilco, 1989 *apud* YÁZIGI, Eduardo. *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Fernando Vicente de. *Capacidade de carga nas cidades históricas*. São Paulo: Papirus, 2003.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO. Disponível em: <<http://www.araguari.mg.gov.br>> Acesso em: 28 jan. 2007.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Turismo cultural em Tiradentes: estudo de metodologia aplicada*. São Paulo: Manole, 2000.

PETRONI, Carlos; KENIGSBURG, Rosa. *Dicionário de urbanismo*. Buenos Aires: Casarini, 1982 *apud* BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. São Paulo: Edusc, 2002.

PIAGET, Jean. *Psicologia da inteligência*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1956.

PIGNATARI, Décio. *Informação linguagem*. Comunicação. São Paulo: Perspectiva, 1968.

PIRES, Paulo dos Santos. *Avaliação da qualidade visual da paisagem na região carbonífera de Criciúma – SC*. 1993. 72 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal do Setor de Ciências Agrárias) – CPGEF/Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

PIRES, Paulo dos Santos. *Procedimentos para análise da paisagem na avaliação de impactos ambientais*. 2. ed. Curitiba: SEMA/IAP/GTZ, ago. 1993.

PIRES, Paulo dos Santos. Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 161-177.

PIRES, Valquíria; BELLUCCI, Beluce. *Projeto Radix: Geografia*. São Paulo: Scipione, 2005.

- PITTE, Jean-Robert. *Histoire du paysage français*. Paris: Taillandier, 1983. 2 v. (Collection Approches).
- ROBINSON, H. *A geography of tourism*. [S. l.]: MacDonald and Evans, 1976 *apud* OLIVEIRA, Fernando Vicente de. *Capacidade de carga nas cidades históricas*. São Paulo: Papyrus, 2003.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org). *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- RONAURO, Márcio Lima. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. *Caderno virtual de Turismo*, 2004. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viwarticle>>. Acesso em: 05 fev. 2007.
- ROUGERIE, Gabriel. *Geografia das paisagens*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1971.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papyrus, 1997.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974 *apud* PELLEGRINI FILHO, Américo. *Turismo cultural em Tiradentes: estudo de metodologia aplicada*. São Paulo: Manole, 2000.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. v. 4. (Coleção Reconquista do Brasil).
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997c.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997d.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997e.
- SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloísa T. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. *Cidades Turísticas: identidades e cenários de lazer*. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, N. N. *Amostragem probabilística*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA, Edson; ZAMPIERI, Sérgio Luiz; LOCH, Carlos. Paisagem: regressão e prognose como elementos para a avaliação da ocupação e mudanças do espaço rural. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*, 37, 1999, Foz do Iguaçu, *Anais*. Foz do Iguaçu: SOBER, 1999. 1 CD-R.

TILDEN, Freeman. *Interpreting our heritage*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1957 *apud* MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. *In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. 1. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

TIRADENTES. Monografia n. 423. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jul. 2007.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Org.). *Turismo e meio ambiente*. Fortaleza: UECE, 1998. 13.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5. ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Princípios de Geografia Humana*. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

VIEIRA, Marina Afonso. *Alto Paiva: povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Disponível em: <<http://www.ipa.min-cultura.pt/pubs/TA/folder/36/008.pdf>> Acesso em 05 mar. 2007.

XAVIER, Herbe. *A observação da paisagem do mundo e do campo visual geográfico*. 1990. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 1990.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

YÀZIGI, Eduardo. *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

YÀZIGI, Eduardo. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Plêiade, 1998.

WEARING, Stephen; NEIL, John. *Ecoturismo: impacto, tendencias y posibilidades*. Madrid: Síntesis, 1999.

WILK, Cindy. Minas: uma viagem pelos muitos cenários do Brasil Colonial. *Viagem e Turismo*, São Paulo, Abril, a. 4, n. 4. p. 73, abr. 1998.

GLOSSÁRIO

Adobe ou **adobo**: Espécie de tijolo cru feito de argila e areia manualmente compactado em fôrmas de madeira, com medidas aproximadas de 20 x 20 x 40 cm. Às vezes, e para aumentar a resistência, acrescentava-se ao barro palha ou estrume de boi.

Aldrava: argola de metal fixa à porta, cujas batidas anunciavam a chegada de algum visitante à casa.

Alvaiade: Substância branca, seja de carbonato básico de chumbo (de composição variável), seja de óxido de zinco, utilizada para dar cor a um líquido ou poder de fixação a tintas.

Baldrame: Viga de madeira, encaixada nos esteios, para apoiar uma parede de pau-a-pique ou receber o vigamento do assoalho.

Bandeira: Folha ou caixilho, em geral envidraçada, fixa ou basculante, colocada no alto de portas e janelas para melhorar a iluminação e, ou a ventilação de um espaço interno.

Barroco: O barroco é um estilo de época que surgiu na Itália, no final do século XVI, primeiro, nas artes plásticas, estendendo-se depois para a literatura, a música e o teatro. Manteve-se na América Latina até o final do século XVII, dadas as condições do sistema de colonização iniciado naquele século. Rico nas suas mais variadas linguagens, o estilo propiciou um intercâmbio de formas e significados jamais visto até então.

Segundo Bazin (1993: 3) “nunca a civilização ocidental conheceu tamanha troca entre nações no campo intelectual”. Do ponto de vista estético, o Barroco pode ser caracterizado como um estilo rebuscado, repleto de metáforas e antíteses; do ponto de vista filosófico e religioso, como uma oposição às questões racionalistas renascentistas.

O estilo não foi introduzido de imediato no Brasil. As primeiras manifestações do barroco no país ocorreram no início do século XVII, na Bahia e em São Paulo, atingindo grande desenvolvimento, do Pará ao sul do Brasil, e chega também a Goiás e Mato Grosso, em um movimento que estabelece duas fases: uma primeira fase no litoral, cujos maiores exemplos podem ser encontrados nas construções das ordens religiosas e uma segunda fase no interior do Brasil, especificamente em Minas Gerais.

Levado para Minas Gerais, o barroco passou por mudanças substanciais. A partir de 1760, aproximadamente, já havia evoluído para uma combinação com o rococó, estilo herdado da França, que predominou nas talhas de Aleijadinho e nas pinturas de Ataíde. Em Minas Gerais, o estilo caracteriza-se por cinco aspectos principais:

[...] exuberância de decoração interna das igrejas; uso intenso da talha de diferentes cores, sobretudo o revestimento de ouro; crescente tendência à movimentação e encurvamento, primeiro da arquitetura interna das igrejas e depois da externa; realismo das esculturas e imagens; e presença simultânea de ornamentos religiosos e profanos (Ávila, 1967).

Se no litoral as construções eram orientadas pelos padrões das congregações regulares (BAZIN, 1956), em Minas, a liberdade que o povo teve de fundar associações leigas causou a propagação de templos religiosos que ultrapassa, não apenas o número de construções, como a liberdade de criação, dada a existência das irmandades que orientavam desde a construção à ornamentação das igrejas. Quando se fala de “uma arte barroca mineira” são levadas em consideração novas soluções criadas, de modo a adaptá-las à realidade da região, à existência e riqueza de materiais como o ouro, o quartzito e a pedra sabão, que possibilitaram inovações na decoração e nos acabamentos, na construção de edifícios e nas esculturas.

Beiral: Prolongamento do telhado, para além dos limites das paredes de uma construção. São conhecidos os seguintes beirais: “beira-seveira” ou beira sob beira, construída com camadas de telha embutidas na alvenaria das paredes; “beiral de cachorro”, peça de madeira que se apóia no frechal (viga na qual se pregam os

barrotes) para sustentar o beiral do telhado; “beira de cimalha”, arremate superior da parede que combina com o beiral do telhado.

Capistrana: Pedras de grandes dimensões que, enfileiradas, formam uma calçada no centro das ruas, entornada por lajes menores ou seixos rolados. Esse tipo de calçamento pode ser encontrado em Diamantina, em Tiradentes. Fernando Brant refere-se às capistranas em *Paixão e fé*, música composta em parceria com Tavinho Moura: “Já bate o sino, bate no coração/E o povo põe de lado a sua dor/Pelas ruas capistranas de toda cor/Esquece a sua paixão/Para viver a do Senhor”.

Consistório: Lugar onde se realiza assembléia ou reunião. Nos templos religiosos, trata-se do lugar destinado às assembléias dos clérigos.

Frechal: Viga de madeira, assentada no topo de uma parede.

Frontão: Arremate triangular, arredondado ou interrompido, de base retilínea, que adorna a parte superior de uma fachada, porta, janela, etc.

Gárgula: Cano saliente com final esculpido, quase sempre representando uma figura grotesca, cuja função é recolher a água das chuvas que se acumula nas calhas. Bazin (1956: 229) refere-se às gárgulas em “forma de canhão” existentes na Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, MG.

Muxarabi ou **muxarabiê:** Fechamento das janelas com treliças, que resguardavam a casa de olhares curiosos. Permitia a visão do exterior, além de manter a luminosidade e a ventilação.

Óculo: Abertura de contorno circular ou curvilínea destinada à passagem do ar e da luz.

Rococó: Estilo artístico cujo aparecimento ocorreu na França. Na arte e na arquitetura, constituirá a principal corrente pós-barroca. As cores vivas, o jogo do claro-escuro, o

relevo abrupto das superfícies, característicos do barroco, serão substituídos pelos tons pastéis, pela luz difusa e pelas texturas suaves. Tanto externa, quanto internamente, a estrutura das construções ganhará leveza, graça e intimidade. Com relação à arquitetura mineira, Bazin (1956: 240) considera um mistério o fato de um “pobre mulato” como Aleijadinho, ter conhecimento dessas formas, existentes em Portugal e “filtrá-las” de modo a criar um estilo próprio, e “os mais perfeitos monumentos da arte luso-brasileira”.

Seteira: Abertura longa, retangular e estreita (espécie de janela), semelhante às existentes nas muralhas dos antigos castelos, com a mesma função do óculo.

Tabatinga: Espécie de argila sedimentar, mole, com certa quantidade de matéria orgânica, branca, usada como revestimento de paredes ou em decoração de peças decorativas.

Taipa: sistema de construção em que se utiliza o barro molhado para o fechamento de paredes. São conhecidas a taipa de sebe e a de pilão. As paredes de taipa de sebe, também conhecida como taipa de mão, pau a pique, barro amarrado, taipa de pescoção e taponá, fazem parte de uma estrutura de madeira formada por esteios, baldrames, frechais e vergas superiores e inferiores. A taipa de pilão recebeu esse nome porque a terra seca era pilada ou piloadá, antes de ser usada.

Talha: abertura de cortes em madeira para criar uma escultura ou uma matriz de uma xilogravura. A união da talha, da escultura e da pintura, no Brasil Colônia, resultou em uma produção singular de altares, retábulos e oratórios. A capela-mor da Igreja Matriz de Santo Antônio, (Tiradentes, Minas Gerais) é, segundo Bazin (1956) um dos mais “admiráveis conjuntos de talha do Brasil”.

REFERÊNCIAS DO GLOSSÁRIO

BAZIN, Gernain. *Barroco e rococó*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção A).

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Record: Rio de Janeiro, 1956.

DICIONÁRIO da construção. *Arquitetura & construção*, ano 12, n. 5, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: Dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5. ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de entrevista para o pré-teste

Data de aplicação: 14/10/2006

Roteiro de entrevista

Nº da entrevista: _____

1º MOMENTO

1. OBSERVAR a paisagem (pedir ao turista para virar-se e observar).
(Virando-se para o entrevistador)
2. Descreva os elementos que compõem a paisagem, que você lembra.
3. Mais alguma coisa? Pense bem. (sem virar-se)
4. O que lhe agradou na paisagem?
5. O que o incomodou na paisagem?
6. Existe algo que gostaria de mudar na paisagem?
7. (Caso não tenha sido mencionado a Serra, perguntar) Você viu a Serra?
8. O que tem na Serra?

2º MOMENTO

1. (Pedir ao turista para voltar a olhar novamente a paisagem e repetir as mesmas perguntas.)
2. Descreva os elementos que compõem a paisagem.
3. Mais alguma coisa? Pense bem. (sem virar-se)
4. O que lhe agradou na paisagem?
5. O que o incomodou na paisagem?
6. Existe algo que gostaria de mudar na paisagem?
7. (Caso não tenha sido mencionado a Serra, perguntar) Você viu a Serra?
8. O que tem na Serra?

PERFIL DO TURISTA

9 – SEXO

masculino feminino

10 – FAIXA DE IDADE

- De 15 a 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- Mais de 61 anos

11– ESCOLARIDADE

- Ens. Fund.(1ª a 4ª) incompleto
- Ens. Fund. (1ª a 4ª) completo
- Ens. Fund. (5ª a 8ª) incompleto
- Ens. Fund. (5ª a 8ª) completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo

12– PROCEDÊNCIA

13 – É a primeira vez que vem a Tiradentes?

Sim Não

14 – Se NÃO, qual o intervalo de tempo desde a sua última vinda a Tiradentes?

- até 2 anos
- de 2 a 5 anos
- de 5 a 10 anos
- de 10 anos a 15 anos
- acima de 15 anos

15 – Você percebeu alteração na paisagem desde a última vez que esteve aqui?

() Sim () Não

Quais?

16 - MOTIVAÇÃO

Qual foi o motivo que o levou a visitar essa cidade?

17 - Quais foram os espaços visitados por você? Ou ainda pretende visitar?

18 - Como você avalia a sua visita a essa cidade turística?

() Ruim

() Bom

() Muito Bom

() Excelente

19 - Em outra ocasião você optaria por voltar a Tiradentes?

() Sim () Não

Por quê?

ANEXO B – Roteiro da entrevista efetiva**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA - TIRADENTES-MG****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Nº da entrevista: _____

DATA: ____/____/2007

1º MOMENTO

1. OBSERVAR a paisagem (pedir ao turista para virar-se e observar a paisagem).

De costas para a paisagem observada:

2. Descreva os elementos que compõem a paisagem que você lembra?
3. Mais alguma coisa? Pense bem. (sem virar-se)
4. O que lhe agradou na paisagem?
5. O que o incomodou na paisagem?
6. Existe algo que gostaria de mudar na paisagem?
7. (Caso não tenha sido mencionado a Serra, perguntar) Você viu a Serra?

2º MOMENTO (2ª observação)

1. OBSERVAR a paisagem (Pedir ao turista para voltar a olhar a paisagem e proceder com as mesmas perguntas.)

(Virando-se para o entrevistador)

2. Descreva os elementos que compõem a paisagem que você observou.
3. Mais alguma coisa? Pense bem.
4. O que lhe agradou na paisagem?
5. O que o incomodou na paisagem?
6. Existe algo que gostaria de mudar na paisagem?
7. (Caso não tenha sido mencionado a Serra, perguntar) Você viu a Serra?

PERFIL DO TURISTA

8. **SEXO** () masculino () feminino

9. FAIXA DE IDADE

- () 15 a 20 anos
- () 21 a 30 anos
- () 31 a 40 anos
- () 41 a 50 anos
- () 51 a 60 anos
- () Mais de 61 anos

10. ESCOLARIDADE

- () Ens. Fund. (1ª a 4ª) incompleto
- () Ens. Fund. (1ª a 4ª) completo
- () Ens. Fund. (5ª a 8ª) incompleto
- () Ens. Fund. (5ª a 8ª) completo
- () Ensino Médio incompleto
- () Ensino Médio completo
- () Superior incompleto
- () Superior completo

11. **PROCEDÊNCIA:** _____ Estado _____

12. É a primeira vez que vem a Tiradentes? () Sim

13. Se NÃO, qual o intervalo de tempo desde a 1ª vez que esteve em Tiradentes?

- () até 2 anos
- () de 2 a 5 anos
- () de 5 a 10 anos
- () de 10 anos a 15 anos
- () acima de 15 anos

14. Você percebeu alteração na paisagem desde a última vez que esteve aqui?

() Sim () Não

15. Quais? _____

16. Qual foi o motivo que o levou a visitar essa cidade?

17. Como você avalia a sua visita a essa cidade turística? _____

18. Você voltaria a Tiradentes? () Sim () Não

Por quê? _____

19. OBSERVAÇÕES:

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)